

ESTUDOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA – Nº 21

RELATÓRIOS DE PESQUISAS

Junho de 1994

**Sistema de Crédito
Rural e o
Financiamento da
Agricultura na
Década de 90**

Maria Domingues Benetti

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PROJETO PNUD/BRA/92/014

Apóia ao Desenvolvimento de
Pesquisas em Política Agrícola



Presidente

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

Diretor Executivo

Antonio José Guerra

**Diretor de Administração e
Desenvolvimento
Institucional**

Adilmar Ferreira Martins

Diretor de Pesquisa

Claudio Monteiro Considera

Diretor de Políticas Públicas

Luis Fernando Tironi

Diretores do Projeto PNUD/BRA/91/014

Adelina Teixeira Baêna Paiva

Murilo Lôbo

Luis Fernando Tironi

Coordenação

Maria Helena Fagundes

O Projeto PNUD/BRA/91/014 "Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas em Política Agrícola" é financiado com recursos do empréstimo do Banco Mundial (2727-BR-Parte C), que tem como órgão gestor o Ministério da Fazenda, por intermédio da Comissão Técnica do Empréstimo 2727-BR, e como órgão executor o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD.

**Sistema de Crédito
Rural e o
Financiamento da
Agricultura na
Década de 90**

Maria Domingues Benetti

Maria Domingues Benetti é economista da Fundação de Economia Estatística — FEE/RS.

RELATÓRIOS DE PESQUISAS

Junho de 1994

Sistema de Crédito Rural e o Financiamento da Agricultura na Década de 90

Maria Domingues Benetti

*Luciano B. Timm
(Assistente de Pesquisa)*

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PROJETO PNUD/DRA/91/014

Apoio ao Desenvolvimento de
Pesquisas em Política Agrícola

Benetti, Maria Domingues

Sistemas de crédito rural e o financiamento da agricultura na década de 90. Brasília: IPEA, 1994.

179 p. (Série Estudos de Política Agrícola. Relatórios de Pesquisas; n. 21)

Projeto PNUD/BRA/91/014

1. Crédito Agrícola. 2. Cooperativas de Crédito. 3. Agricultura — Financiamento. I. Benetti, M.D. II. IPEA. III. Título IV. Série.

CDD 332.71

Sumário

Apresentação	1
Capítulo 1	
Aspectos Jurídico-Institucionais	9
1.1 Caracterização das Cooperativas de Crédito Rural na Legislação Brasileira	9
1.2 Organização Institucional do Crédito Rural Cooperativo	12
Capítulo 2	
Dados Estruturais	17
2.1 Informações gerais	17
2.2 Distribuição Institucional do Crédito Cooperativo	19
2.3 Distribuição Espacial do Crédito Cooperativo	27
Capítulo 3	
Aspectos Econômico-Financeiros	35
3.1 Participação das Cooperativas no Financiamento à Agricultura	35
3.2 Operações Passivas	44
3.3 Operações Ativas	56
Capítulo 4	
Os Modelos Regionais	61
4.1 São Paulo	61
4.2 Minas Gerais	75
4.3 Os Sicredis Regionais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná	77

Capítulo 5	
Conclusões	93
Bibliografia	96
Anexo Estatístico	

APRESENTAÇÃO

O estudo sobre o Perfil do Cooperativismo de Crédito Rural no Brasil faz parte do Projeto Sistema de Crédito Rural e o Financiamento da Agricultura na década de 90, desenvolvido pela Coordenação de Política Agrícola — CPA — do IPEA.

O objetivo geral da pesquisa é fornecer subsídios para a discussão de um modelo alternativo de financiamento à agricultura nos próximos anos, capazes de fundamentar o processo de tomada de decisões por parte dos agentes públicos.

O conhecimento sobre o crédito rural cooperativo, em particular, tem como finalidade avaliar as limitações e potencialidades dessa modalidade institucional de crédito com vistas ao seu enquadramento no novo esquema proposto.

Na construção deste relatório de pesquisa foi muito valiosa a colaboração do setor cooperativista de crédito rural. Este apoio foi obtido em Minas Gerais, na Crediminas — Cooperativa Central de Minas Gerais — na pessoa de seu presidente, Sr. Evaristo Antonio de Paula, e de sua Diretoria; em São Paulo, na CAC — Cooperativa Regional de Crédito Rural Ltda. — Cotia, através do Sr. Hiroshi Nishioka; na Cocecrer — Cooperativa Central de Crédito Rural — Paraná, foi sobremaneira importante a contribuição dada pelo Sr. Pedro Cebrian, da mesma forma que o foi a prestada pela Cocecrer — Rio Grande do Sul, através de seu diretor-técnico, Sr. Pery de Q. Marzullo.

Como é de praxe nessas circunstâncias, cabe deixar registrado que as análises e conclusões que aparecem expressas no relatório não necessariamente correspondem às das lideranças cooperativistas consultadas, podendo unicamente refletir o pensamento da responsável pelo trabalho de pesquisa.

Notas Metodológicas e sobre os Dados Utilizados

O perfil do setor cooperativista de crédito rural no Brasil será analisado do ponto de vista de sua estrutura, organização e desempenho empresarial.

Para o estudo da estrutura, os indicadores escolhidos foram: número de cooperativas singulares e centrais, e concentração institucional e espacial — isto é, a distribuição do crédito cooperativo entre as empresas e as regiões e estados da Federação.

Para construir o indicador do grau de concentração em cada um dos níveis mencionados, ordenou-se primeiramente o conjunto das empresas cooperativistas de crédito rural em nível nacional segundo o valor de seus ativos totais em ordem decrescente de grandeza. Depois, agruparam-se as cooperativas por estado e, em cada um deles, procedeu-se da mesma forma que para o conjunto nacional, ou seja, classificaram-se as empresas da rede estadual segundo o valor decrescente de seus ativos. Isto feito, calculou-se o coeficiente de Gini para estimar o grau de concentração do crédito rural em nível setorial e geográfico.

A escolha da variável tamanho do ativo como ordenadora do conjunto de cooperativas deveu-se ao seu uso corrente em estudos descritivos de sistemas financeiros.

Assim, por exemplo, a CNCA — Caisse Nationale de Crédit Agricole —, organização de crédito cooperativo francesa, e uma das principais instituições bancárias internacionais, em seus manuais, dossiês e relatórios anuais, costuma apresentar as empresas componentes da estrutura piramidal do sistema, segundo o tamanho dos respectivos balanços, isto é, dos ativos totais [CNCA (1979 e 1985)].

Não apenas instituições mutualistas utilizam tal critério para avaliar *performance* empresarial. Da mesma forma, a Comisión Nacional Bancária y de Seguros do México e o Banco Mexicano Somex classificam os bancos do país conforme os ativos totais [Banco Mexicano Somex (1990, pp. 326 a 337)].

A revista Exame (As maiores e melhores, agosto de 1991), diferentemente, considera o volume dos empréstimos como variável classificatória dos bancos.

Já o critério utilizado pelo periódico Visão (Quem é Quem na Economia Brasileira — 1991) é diferente de todos os mencionados até aqui, pois enquadra os bancos comerciais, públicos e privados, pelo valor dos depósitos. Os ativos totais são a grandeza utilizada para determinar o *ranking* dos bancos múltiplos.

Para alcançar os objetivos propostos pelo projeto, necessitava-se de informações contábeis, enfim, dos balanços patrimoniais e de resultados do setor de cooperativas de crédito rural. Os dados mais atuais relacionam-se ao mês de junho de 1989, e foram consolidados e publicados pelo extinto BNCC - Banco Nacional do Crédito Cooperativo S.A. — no documento Perfil do Desempenho das Cooperativas de Crédito Rural, no primeiro semestre de 1989. No entanto, para não utilizar dados referentes a apenas um ponto no tempo, e como forma de controle das informações, compararam-se os resultados do levantamento de 1989 com os obtidos no de 1988, apurados pela mesma fonte. Sempre que for oportuno e possível, serão trazidas informações atualizadas para confirmar, ou mostrar discrepâncias com relação ao quadro desenhado em 1989, ou, ainda, se surgiram tendências de mudança no comportamento das variáveis.

Cabe ressaltar, no que diz respeito aos levantamentos de 1988 e 1989, que algumas cooperativas não compareciam com as informações necessárias para o estudo do setor, razão pela qual foram eliminadas da pesquisa. Assim é que existem discrepâncias entre o número de cooperativas relacionadas pelo BNCC e as que foram sistematizadas pela pesquisa e aparecem nos vários quadros de trabalho do relatório. Do levantamento relativo ao ano de 1989 foram descartadas 42 cooperativas, em um total de 219, enquanto em 1988 isto ocorreu com apenas cinco entre as 145 inventariadas. A relação de descarte por estado e região consta no Quadro 1.

De qualquer forma, os levantamentos registram os dados do segmento mais importante das cooperativas na área do crédito rural. Isto porque, salvo casos excepcionais, são precisamente as cooperativas de menor porte financeiro que têm dificuldades em manter seus registros contábeis atualizados, e em condições técnicas para serem utilizados diretamente pelos usuários.

Na parte da organização serão analisadas as funções financeiras de cada tipo de cooperativa, e os mecanismos e formas financeiras de articulação entre os mesmos. Aqui o estudo situa-se em dois campos: (1) o legal, ou seja, o que estuda as normas de funcionamento da empresa cooperativa e das cooperativas de crédito rural; e (2) o das experiências regionais de organização cooperativista.

QUADRO 1

Relação das Cooperativas de Crédito Rural com Deficiência na Apresentação dos Dados por Região e Estado - 1988 e 1989

Região/Estado	1989		1988	
	Listadas	Deficientes	Listadas	Deficientes
NORDESTE	25	8	15	1
AL	3	1	3	1
BA	12	4	3	
CE			1	
PA	2	1	2	
PE	4	2	4	
RN	2		1	
SE	1		1	
SUDESTE	78	20	41	3
ES	5	2	2	
MG	44	14	15	
RJ	1	1	1	
SP	28	3	23	3
SUL	103	6	87	1
PR	23	2	19	1
RS	64	2	59	
SC	16	2	9	
C. OESTE	13	8	2	
GO	6	1	2	
MG	6	6		
MS	1	1		
BRASIL	219	42	145	5

Fonte: BNCC.

A abordagem legal justifica-se pelas características *sui generis* das empresas mutualistas com relação às comerciais tipicamente capitalistas, características essas que lhes conferem estatuto jurídico muito especial, e, como conseqüência, objetivos e capacidades operacionais em princípio muito diferentes dos estabelecidos para as últimas.

O enfoque regional da questão da organização traz à luz formas institucionais e níveis de desenvolvimento diferentes da modalidade cooperativista do crédito rural. Diferenças estas explicáveis, em geral, pelo nível de desenvolvimento e da organização da agricultura estadual, herança da formação histórica regional e reflexo da estrutura sócio-produtiva resultante.

As informações quantitativas e qualitativas sobre a estruturação regional do cooperativismo de crédito rural foram obtidas tanto de fontes secundárias quanto são resultado de pesquisa direta em instituições de crédito nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Mais especificamente foram visitadas as cooperativas de Cotia, em São Paulo, Crediminas, no estado mineiro, e as cooperativas centrais de crédito dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Em todos esses estados, além da busca de dados, foram realizadas entrevistas com as lideranças cooperativistas do setor.

No que diz respeito aos indicadores de medição da *performance* empresarial, trata-se de questão mais complexa. Estas dificuldades que resultam da já aludida diferença nos propósitos do empreendimento mutualista aparecem claramente expostas por Lerman e Parliament (1991, pp. 15 a 29).

“Os economistas financeiros geralmente concordam em que empresas controladas por investidores privados podem ser consideradas como maximizadoras de valor, de sorte que sua lucratividade pode ser medida por sua rentabilidade, ajustada aos fatores de risco. As funções e os objetivos das cooperativas são muito menos claramente definidos, especialmente porque as cooperativas existem para o fim de prestarem serviços a seus membros, de sorte que os benefícios da forma de organização cooperativa não se restringem a proporcionar retorno financeiro para os investimentos. Em consequência, há uma falta de indicadores de desempenho das cooperativas que sejam aceitos consensualmente.”

De qualquer forma, nesta pesquisa se desconsideram as especificidades do empreendimento mutualista para estabelecer indicadores de desempenho, bem como os benefícios que possa trazer para o produtor-associado.¹

Da mesma maneira que Lerman (*op. cit.* p.17): “The performance measures focus on the cooperative as a business firm and do not capture possible additional benefits to members”.

Com base no estudo de Lerman e Parliament (1991), e também no do Banco Somex (1990), estabeleceram-se como indicadores de desempenho empresarial para o setor de crédito cooperativo:

critérios de desempenho		indicadores
1. alavancagem de recursos	próprios	terceiros
		captação (depósitos) operações interfinanceiras (repasses)
	patrimônio líquido/passivo	repasses/passivo
2. capitalização	patrimônio líquido/ativos totais	
3. eficiência (produtividade dos recursos)	empréstimos/ativos totais sobras/ativos totais	
4. rentabilidade	sobras/patrimônio líquido	

É importante deixar registrado que a abrangência dos dados considerados — pois trata-se do universo das cooperativas de crédito rural — e o nível de agregação com que comparecem nas fontes consultadas não permitem construir indicadores refinados, capazes de produzirem, assim, argumentos conclusivos sobre a realidade investigada.

Como as empresas cooperativistas estão ordenadas segundo o valor do ativo total, foi possível relacionar *performance* a tamanho. Sempre que possível será associado, também, desempenho a tipo de agricultura ao qual a cooperativa de crédito esteja vinculada.

Antes de terminar as considerações de ordem metodológica, que seja permitido chamar a atenção do leitor para uma questão importante, subjacente à análise do segmento de crédito cooperativista rural.

A análise do crédito cooperativo, levando-se em consideração as cooperativas de crédito rural, relaciona-se apenas à ponta de um *iceberg*, isto é, apenas àquela parte exposta do crédito cooperativo, a que circula justamente nas cooperativas de crédito rural.

Isso porque se está deixando de registrar aquela parte do crédito rural, de tamanho mais ou menos grande, que circula dentro das

cooperativas de produção, ou melhor, de comercialização, seja no caso em que atuam como bancos comerciais informais,² ou quando criam seções de crédito previstas na lei,³ ou, ainda, quando simplesmente agenciam diretamente nos bancos os recursos obrigatórios do crédito rural (repasses). Veja-se a esse respeito que dos Cr\$ 557 bilhões destinados pelo SNCR — Sistema Nacional de Crédito Rural — a produtores e cooperativas para financiamento agropecuário no ano de 1990, apenas Cr\$ 22 bilhões correspondem à contribuição das cooperativas de crédito rural, embora o SNCR como um todo tenha repassado às cooperativas Cr\$ 90 bilhões.

De outra parte, quando as cooperativas de produção acham-se integradas às de crédito, poderia ocorrer situações de divisão institucional do trabalho entre ambas, no que diz respeito às funções financeiras desempenhadas por cada uma delas. As cooperativas de crédito trabalhariam, neste caso, apenas com o excesso de liquidez e de poupança dos produtores. E, no caso em que as cooperativas de produção se organizam sob a forma de unidades espalhadas pelo território brasileiro, operando, portanto, à escala nacional, uma articulação com a cooperativa de crédito nos moldes da descrita acima poderia estar escondendo a formação do verdadeiro sistema nacional de crédito cooperativo. No entanto, seria um caso muito diferente daquele previsto, ou, pelos menos, ensejado pela atual legislação cooperativista, e que deu origem aos atuais sistemas estaduais integrados de crédito rural cooperativo — instituições formais, sedimentadas com base em cooperativas de crédito singulares e centrais. No caso dos sistemas informais, e para efeito do financiamento da produção agrícola, a cooperativa de crédito rural singular funcionaria como a cabeça de um sistema de crédito, como se fosse uma central de cooperativas de primeiro grau. O controle, o comando do grupo, no entanto, poderia estar, até, com a cooperativa central de produção.

Neste caso, o balanço da cooperativa de crédito apareceria com tamanho menor do que realmente é o crédito cooperativo, pois seu ativo e passivo deixariam de registrar, ou estariam subestimando, algumas rubricas da captação e da aplicação de recursos que fariam parte das

² Veja-se a esse respeito o exemplo da Cotrijuf, Cooperativa Tritícola Serrana Ltda., sediada no Rio Grande do Sul e 227ª colocada, no ano de 1990, entre as 500 maiores empresas privadas, considerando-se o critério do volume de vendas. Ver Benetti (1989).

³ A cooperativa agrícola mista pode manter e criar seção de crédito, subordinando-se, no caso, às normas reguladoras das atividades das cooperativas de crédito e às normas específicas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central (ú. 17, cap. 13).

funções das cooperativas de produção. Esta é, justamente, a hipótese de trabalho a ser utilizada para estudar a cooperativa de crédito rural do grupo Cotia, com sede em São Paulo que será analisada no Capítulo 4 deste livro.

Seja como for, todas essas formas históricas de assunção de função de financiamento, praticadas pelas cooperativas de produção, constituem poderosos entraves à constituição e formalização de sistemas estaduais e nacional de crédito cooperativo, pois o sucesso do empreendimento implicaria desmanchar estruturas, sistemas e dinâmicas de crescimento de segmentos de crédito cooperativo, muitas vezes informais — é certo —, todavia já consolidados. E isto será tanto mais difícil, quanto mais poderosa for a cooperativa de produção, e quanto mais consolidadas estiverem suas práticas creditícias. O que está se querendo dizer com tudo isso é que o desenvolvimento do setor de crédito mutualista supõe uma divisão institucional do trabalho dentro do setor cooperativista da economia. Esta é uma das razões principais pelas quais o processo de desenvolvimento do cooperativismo de crédito dificilmente assumirá caráter descontínuo, sendo de esperar, ao contrário, que venha a ocorrer de forma gradual.

Por outra parte, tal continuidade na consolidação do setor de crédito cooperativo pode ser explicada pelo fato de que tal processo não ocorrerá no vazio. De fato, há mais de um século veio se desenvolvendo um banco oficial de fomento à agricultura brasileira, o Banco do Brasil, que hoje ocupa os primeiros lugares na lista dos maiores bancos comerciais nacionais. Em suas caixas circula hoje o fluxo mais importante dos recursos para financiamento do setor, e suas dificuldades atuais — sobre as quais não se tratará aqui — podem muito bem ser atribuídas a problemas de gestão empresarial. Sendo assim, tanto é verdade que o governo e seu agente financeiro para a agricultura, por princípio, terão reservas em abrir espaço incondicional à atuação das cooperativas, como é possível acontecer que os responsáveis pela administração do Banco do Brasil reajam a tempo de reverter a situação de impasse em que vive o banco verde neste momento.⁴

É por essa razão que o papel do Estado vai ser muito importante, como agente regulador da transição, ainda mais quando 54 % dos recursos destinados ao crédito rural correspondem a verbas do Tesouro e a recursos obrigatórios do sistema bancário, em ambos os casos sob seu controle (ver Quadro 4 do Anexo Estatístico).

⁴ Ver, a esse respeito, o interessante artigo do ex-ministro Maffion da Nóbrega, publicado no jornal o Estado de S. Paulo de 17/11/91.

Aspectos Jurídico-Institucionais

1.1 Caracterização das Cooperativas de Crédito Rural na Legislação Brasileira

Sociedades cooperativas são contratos sociais por meio dos quais indivíduos se obrigam a contribuir com bens e serviços para a realização de atividade econômica de interesse comum, atividade esta, é importante frisar, a ser realizada sem objetivo de obter lucro.

A lei geral que rege o cooperativismo brasileiro (Lei nº 5.764/72), e as disposições do MNI — Manual de Normas e Instruções do Bacen (Banco Central do Brasil) — que regulamentam a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito em geral seguem fielmente os preceitos doutrinários do cooperativismo e sua tradição histórica. Veja-se o que diz o MNI, sobre as cooperativas de crédito:

“Celebram contrato de sociedade cooperativa de crédito as pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com recursos financeiros para o exercício de atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro” (tit.17, cap.1, art.7º).

Uma primeira observação que pode ser feita a respeito desse contrato (no caso de cooperativas cujo objeto da associação constitui o capital dos indivíduos e, não, seu trabalho) é que ele se fundamenta em uma cooperação integradora de atividades econômicas — o produtor que via cooperativa se torna comerciante, ou industrial, ou banqueiro, ou tudo isso junto —, realizando, portanto, movimento contrário ao da divisão social do trabalho em relação ao setor tipicamente comercial ou capitalista da economia. Neste caso, ele (o produtor) opera para si, ou o contrato social cooperativo o faz para os associados do empreendimento, os

benefícios da supressão da concorrência intercapitalista nos setores econômico-financeiros situados a jusante e a montante daquele em que desenvolve (m) a atividade originariamente principal.

A constituição de uma cooperativa de crédito pelos produtores rurais significa, por outro lado, a possibilidade de centralização e de represamento dos recursos monetários e financeiros da agricultura no próprio setor. A posse desses recursos lhes permite o controle de sua aplicação, segundo a finalidade e prazos, e segundo custos mais adequados ao financiamento. E como as cooperativas de crédito captam, como os bancos comerciais, sob a forma de depósitos, elas são, além de intermediárias da mercadoria poder-de-compra, principalmente produtoras da mesma (depósito cria depósito, como se sabe); isso lhes permite aumentar muito o financiamento da agricultura e, conseqüentemente, suas possibilidades de expansão.

De outro lado, é importante ressaltar que duas idéias básicas do associativismo, a saber, caráter corporativo da cooperação — esta deve ocorrer entre indivíduos da mesma profissão ou do mesmo setor/ramo produtivo — e conhecimento mútuo de seus membros, que permite distribuir os benefícios e os custos da cooperação com equidade, delimitam por princípio empresas cooperativas pequenas, de base regional e com limitações ao crescimento.

Isto é facilmente dedutível das determinações do MNI (cap. 3, art. 1), quando fica estabelecido como objetivo precípulo da cooperativa

“...a educação de seus associados no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito”.

Como realizar tal preceito pedagógico, sem um relacionamento muito estreito entre os indivíduos; o que supõe coletividades pequenas quanto ao número de participantes?

Também age no sentido do apequenamento do negócio cooperativo a idéia da identidade entre o dono do empreendimento e o cliente. Em princípio, nas cooperativas de crédito quem responde pela formação do capital próprio, quem lhes empresta recursos monetários e financeiros, assim como quem lhes pede emprestado são, única e exclusivamente, seus associados. Em outras palavras, as operações ativas e passivas estão circunscritas ao corpo social. Veja-se:

“Além dos recursos próprios representados pelas quotas-partes de capital, a cooperativa de crédito pode utilizar-se, na consecução de seus

objetivos, de recursos captados sob a forma de depósitos à vista” (cap.3, art.3). No entanto, tais depósitos, “sempre e obrigatoriamente, devem ser provenientes de associados da cooperativa de crédito” (cap. 3, art.4).

E o alargamento do corpo social da cooperativa, processo que permite seu crescimento horizontal, apresenta limitações uma vez que

“...a cooperativa de crédito deve adequar sua área de ação às possibilidades de reunião, controle e operações, admitindo-se, apenas em casos específicos apreciados e autorizados pelo Banco Central, delimitá-los além dos municípios limítrofes ao da sede social” (cap. 1, art.23).

É por isso que as cooperativas nascem sempre como negócios pequenos. É por isso, também, que se sustenta aqui, como já se fez em estudos anteriores,¹ que o crescimento da empresa cooperativa, em geral, caracteriza-se como uma tensão constante entre as necessidades de crescimento da empresa (para não dizer do capital cooperativo, como qualquer outro capital) e os princípios doutrinários legais que norteiam seu funcionamento.²

O resultado deste conflito, no caso de sucesso empresarial, é o transbordamento das atividades para outros setores produtivos, para outros produtos, outras regiões, etc. Como, aliás, acontece com as cooperativas de produção no Brasil que se transformam em multiempresas.³

No caso do cooperativismo de crédito, tal desdobramento se daria no sentido de transformação de instituições do tipo banco de depósitos, com base de operações municipais, voltadas ao financiamento de curto prazo, em estruturas financeiras semelhantes às dos bancos múltiplos, ou seja, dos multibancos.

Este processo é incipiente no Brasil; no entanto, já começou. E a legislação sobre o funcionamento do setor vai caminhar passo a passo, no sentido de propiciar este alargamento de fronteiras. Mas enquanto isso, e até correndo na frente, as cooperativas de crédito criam, e

¹ Ver Benetti (1982 e 1989).

² Um fator importante para a diversificação das atividades financeiras das cooperativas em seus vários campos é a redução do fator risco empresarial. Nos Estados Unidos, no período 1981-1986, ocorreu uma tendência à redução da rentabilidade bancária em geral. No entanto, esta queda foi muito maior no setor dos bancos agrícolas, em função da crise intensa vivida pelo mesmo. Tais bancos recuperaram-se nos anos posteriores, em função da intervenção do Estado e ao fato de que os produtores venderam ativos para pagar suas dívidas. A esse respeito, ver Perez (1990, pp. 348 a 359).

³ Não apenas no Brasil, aliás. Lerman e Parliament (1991, p. 27) dizem a respeito das cooperativas de produção nos Estados Unidos: “One of the persistent trends among cooperatives is growth through mergers and acquisitions”.

sobretudo, inventam cotidianamente mil formas de elidir a legislação restritiva e a concorrência com o setor bancário tradicional, nem que para isso tenham de se associar a seus agentes, ou melhor dizendo, de se constituir seus parceiros.

Cabe aqui chamar a atenção para outra questão, que diz respeito ao controle e à repartição do produto na empresa cooperativa, uma vez que ele estabelece limites aos benefícios do contrato social cooperativo.

Embora exista o capital social na empresa cooperativa (dividido em quotas-partes, subscritas e integralizadas pelos associados), a gestão na empresa não deve depender da participação do produtor nesse fundo social. O controle nessas unidades empresariais obedece ao preceito segundo o qual todos os indivíduos são iguais na hora de decidir sobre os rumos dos negócios cooperativos independentemente da sua posição relativa na formação do seu capital. É por isso que na assembléia-geral — órgão soberano de decisão na empresa cooperativa — a cada produtor, ou melhor, a cada associado, corresponde um único voto. Este seria o mecanismo estabelecido para efetivar o controle democrático da sociedade.

Na empresa cooperativa os resultados de sua atividade econômica são denominados por sobras (por lucro, na tipicamente capitalista), e a distribuição das mesmas aos produtores-associados, por retorno. E o retorno das sobras deve verificar-se *pro rata* das operações do associado na movimentação geral dos negócios da cooperativa (Banco Central, cap. 1, art. 6º, g).

1.2 Organização Institucional do Crédito Rural Cooperativo

Segundo o MNI (capítulo 17 que trata da normatização do funcionamento das cooperativas de crédito), existem três tipos de organização institucional do crédito cooperativo no Brasil, a saber, as cooperativas singulares de crédito, as centrais, ou federações, e as confederações de cooperativas.

As cooperativas singulares de crédito são constituídas por pessoas físicas (no mínimo vinte). No caso das cooperativas de crédito rural (CCRs), abre-se exceção para pessoas jurídicas — desde que estas últimas

“exercem exclusivamente atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas na área de ação da cooperativa ou atividades de captura e transformação do pescado. Caracterizam-se as singulares por realizarem prestação direta de assistência financeira e de serviços acessórios aos associados”.

Já as cooperativas centrais são integradas por cooperativas singulares (no mínimo, por três). Seu objetivo consiste

“na organização, em comum e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços”.

Finalmente, as confederações de cooperativas de crédito agrupam organizações centrais de crédito referidas no parágrafo anterior,

“sendo seu objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou a conveniência de atuação das centrais e federações”.

Observa-se que a função financeira das cooperativas de crédito só é especificada na caracterização das cooperativas singulares. No entanto, julga-se que a função econômica das centrais pode ser interpretada como se financeira fosse, pelo fato de as normas estarem a dispor sobre o funcionamento de instituições de crédito. Além disso, as instruções falam, como se viu, na integração das atividades das singulares pelas centrais, o que pode ser interpretado como se tratando da integração de atividades financeiras. Em suma, se for assim, então, as cooperativas de crédito central podem ser consideradas elas próprias como instituições de crédito. Pelo fato de serem organizações financeiras com objetivos diferentes dos das singulares, têm naturalmente funções financeiras distintas, próprias de organizações financeiras centrais.

Em nenhuma parte do MNI, assim como em nenhum outro instrumento legal são especificadas, ou sequer aludidas as funções financeiras das centrais, o que diz respeito finalmente às suas relações financeiras com as cooperativas singulares, o mesmo não ocorrendo com as singulares no seu relacionamento com as pessoas físicas e jurídicas que formam seu corpo social.

Chama a atenção ainda que a caracterização das funções das centrais e suas confederações pelo MNI repete literalmente as especificações da lei geral do cooperativismo (Lei nº 5.764, de 16/12/1971) no seu capítulo III, art. 8º e 9º, que dispõem sobre os objetivos dessas

instituições em geral, o MNI não acrescentando ou especificando nada com relação às cooperativas de crédito. Veja-se:

“As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços” (art. 8º).

Ou, então, leia-se:

“As confederações de cooperativas têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações” (art.9º).

Assim, quando as cooperativas centrais, como é o caso concreto, se constituem para exercerem funções financeiras, ou passam a assumi-las, elas elaboram um regimento interno, um estatuto de funcionamento próprio onde aquelas são especificadas. Em suma, como não são previstos por normas gerais os estatutos são construídos caso a caso.

Exemplo disto é o estatuto social da Cocecrer — RS. Este, por exemplo, ao definir os objetivos sociais da instituição, diz o seguinte:

“A Cooperativa Central tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando...” (cap.II, art. 2º).

O mecanismo concreto que integra as cooperativas singulares às centrais em nível estadual é o Sicredi — Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativo. É este que estabelece e regula as relações financeiras entre as cooperativas singulares e a central, bem como as respectivas funções financeiras.

As funções das organizações de segundo grau não podem fugir muito daquelas desempenhadas por instituições de crédito central, referindo-se a mecanismos de centralização de recursos monetários e financeiros captados pelas instituições de base do sistema, de redistribuição dos mesmos entre estas organizações, bem como de valorização dos excedentes do sistema através de sua aplicação fora do setor, no mercado financeiro. Paralelamente a isso, elas têm a responsabilidade de assegurar a liquidez do sistema e executar a complexa função bancária de transformação dos recursos, no sentido de mudança dos seus prazos.

Em muitos sentidos as centrais de crédito atuam como bancos comerciais privados típicos o fazem, em relação a suas agências e postos de atendimento. Mas no caso das cooperativas os mecanismos financeiros são muito mais complexos do que os existentes para os bancos privados e suas agências, e muito mais difícil o controle da instituição central sobre os mesmos. Isto porque o corpo social de uma central é constituído por verdadeiras empresas, portanto, com existência jurídica própria, com capital próprio, com sua própria contabilidade e balanço e, naturalmente, com sua própria administração. Além disso, os riscos a curto prazo das centrais de crédito são maiores do que os existentes para os bancos tipicamente comerciais, uma vez que não lhes é permitido socorrer-se do redesconto de seus títulos no Banco Central para manter os índices de liquidez adequados, e tampouco utilizar-se de suas reservas bancárias para o mesmo fim.

As normas do funcionamento do cooperativismo de crédito são igualmente omissas quanto à possibilidade das confederações de cooperativas de crédito exercerem, por sua vez, funções financeiras. No entanto, como não há interdição expressa das mesmas exercerem tais funções, nada as impede do ponto de vista legal de se organizarem para executá-las, interpretando-se as disposições legais genéricas existentes sobre o assunto também nesse sentido.

Considerando, de um lado, que não existe qualquer impedimento legal formalizado à adoção de funções financeiras pelas cooperativas centrais e suas confederações, e, de outro lado, a experiência concreta da adoção de funções financeiras pelas cooperativas centrais, é possível concluir que não existem restrições nesse campo à constituição de um sistema financeiro de crédito cooperativo no Brasil — de caráter regional ou nacional. Estamos pensando em um verdadeiro sistema de crédito cooperativo, no sentido de reunião de um conjunto de empresas de natureza cooperativa, organizadas sob a forma piramidal, constituído na base pelas organizações singulares, no estrato intermediário pelas centrais e na cúpula pela confederação das cooperativas, órgão de cúpula do sistema, empresas essas que mesmo sendo independentes integram-se umas às outras através de mecanismos financeiros, assim como político-administrativos.

As determinações do Bacen segundo as quais a

“cooperativa de crédito deve adequar sua área de ação às possibilidades de reunião, controle e operações, admitindo-se apenas, em casos especiais apreciados e autorizados pelo Banco Central, limitá-la além dos municípios limítrofes ao da sede social” (Banco Central, tit. 17, cap. 1, seção 23),

a proibição das mesmas possuírem agências, departamentos, escritórios, filiais e sucursais (ver tít.17, ap. 7, seção 1, itens 1 a 3) e, finalmente, a de que “todas as atividades operacionais de crédito devam ser feitas, obrigatoriamente, em sua sede social” (tít.17, cap.7, seção 1, art. 3), ao mesmo tempo em que determinam diretamente o tamanho e o grau de abrangência geográfica da cooperativa singular, o fazem indiretamente com relação ao tamanho e à abrangência geográfica das centrais e das confederações. Enquanto as cooperativas singulares são instituições locais/municipais, as centrais são organizações estaduais (conjunto de municípios) e as confederações são instituições regionais (conjunto de estados).

Isto é muito diferente da situação dos bancos tipicamente comerciais privados que podem, em princípio, crescer indefinidamente através de agências. As cooperativas só podem crescer e transformar-se em organizações de âmbito maior que municipal — transformando-se em organizações estaduais e/ou regionais e nacionais — através de sua integração sob a forma de centrais e confederações.

Dados Estruturais

2.1 Informações Gerais

O Anuário do Cooperativismo Brasileiro - 1991 — publicado pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) — informa a existência de 235 CCRs no ano de 1990, das quais oito constituem cooperativas centrais de crédito rural (CCCRs) e as 227 restantes, cooperativas singulares de crédito rural (CSCRs). Informações recentes dão conta que aumentou o número de centrais, com a criação de uma empresa deste tipo em São Paulo. Não existe confederação de cooperativas no Brasil.

As CCCRs distribuem-se entre os estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o já mencionado estado de São Paulo.

Tais organizações localizam-se, portanto, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, abrangendo tanto as regiões de agricultura antiga como as caracterizadas como frentes de expansão geográfica da agropecuária. São regiões policultoras modernas, isto é, produtoras de grãos e produtos da pecuária de grande e de pequeno porte, sendo sua agricultura desenvolvida com base tecnológica avançada em relação aos estados do Norte do Brasil.

Dos estados de agricultura consolidada e relativamente desenvolvida, São Paulo e Minas Gerais foram os que mais tardaram a organizar suas cooperativas centrais.

As CCCRs têm base regional, ou melhor, estadual, enquanto as CSCRs constituem organizações de caráter local ou municipal.

Nem todas as centrais desempenham as mesmas funções, isto é, nem todas desempenham funções financeiras, políticas e administrativas, assim como nem todas as cooperativas singulares são filiadas às respectivas centrais estaduais.

Com funções financeiras consolidadas existem apenas as CCRs do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. É nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul onde registra-se maior grau de integração das singulares à central, sendo 100% no primeiro estado e praticamente este índice no caso do RS. Estados como São Paulo e Minas Gerais, de agricultura antiga e desenvolvida, não possuem centrais com funções financeiras. Minas Gerais esboça, muito recentemente, um processo de integração nesse nível entre as associadas à Crediminas. Em Goiás, havia expectativa que a central estadual começasse a operar financeiramente na segunda metade do ano de 1991.

Nossa hipótese é associar o atraso relativo dos estados na formação de sistemas financeiros cooperativos à origem das cooperativas de crédito, isto é, segundo estas tenham ou não se originado de cooperativas de produção, e ao estágio de desenvolvimento destas últimas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde existe o mais avançado sistema financeiro de cooperativismo rural, o movimento do cooperativismo de crédito deu-se por fora das cooperativas de produção. Se isto for efetivamente assim, então são interesses específicos de categorias de produtores regionais que bloqueiam a transformação da rede de cooperativas em sistemas financeiros de caráter estadual e nacional. O fato de ser pequena, isto é, o fato de a cooperativa operar com um grupo de produtores, se por um lado limita o volume de recursos financeiros, por outro lado assegura à mesma (e àquele grupo de produtores, consequentemente) o controle sobre os mesmos, o que não seria muito mais complicado no caso em que estivesse a cooperativa vinculada a uma central, onde naturalmente ocorre a centralização dos recursos financeiros pelas federações e sua redistribuição. Se produtores rurais organizam cooperativas de crédito para terem controle sobre o financiamento de sua produção, é natural que tenham perdê-lo, via integração vertical, isto é, via centralização dos recursos por meio de instituições de crédito cooperativo de segundo grau. Quem, ou quais mecanismos, que não fossem os políticos, assegurariam que o crédito para o plantio de batatas da Cotia não fosse parar nas mãos dos plantadores de cana de Pernambuco?

2.2 Distribuição Institucional do Crédito Cooperativo

Para a análise da distribuição institucional do crédito cooperativo descartaram-se 42 empresas das 211 inventariadas pelo BNCC, em junho de 1989, por não possuírem informações sobre os principais dados do balanço. Estas, contudo, aparecem relacionadas ao final do Quadro 5 do Anexo Estatístico.

O crédito cooperativo encontra-se fortemente concentrado institucionalmente. Pelos dados de junho de 1989 relativos às 169 cooperativas consideradas, uma cooperativa apenas detinha 16% dos ativos totais das cooperativas de crédito. As duas seguintes, em ordem decrescente de grandeza, atingiam cada uma cerca de 10% do agregado em referência. As três principais cooperativas em termos de tamanho dos seus ativos possuíam 35% dos ativos do sistema. Somando-se aos ativos dessas empresas os das três outras que lhes sucedem em ordem de grandeza, tem-se 50% dos ativos do sistema. Em resumo, seis das 169 cooperativas consideradas possuem 50% do balanço do setor (ver Gráficos 1 e 2 adiante).

Entre as empresas líderes segundo o critério em referência, o primeiro lugar cabe à Cotia, com sede em São Paulo. Em segundo lugar aparece a Cooperativa de Plantadores de Cana de Pernambuco, em terceiro, a Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul, em quarto, a Cooperativa de Plantadores de Cana de Alagoas, em quinto, a Cooperacitrus de São Paulo e, finalmente, em sexto, a Cooperativa Central de Crédito do Paraná. Nesta relação não estão incluídas duas cooperativas de cana, localizadas, uma no estado do Rio de Janeiro, a Cooperativa de Crédito de Açúcar do Rio de Janeiro Ltda., e outra, a Cooperativa de Capela, sediada em Alagoas, que figuravam em junho de 1988 entre as cinco primeiras cooperativas no *ranking* nacional. É possível que, se estivessem presentes, disputassem a liderança com as centrais regionais. De qualquer forma, em 1989, duas cooperativas de São Paulo aparecem entre as seis maiores cooperativas de crédito rural, ambas vinculadas a um grupo específico de produtores. Outras duas constituem cooperativas de cana da região Nordeste do país, enquanto mais duas são centrais de cooperativas singulares de crédito sediadas na região Sul. Não existindo nesta região, como é o caso também de Minas Gerais, nenhuma cooperativa de porte semelhante às singulares de São Paulo e às da região Nordeste, conclui-se que a inclusão dos estados sulistas na relação das principais do setor deve-se à integração das cooperativas singulares operadas através das respectivas centrais de crédito. Como o estado mineiro tampouco registra cooperativa singular do porte das quatro primeiras colocadas, é possível deduzir que só o aumento do grau de centralização dos recursos financeiros

que circulam nas cooperativas singulares pode colocar a Crediminas ao lado das maiores do setor, tal como ocorre com o Rio Grande do Sul e o Paraná.

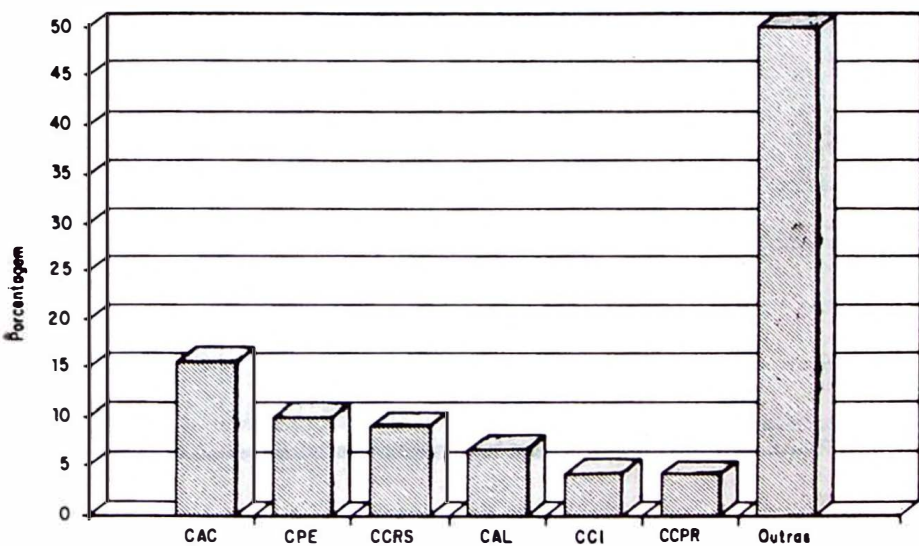
No ano de 1988, verificava-se o mesmo quadro de concentração institucional do crédito cooperativo, até mais acentuado, na verdade, visto que as seis cooperativas primeiro colocadas detinham mais de 60% dos ativos totais da rede nacional (ver Quadro 6 do A.E. e Gráfico 3). O grau de concentração institucional do crédito rural cooperativo neste último ano, medido pelo coeficiente de Gini, situa-se em 0,761. Deduzindo-se dos ativos totais da rede os relativos às três maiores cooperativas, aquele índice baixa para 0,613 (ver Gráfico 4). Além disso, a discrepância entre os valores estimados da média e da mediana, que era de quase quatro vezes, cai para pouco mais de duas vezes. Isto permite concluir o quanto são grandes essas três cooperativas em relação às demais para que sua exclusão da distribuição cause uma redução dessa ordem na diferença entre os valores das duas estatísticas.

A diferença entre o levantamento de 1988 com relação ao de 1989, no que diz respeito à concentração institucional dos ativos, é que em 1988, das seis maiores do setor, quatro eram vinculadas a produtores de cana, estando três delas sediadas no Nordeste e uma na região Sudeste. Neste período a cooperativa de crédito da Cotia, a CAC, detinha sozinha 23% dos ativos totais do setor. Junto com a cooperativa de cana de Pernambuco já citada, totalizavam quase 40% do balanço nacional.

Seja como for, o que os dados permitem concluir é que, no final dos anos 90, ser grande no setor era ser, ou Cotia, ou cooperativa de comercialização de cana. É possível que os dados de 1989 estejam indicando uma alteração no médio prazo deste quadro, no sentido da consolidação das cooperativas paulistas vinculadas aos produtores de laranja e das centrais da região Sul do país como as maiores do setor, disputando os primeiros lugares com as de cana e em detrimento das colocações destas últimas. Em resumo, poderia haver uma redistribuição institucional do crédito cooperativo em favor de alguns produtos e de alguns estados da Federação.

Deduzindo-se da relação das cooperativas de crédito as que compõem o setor de cana, isto é, as vinculadas aos canavieiros, os ativos do setor de crédito cooperativo reduzem-se em cerca de 1/4, mais precisamente em 24%. Como estes números, relativos a 1989, não incluem a cooperativa de cana do Rio de Janeiro por falta de dados, e considerando-se que seus ativos representavam, em 1988, 8% do agregado da rede, a importância do setor de cana deve ser maior do que os dados de 1989 estão mostrando, podendo aproximar-se de 30%.

GRÁFICO 1
Cooperativas de Crédito Rural — jun./89



Fonte: BNCC.

GRÁFICO 2

Distribuição das CCRs s/Tamanho do Ativo— jun./89

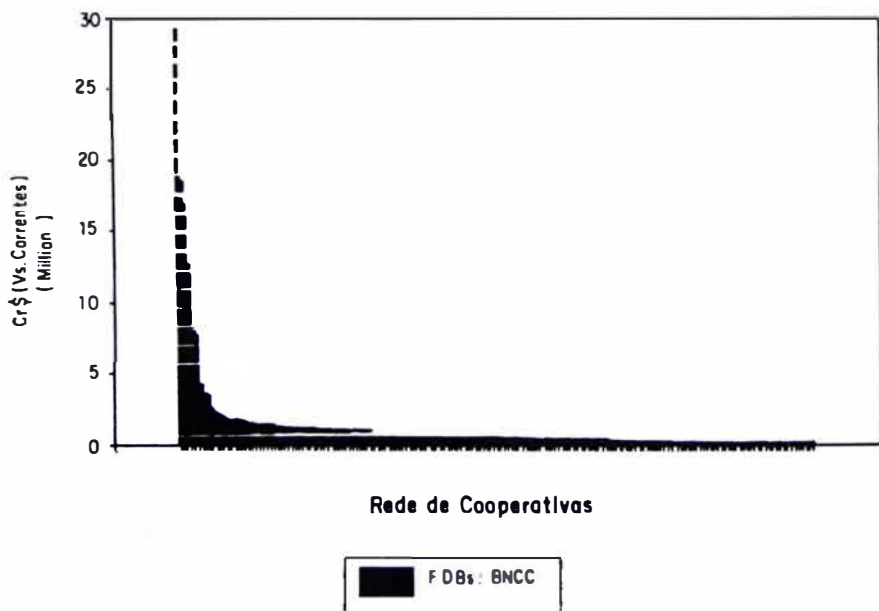


GRÁFICO 3

Concentração das CCRs p/Estado s/Valor do Ativo—jun./88

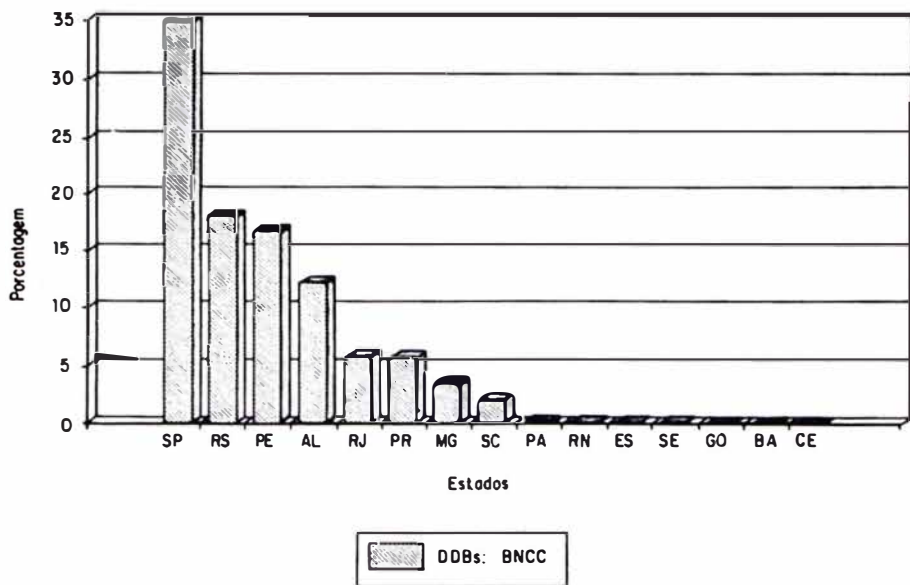
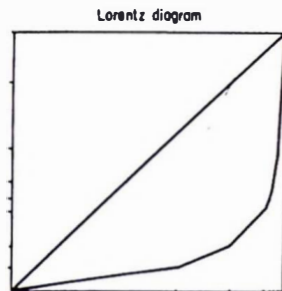


GRÁFICO 4

CRCs: Indicadores de Concentração da Rede Nacional

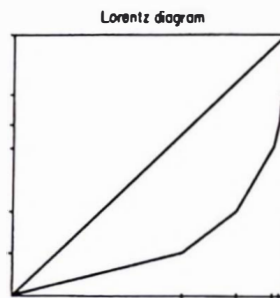
4.1 BR

Mean: 168,750
 Median: 41,176
 Gini Index: 0,761



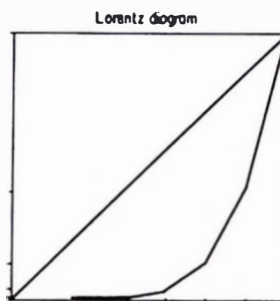
4.2 BR-3M

Mean: 94,343
 Median: 40,294
 Gini Index: 0,613



4.3 Estados

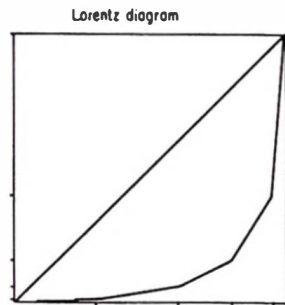
Mean: 1442,857
 Median: 275,688
 Gini index: 0,889



4.4 SP

Mean: 247625,000
Median: 44333,333

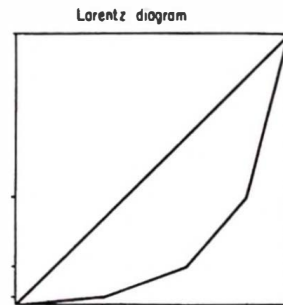
Gini index: 0,776



4.5 SP - Cotia

Mean: 104552,632
Median: 41416,667

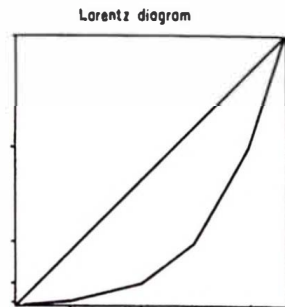
Gini index: 0,597



4.6 MG

Mean: 59433,333
Median: 28233,333

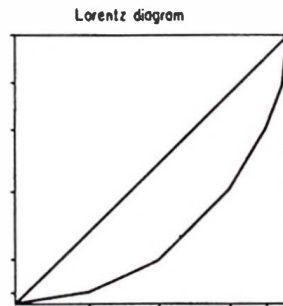
Gini index: 0,531



4.7 RS

Mean: 60025,424
Median: 38000,000

Gini index: 0,503



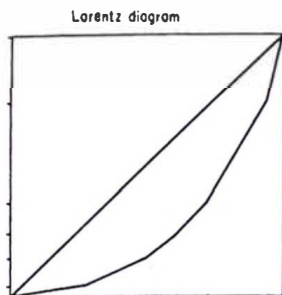
(Continua)

GRÁFICO 4 (Continuação)

4.8 PR

Mean 64189,139
Median 40000,000

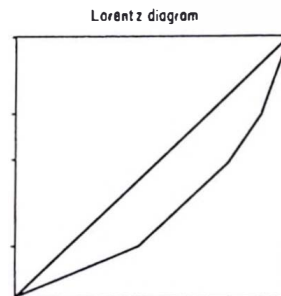
Gini index 0,499



4.9 SC

Mean 45555,556
Median 41666,667

Gini index 0,347



Fonte dos Dados Brutos: Quadra nº 6 do A.E.

2.3 Distribuição Espacial do Crédito Cooperativo

2.3.1 Regional

Pelos dados de 1989 do BNCC, os ativos das cooperativas de crédito rural dos estados da região Sul somavam quase a metade do valor total dos ativos do setor, seguindo-se em ordem decrescente de importância os da região Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (ver Gráfico 5 e Quadro 7 do A.E.).

Verifica-se enorme discrepância regional quanto à concentração regional do crédito rural, uma vez que os estados do Sul e do Sudeste detêm juntos 80% dos ativos do setor. Os resultados do levantamento de junho de 1988 do BNCC confirmam este quadro de concentração regional; no entanto evidenciam mudança na posição relativa das regiões. Neste ano, com efeito, o primeiro lugar cabe à região Sudeste, o segundo, à Nordeste, e o terceiro, à região Sul (ver Quadro 8 do A.E. e Gráfico 6).

Os dados de 1989 podem sugerir uma tendência de modificação na posição relativa das regiões, com predominância da região Sul em detrimento das demais. Se se atribuir a melhoria da posição das cooperativas da região Sul à sua integração financeira através dos Sicredis estaduais é lícito supor que a ocorrência desse processo nos estados de Minas Gerais e de São Paulo reverterá a supremacia da região Sul.

A observação da composição do passivo das redes regionais (ver Quadro 7 do A.E.) permite constatar que o índice de capitalização (pl/ativo) é muito maior nas cooperativas do Nordeste, na verdade quase o dobro dos valores encontrados para as regiões Sul e Sudeste. Já os depósitos são inexpressivos (2% do ativo) na região Nordeste. A importância dos repasses na composição dos recursos das cooperativas é grande em todas as regiões.

Tal quadro é coerente com as observações feitas no item anterior quando se analisava a distribuição institucional do crédito cooperativo.

Ressaltou-se a importância das operações interfinanceiras para as cooperativas de crédito em geral. Chamou-se a atenção também para o fato de que as cooperativas vinculadas aos fornecedores de cana eram relativamente mais capitalizadas e que apresentavam os menores índices de captação por depósitos. Como são essas cooperativas que predominam na região Nordeste, explica-se a predominância dos recursos próprios e dos repasses na composição do balanço das cooperativas nordestinas.

GRÁFICO 5
Concentração das CCRs p/ Região s/ Valor do Ativo—Jun./89

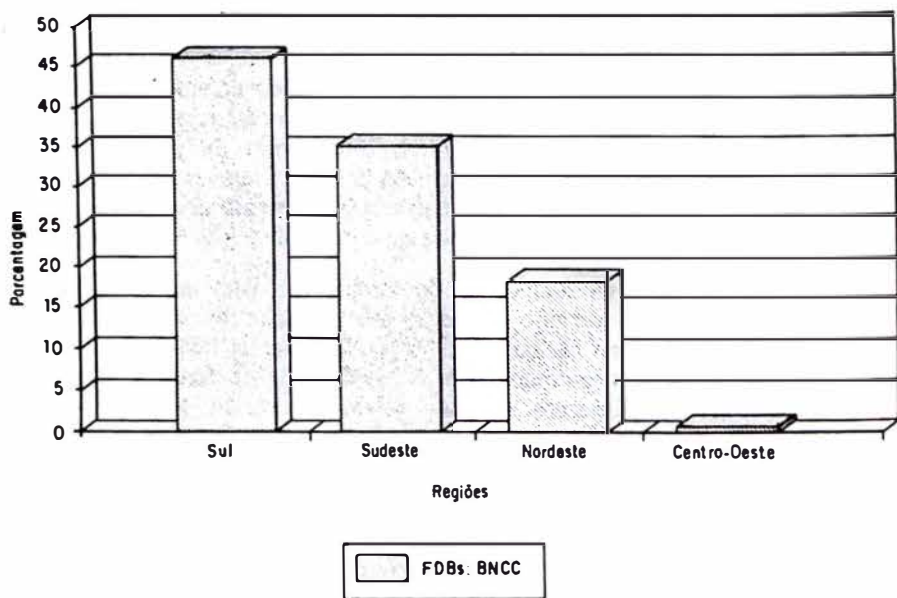
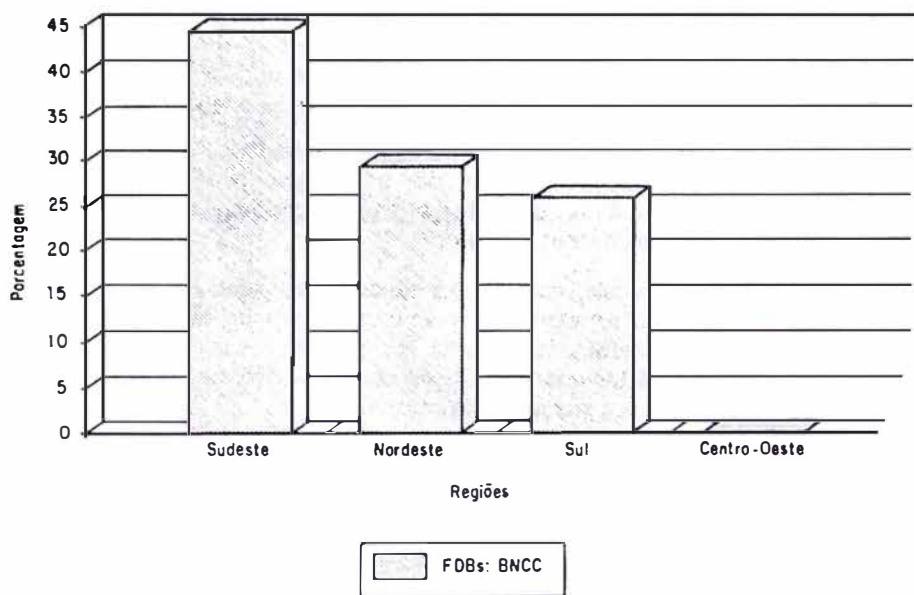


GRÁFICO 6

Concentração das CCRs p/Região s/Valor do Ativo—jun./88



Se o negócio bancário fundamenta-se na captação de recursos junto ao público, então as cooperativas de crédito da região Nordeste não se constituem verdadeiramente em empresas financeiras, mas em corretoras de fundos dos verdadeiros bancos para o financiamento da agricultura.

Veja-se que o índice empréstimos/depósitos calculado para o agregado das cooperativas da região revela-se quase seis vezes o valor estimado para o setor em nível nacional.

A rentabilidade média dos ativos e do patrimônio líquido (s/ativos e s/pl, respectivamente) das cooperativas nordestinas também é inferior à encontrada para as das regiões Sul e Sudeste.

Entre as regiões Sul e Sudeste, os melhores desempenhos empresariais, medidos pelos coeficientes emp/deps., s/ativos e pl/ativos, registram-se na região Sudeste.

Uma hipótese profícua para investigações sobre as causas das diferenças regionais de produtividade das cooperativas de crédito seria buscar associá-las ao tipo de agricultura e de cooperativas de produção predominantes na sua área de atuação e às quais se acham vinculadas.

Assim, no Nordeste, os menores níveis médios de eficiência poderiam ser atribuídos ao fato de as cooperativas financiarem praticamente um produto, ou seja, a cana, ocasionando um baixo coeficiente de rotação dos seus ativos.

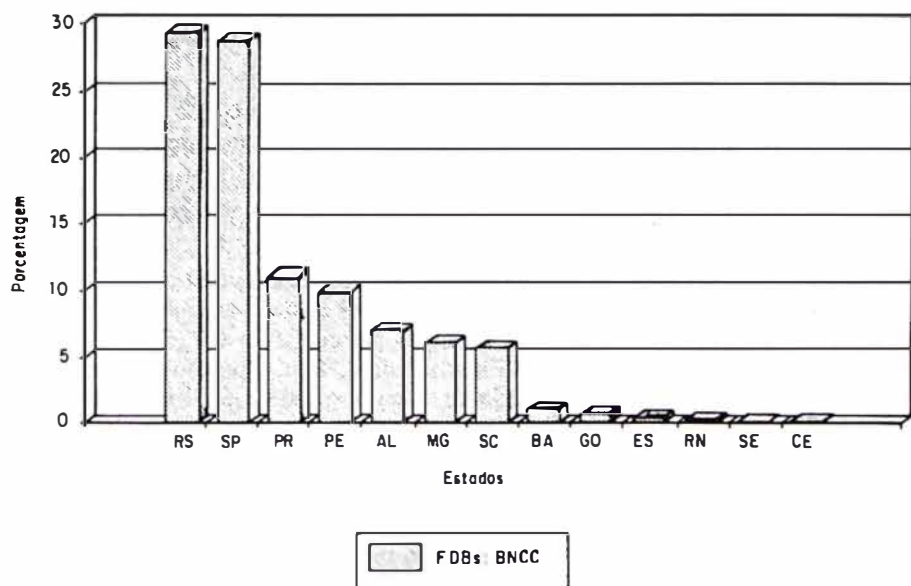
Na região Sudeste, como outro exemplo, os melhores níveis de desempenho poderiam ser explicados pelo caráter contínuo da produção do setor da pecuária leiteira mineira e de hortifrutigranjeiros da CRCR — AC (Cotia - SP), fator que gera fluxos monetários contínuos, aumenta depósitos e a rotação dos ativos das cooperativas.

2.3.2 Estadual

O crédito cooperativo apresenta-se igualmente concentrado, considerando-se os estados da Federação.

Em 1988, São Paulo concentrava sozinho 35% dos ativos do setor, seguindo-se os estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Alagoas, com contribuições individuais situadas entre 18% e 12%. Os quatro estados juntos somavam mais de 80% do agregado (ver Gráfico 7 e Quadro 9 do A.E.).

GRÁFICO 7
Concentração das CCRs p/ Estado s/ Valor do Ativo—jun./89



Em 1989, este quadro de concentração estadual não se altera, no sentido de que uma Unidade da Federação dispõe de quase 30% dos ativos do sistema, sendo que somados aos existentes no estado que lhe sucede em ordem de grandeza possuem juntos 50% do balanço do setor. Os quatro primeiros estados colocados dispõem de 80% dos ativos totais, como ocorria em 1988 (ver Quadro 10 do A.E.).

A diferença entre os dois censos do BNCC é que há uma inversão na posição relativa dos estados no *ranking*. No último, o primeiro posto cabe ao Rio Grande do Sul, deslocando-se São Paulo para o segundo, cabendo o terceiro lugar ao Paraná e o quarto a Pernambuco.

Esse movimento de curto prazo em favor dos estados do Sul e do Sudeste, em detrimento dos do Nordeste, muito provavelmente reflete tendência de médio prazo de crescimento vigoroso e consolidação do cooperativismo de crédito nestas regiões, no vazio criado pela retirada do Banco do Brasil e do governo federal na área de financiamento à agricultura.

O coeficiente de Gini relativo ao grau de concentração do crédito cooperativo em nível de estado situa-se em 0,689, revelando-se menor do que o valor estimado para a concentração institucional.

Calculado o Gini para aqueles estados que dispõem de um número significativo de cooperativas de crédito verifica-se que em todos eles, com exceção de São Paulo, o crédito cooperativo acha-se menos concentrado institucionalmente, pois os índices variam de 0,347 a 0,531. Em São Paulo, o valor estimado situou-se em 0,776, superior ao registrado pela concentração institucional. Esta situação deve-se à CAC-Cotia, uma vez que, retirada do cálculo, o índice de Gini cai para 0,597 (ver Gráfico 4).

As informações sobre o desempenho das cooperativas de crédito em nível de estado confirmam o quadro regional.

Nos estados de SE, PE, RN e CE, o índice pl/ativo varia entre 70% e 100%. Os repasses são individualmente a principal fonte de recursos para as cooperativas de crédito na maioria dos estados. A captação via depósitos é relativamente mais importante nos estados de MG, SP e GO.

No que diz respeito à rentabilidade do capital (s/pl) e da eficiência dos ativos (s/ativos), os melhores índices registram-se nos estados de GO, MG, BA e SP. Tendo em vista que o cooperativismo de crédito é ainda

incipiente na BA e em GO, as situações realmente significativas de serem levadas em consideração são as dos estados mineiro e paulista.

Imaginando como indicador da importância do cooperativismo de crédito na economia agrícola dos respectivos estados a relação valor dos ativos cooperativos/PIB agrícola — que se convencionou chamar por coeficiente de penetração do cooperativismo de crédito rural —¹ observa-se que o valor mais alto do índice foi registrado no Rio Grande do Sul e que este se situa muito acima dos registrados nos estados que lhe sucedem em ordem decrescente de grandeza (ver Quadro 2 adiante).

Dado o tamanho absoluto do PIB dos estados de MG, SP e PR, e os seus ainda relativamente baixos coeficientes de penetração do crédito cooperativo, existe um potencial muito grande de penetração do cooperativismo de crédito rural nessas regiões.

A potencialidade de expansão do cooperativismo de crédito pode ser demonstrado de outro prisma. Supondo que a capacidade de poupança da agricultura seja igual à média nacional — 26% em 1989 —, a poupança potencial da agricultura, ou melhor, da agricultura estabelecida nos estados de MG, SP, BA, PR, SC e RS, em conjunto, seria de cerca de 19 milhões de cruzeiros. Neste caso, os ativos totais das cooperativas, no mesmo ano, representariam apenas 1% daquele total. Os 99% restantes estariam sendo captados pelos demais agentes financeiros, não cooperativistas.

¹ Conforme sugerido pelo Banco Mexicano Somex (1990).

QUADRO 2

Indicador de Penetração do Cooperativismo de Crédito Rural -1989

Estados	PIB Total Cr\$ 1.000	PIB Agríc. PIB Total	PIB Agrícola Cr\$ 1.000	% PIB Agrícola Total	Ativos das CCRs Cr\$	Indicador Penetração (ativos/PIB Agríc.)*100
MG	121.701.71	15,39	18.729.893	18,96	11.350.713	0,061
RJ	160.937.12	1,53	2.462.338	2,49		
SP	428.819.15	3,63	15.566.135	15,76	53.464.536	0,343
BA	63.855.56	15,39	9.827.371	9,95	1.735.216	0,018
PR	78.655.69	13,97	10.988.200	11,12	20.731.265	0,189
SC	44.153.55	11,48	5.068.829	5,13	10.449.507	0,206
RS	99.856.11	8,98	8.967.079	9,08	54.446.890	0,607
SUB	997.978.92		71.609.846			
BR	1.154.356.06	8,56	98.798.688	100,00		

Fonte: BNCC.

Aspectos Econômico-Financeiros

3.1 Participação das Cooperativas no Financiamento à Agricultura

Na segunda metade dos anos 80, a participação do setor cooperativista no valor total dos financiamentos agropecuários concedidos pelo SNCR foi insignificante, situando-se em torno de 3%.

No entanto, tal participação apresentou tendência ascendente, uma vez que passou de 2,6% para 3,9% entre 1986 e 1990, em um período de redução acentuada no valor dos créditos à agricultura. Nesta época, enquanto o índice do valor real dos financiamentos caía de 100 para 29 entre os dois pontos extremos da série, a parte das cooperativas reduzia-se para 43 (ver Quadro 3).

Esta situação de marginalidade do setor cooperativo no financiamento à agricultura não poderia ser diferente.

De fato, embora a modalidade cooperativa de crédito rural existisse desde muito tempo — as primeiras cooperativas foram trazidas pelo imigrantes alemães no início do século — e não obstante registrar-se hoje um número apreciável de empresas atuando no setor, seu desenvolvimento e consolidação foram limitados fortemente pela base, isto é, pelo estatuto jurídico da sociedade comercial cooperativa

Essa situação originou-se da reforma bancária de 1964, que trouxe consigo o reenquadramento das normativas de constituição e funcionamento do cooperativismo de crédito. Por ser muito restritivo, o ordenamento jurídico terminou bloqueando o desenvolvimento das empresas mutualistas. Existe registro de que a ação das autoridades monetárias tenha tido objetivo saneador. Independentemente das razões

principalmente responsáveis pelas diretrizes governamentais para o setor, o certo é que durante um período grande de tempo o governo parece ter preferido operar a capilarização do crédito rural — na impossibilidade de ser processada pelos agentes tradicionais — através da criação das seções de crédito das cooperativas de produção.

QUADRO 3

SNCR E CCRs: Índices dos Valores Reais dos Empréstimos Base 1986 = 100

Anos	CCRs	SNCR
1986	100	100
1987	82,67	77,90
1988		55,52
1989	55,18	50,81
1990	43,50	29,03

Fonte: Quadros 1, 2, 3 e 4 do A.E. FGV Índice base dez. 1989 = 100.

Ao final dos anos 80, com a inclusão na Constituição Federal de dispositivo que preceitua novo estatuto jurídico-financeiro para o cooperativismo de crédito, foram dadas as condições preliminares para a mudança no quadro de crescimento vegetativo prevalente até a década de 80.

No ano de 1990, 94% dos créditos concedidos pelo setor cooperativista de crédito correspondiam a financiamentos à lavoura, e o restante, à pecuária, situação muito próxima à do SNCR, que alocava em média 91% dos recursos à agricultura.

Por outro lado, cerca de 97% e 3% dos créditos destinavam-se ao custeio e investimento agropecuários respectivamente, revelando-se próxima a zero a participação dos financiamentos à comercialização (ver Quadro 4 do A.E.). A situação mostrava-se diferente em nível do SNCR, pois 14% dos seus recursos representavam operações de crédito para comercialização, 11% para investimento e 75% para custeio. A média de participação para os agentes financeiros oficiais federais apresentava um quadro intermediário: 80% para custeio, 9%, investimento, e 11%, comercialização. O setor privado investia relativamente menos de seus recursos para operações de custeio, 63%, e mais para comercialização, 26% (ver Quadro 4 do A.E. e Gráficos 8, 9, 10 e 11).

Com base nesses dados, observa-se uma concentração das operações de crédito das cooperativas para financiamento do custeio agropecuário que são, aliás, as de maior risco. As demais instituições de crédito, embora dirijam a maior parte dos recursos para operações com esta finalidade, apresentam índices de aplicações pouco maiores nas outras rubricas de crédito. O segmento que mais diversifica suas aplicações, e mais financia a comercialização, constitui o dos bancos comerciais privados. Isto deve ocorrer principalmente pelo menor risco destas operações.

O Banco do Brasil é isoladamente o maior agente financeiro da agropecuária. Veja-se que todo o financiamento do setor dos bancos comerciais privados entre 1985 e 1989 nunca superou mais do que 44% dos créditos do banco oficial, na média, representando um terço destes. As participações do setor cooperativista no valor dos créditos concedidos pelo Banco do Brasil foi, em média, de 1,5% (ver Quadro 4).

No Quadro 5 pode-se observar que mais da metade dos créditos concedidos pelas CCRs constituem créditos a produtores, concentrados na finalidade de custeio agropecuário. Os empréstimos a cooperativas de produtores são insignificantes. A rubrica empréstimos a atividades não especificadas, referente a operações não enquadradas como típicas de crédito rural e, por conseguinte, de aplicação livre quanto à finalidade e taxas de juros, apresentam expressiva participação nas operações de crédito das cooperativas. A queda verificada em junho de 1989 em relação a dezembro de 1988 não deve registrar corretamente a situação das aplicações nesta rubrica, devendo-se mais provavelmente a mudanças nos critérios da contabilização e apresentação dos dados. Faz-se esta hipótese com base em informações contábeis atuais (1991) sobre a situação patrimonial de cooperativas singulares.

GRÁFICO 8
Distribuição dos Financiamentos-SNCR

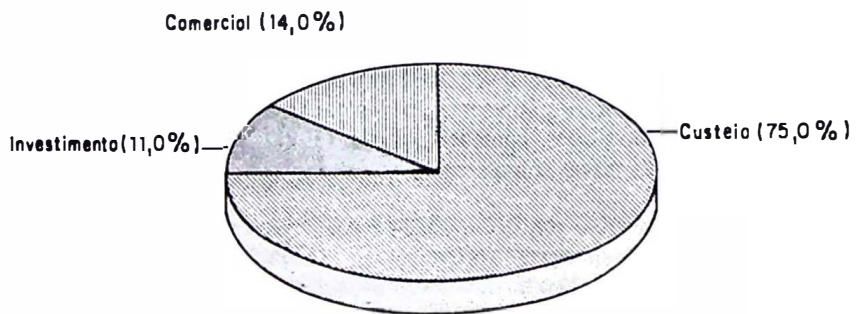


GRAFICO 9
Distribuição dos Financiamentos-CCRs

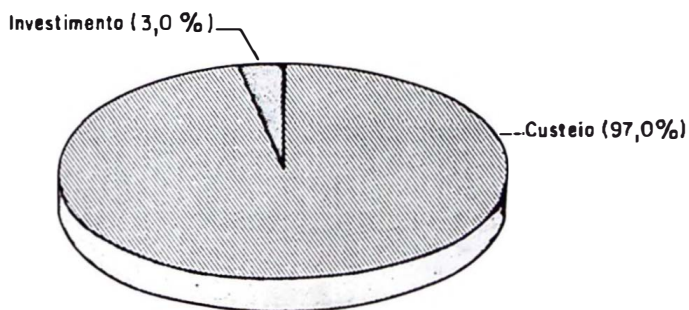


GRAFICO 10
Distribuição dos Financiamentos-Bancos Privados

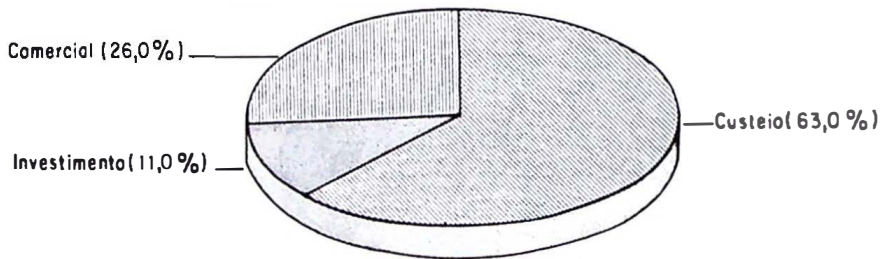
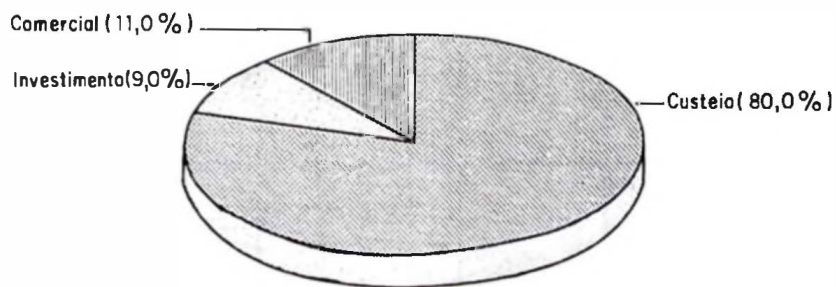


GRÁFICO 11
Distribuição dos Financiamentos – Bancos Oficiais Federais



QUADRO 4

Relações entre os Financiamentos Concedidos pelos Bancos Privados Comerciais e Cooperativas de Crédito Rural e o Valor dos Empréstimos do Banco do Brasil

Período	Em porcentagem	
	CCRs/BB	BCPs/BB
dez./85	1,6	36,5
jun./86	1,5	29,1
dez./86	1,5	44,1
jun./87		31,3
dez./87	1,9	23,2
jun./88	2,6	16,8
dez./88	0,9	
jun./89	1,4	
Média	1,6	30,2

Fonte: Quadro 11 do A.E.

QUADRO 5

Cooperativas de Crédito Rural: Distribuição dos Financiamentos Segundo a Finalidade 1987 - 1989

Período	Produtores				Em porcentagem			
	Custeio	Investim.	Comerc.	Total	Produtores e Cooperativas	Atividades não Especificadas	Total	
dez./87	36	14	9	59	7	66	34	100
dez./88	35	12	8	55	5	60	40	100
jun./89						77	23	100

Fonte: Quadro 1.1 A.E.

3.2 Operações Passivas

Como o negócio das instituições financeiras é emprestar dinheiro, seu tamanho depende do tamanho dos seus ativos, que dependem, por sua vez, dos recursos próprios da empresa e, principalmente, no caso de instituições financeiras como são as cooperativas de crédito, do quanto sejam capazes, ou de quanto lhes seja permitido captar de recursos de terceiros. Por isso mesmo, deve-se analisar a estrutura do passivo, as contas passivas das cooperativas de crédito, para determinar os instrumentos de captação das empresas e a origem dos recursos que servem de base para os empréstimos, em suma, as fontes de crescimento empresarial.

Ao se proceder assim, desde logo fica evidente a importância da conta-repasses na estrutura passiva das empresas. Em junho de 1988, em média, de cada Cr\$ 100 correspondentes ao passivo total das cooperativas, Cr\$ 52 correspondiam a repasses a produtores de recursos enquadrados pelo governo para financiamento agropecuário (relativo a custeio, investimento e comercialização), tanto originários de instituições comerciais oficiais, como o Banco do Brasil, como de bancos de desenvolvimento nacionais e internacionais, como acontecia antes com o BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento —, assim também como com os chamados bancos de asfalto.

Estes últimos constituem grandes bancos privados nacionais e internacionais voltados sobretudo para as atividades urbanas que, por não serem capilarizados, terminam delegando às instituições que estão mais próximas do produtor o cumprimento das exigências governamentais quanto à destinação para financiamento rural de parte de suas exigibilidades. Cooperativas de crédito rural têm funcionado, e têm sido, assim, o braço verde do governo, via repasse de recursos do Tesouro Nacional, e dos demais agentes de crédito, para financiamento da agricultura.

O coeficiente repasses/passivo, calculado para cada cooperativa, apresenta-se altíssimo para o caso das maiores empresas do setor, muito superiores, com efeito, à média setorial. A primeira colocada no *ranking* nacional, a CAC - Cotia, registra o índice de 0,61, mesmo assim inferior aos verificados em duas cooperativas de cana situadas entre as seis maiores do setor.

A consolidação dos balanços do setor de cooperativas de crédito relativa a junho de 1989 confirma o quadro: neste período, em média, o índice repasse/passivo atingia 50%.

A conta de depósitos representava apenas 17% das operações passivas totais das cooperativas, resultados muito próximos, mas ainda inferiores, aos da formação de capital próprio, haja visto que a relação patrimônio líquido/passivo situava-se em 18%.

As operações passivas agrupadas sobre o nome de outras que compõem o passivo total representavam quase 15% desse agregado.

A dependência das cooperativas de recursos de terceiros para o financiamento de suas operações de crédito, ou dizendo em outras palavras, o baixo grau de autofinanciamento destas instituições pode ser avaliado pela relação empréstimos/depósitos que atingiu o valor 7,0 em 1988 e 4,4 em 1989, ficando na média de 5,5 nestes dois anos. Assim, para cada cruzeiro emprestado pela cooperativa, no mínimo, cinco são oriundos de outras instituições financeiras. Para se ter um parâmetro para avaliação, em 1984, a relação empréstimos/depósitos era de 2,4 no Banco do Brasil, de 4,0 nos bancos oficiais e 1,7 nos privados, resultando na média de 2,0 no setor dos bancos comerciais.¹

No Quadro 6 é possível observar que esse índice não mudou para o Banco do Brasil ao final dos anos 80. Tomando-se como referência para comparação o coeficiente médio dos 50 maiores bancos no ano de 1990, verifica-se que este é bem inferior ao estimado para o Banco do Brasil.

Considerando a maior cooperativa de crédito rural, a CRCR-Cotia, e os Sicredis do Rio Grande do Sul e do Paraná, conclui-se que a relação empréstimos/depósitos quase triplicou para a empresa paulista em relação a junho de 1989, baixou no Paraná e subiu um pouco no estado sulista (ver Quadros 7 e 5 do A.E. e Relatórios de Diretoria da Cocecrer-PR e Sicredi-RS - 1990). De qualquer forma, o índice mais baixo, de 3,6, estimado para o Sicredi-PR apresenta-se com um valor mais que duas vezes superior ao correspondente ao índice médio dos 50 maiores bancos, de 1,5.

Este índice registra valores muito maiores que a média do setor cooperativista para as cooperativas de cana. Considerando as 20 principais empresas classificadas em ordem decrescente de grandeza segundo o valor do ativo, oito são de cana, e são estas justamente que apresentam as mais elevadas relações empréstimos/depósitos, sendo que três delas registram valores entre 60 e 100. Considerando estes índices, pode-se concluir que a cobertura dos empréstimos é baixa nas cooperativas de crédito em geral e que são baixíssimas nas cooperativas de cana.

¹ Ver Natermes (1985, p.81).

QUADRO 6

Brasil - Indicadores Econômico-Financeiros de Bancos Classificados entre os 50 Maiores do Setor - 1990

Ordem	Bancos	Empréstimos		Depósitos US\$ milhões	Patrimônio Líquido US\$ milhões	Ativo Total US\$ milhões	P/LAt	Emprést / Depósitos
		US\$ milhões	CR\$ milhões					
1	CEF	21.080	3.584.947	12.738	1.683	33.612	0,05	1,65
2	Brasil	12.455	2.118.070	5.251	3.644	57.148	0,06	2,37
3	Banesp	5.316	904.011	2.663	708	9.089	0,08	2
4	Bradesco	3.189	542.336	4.053	1.149	11.952	0,1	0,78
5	Itaú	2.578	438.481	2.512	969	8.809	0,11	1,02
10	Credir	1.075	182.789	128	101	1.474	0,07	8,4
20	Caixa	479	81.392	336	87	766	0,11	1,42
30	Real	308	52.476	365	237	2.855	0,08	0,84
40	Bonza	234	39.779	209	46	722	0,06	1,12
50	Norch	173	29.402	120	25	461	0,05	1,44
Média dos 50 maiores		1.277		845				1,51

Fonte: Exame, Melhores e Maiores, 1991, p.78.

QUADRO 7

Indicadores Econômico-Financeiros de Cooperativas Seleccionadas - 1990 - em Milhões de Cruzeiros

Cooperativas/ Sicredis	Empréstimos	Depósitos	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Repasses Financ. Agrícola	Empréstimos/ Depósitos	PL/ Ativo Total	Repasses/ Ativo
Sicredi-RS	3.251	644	1.084	4.310	2.015	5,05	0,25	0,47
Sicredi-PR	629	175	438			3,59		
CRCR-CAC	2.665	447	192	2.710	2.155	5,96	0,07	0,79
Média	2.181	422				5,15		

Fonte: Sicredi-RS, Relatório do Conselho de Administração, 1990, ano IX.

Sicredi-PR, 1990, ano 3. Relatório e posição consolidados.

CRCR-CAC - Cooper. Reg. de Crédito Rural Ltda. Relatório da Diretoria, 1990.

Se se considerar a relação das empresas distribuídas segundo o tamanho decrescente dos ativos, dividi-la em quatro partes iguais e calcular a média das relações patrimônio líquido, repasses e depósitos sobre os ativos totais (pl/a; r/a; d/a) para cada um dos quatro grupos de empresas, é possível deduzir que existe relação inversa entre tamanho da empresa e captação de recursos através de operações interfinanceiras, isto é, de repasses. Seriam as empresas maiores que teriam maior capacidade de alavancagem de recursos externos para financiamento agropecuário (ver Quadro 8).

De outra parte, a maior participação dos recursos próprios (pl/a) constatados nas cooperativas de pequeno porte não significaria estratégias empresariais de formação de fundos, baseadas na busca de maior segurança para operações de crédito, ou na avalancagem de recursos para operações de crédito de longo prazo. Essa rubrica do passivo das cooperativas pequenas é relativamente significativa porque estas não conseguiram simplesmente desenvolver funções bancárias clássicas de captação junto ao público e às outras instituições financeiras. O capital social e os fundos de reservas, contas do capital social, ou capital próprio, por serem de constituição obrigatória, isto é, por estarem regulamentados pela lei das sociedades cooperativas e seus regimentos internos, terminam se constituindo na parte mais importante dos seus fundos de aplicações.

Por razões diferentes, aparentemente o que se desenha em termos de estrutura do passivo para as cooperativas neste período não é muito diferente do que acontecia com os bancos comerciais privados para o ano de 1984, pelo menos, pois neste ano os repasses totais somavam 55% do passivo do setor, sendo 40% relativos a repasses externos; isto é, eram recursos oriundos do exterior do país.² Os depósitos à vista no mesmo ano de 1984 representavam 28,4% do passivo dos bancos comerciais operando no Brasil, enquanto que os recursos próprios, 14%. Para o setor de crédito cooperativo a relação patrimônio líquido/passivo situava-se em 19%, superior à verificada no setor dos bancos comerciais, enquanto que os depósitos representavam 13% das contas passivas totais, bem inferior aos 28% estimados para o setor comercial privado. O patrimônio líquido no setor de crédito cooperativo estaria substituindo os depósitos nos bancos comerciais como fontes de recursos para financiamento.

² Ver Natermes (*op. cit.*).

QUADRO 8

CCRs: Indicadores Econômico-Financeiros de Desempenho Empresarial jun./89

Número da Empresa na Distribuição	PI/Ativo	Rep./Ativo	Dep./Ativo	Sobras/PI	Sobras/Ativo	Emprést./Ativo
1 - 44	21	50	17	96	6	74
45 - 88	24	38	19	84	10	70
89 - 132	24	35	24	69	8	63
133 - 177	30	18	37	(11)	2	37

Fonte: Quadro nº 5 do A.E.

Obs.: () Significa Resultado Negativo.

E como a formação do patrimônio líquido depende também das contas de reservas de capital e estas, por sua vez, dos resultados econômicos da empresa, nas cooperativas, dada a importância dos repasses, a rentabilidade das mesmas estaria na dependência dos *spreads* e não dos lucros de suas atividades propriamente bancárias: captação junto ao público — empréstimo à clientela.

Em resumo, nas cooperativas os recursos próprios dependem grandemente de sua atividade de repasse de recursos externos ao setor, portanto, não dependentes de captação própria.

Esta era também a situação da mais importante instituição de crédito rural de natureza cooperativa francesa, o CA — Crédit Agricole —, desde a sua fundação, nos anos 80 do século passado, até o final da década de 40. De fato, no ano de 1949, 44% do passivo do CA representavam ainda adiantamentos do Tesouro e refinanciamentos junto ao Banco da França.

A diferença da situação francesa em relação à nacional é que as cooperativas brasileiras operam com recursos captados também por instituições de crédito privadas, ou seja, não apenas com recursos públicos.

Em 1959, no CA, aquele percentual já havia descido para pouco mais de 30%, situando-se finalmente em 12%, em 1965. Foi só quando as reformas na regulamentação do CA lhe permitiram paulatinamente realizar outras funções financeiras, aumentar sua área geográfica e setorial de atuação, enfim, quando transborda sua natureza puramente agrícola que ele se torna um verdadeiro banco, no sentido de captação própria de recursos. Os Quadros 9 e 10 permitem observar que tanto no Crédit Agricole quanto para o conjunto das cooperativas de crédito alemãs, a captação de recursos em geral junto ao público é muito significativa, sendo a conta-depósitos importante na composição destes recursos.

As semelhanças na estrutura do passivo entre o setor cooperativo brasileiro e a instituição CA encontradas ao final das décadas de 80 e de 40-50, respectivamente, têm, por certo, causas diferentes. Por exemplo, o potencial de depósitos e de poupança gerados pela agricultura brasileira não poderá ser comparado ao da francesa nas décadas de 40 e 50, devendo ser muito maiores. De outro lado, as cooperativas de produção brasileiras são hoje multempresas, negócios que operam grande volume de recursos, muito diferentes do que deveria ser o estágio das cooperativas francesas na primeira metade do século.

Veja-se a lista das maiores empresas agropecuárias nacionais para o ano de 1990, elaborada pela revista Exame e reproduzida parcialmente no Quadro 11 adiante.

Nela, os primeiros lugares são ocupados pelas cooperativas de produção.³

QUADRO 9

Cooperativas de Poupança e de Crédito Alemãs - Balanço Total Médio do Sistema em Porcentagem

Ativo	%	Passivo	%
Caixa e liquidez	3,5	Exigível e refinan.	11,4
Dep. interbanc. e BC	13,6	Depósitos totais	80,7
Investimentos em valores	15,3	Vista	11,4
Créditos totais	62,7	Prazo	26,4
Curto prazo	25,5	de Poupança	43,1
Longo prazo	37,2	Outros passivos	3,9
Imobilizações	4,9	Permanente	3,9
Total	100	Total	100

Fonte: Tomado de Heins, J.. 1988. in Theïer. José Luiz Pizarro, *O Cooperativismo de Crédito no Brasil, Brasília, setembro de 1991.*

³ Neste caso é possível pensar, até, que o agigantamento da agricultura brasileira e das suas formas cooperativas de produção constituem-se em fator de dificuldade para o entrosamento com as cooperativas de crédito a curto prazo, devido à incompatibilidade de escalas de operações entre ambas. As cooperativas de produção já seriam negócios complexos para as estruturas financeiras das cooperativas de crédito.

QUADRO 10

Crédit Agricole - Balanço em 31.12.85

Ativo	%	Passivo	%
Operações interbancs.	30,9	Oper. interbanc.	17,4
Empréstimos (cliente)	52,9	Coleta (cliente)	64,9
Contas ordem e divrs.	13,4	Contas a ordem e divers.	13,6
Outras	2,8	Outras	4,1
Total	100	Total	100

Fonte: *Crédit Agricole, Chiffres Cles, 1985.*

Obs.: Outras, conta do ativo, inclui títulos de colocação, de participação e imobilizações. Outras, conta do passivo, compreende as rubricas provisões diversas, reservas, fundos de dotação e de capital e contas de resultado.

QUADRO 11

Agropecuária - As Dez Maiores Empresas por Receita Operacional Bruta - 1990

Em US\$ milhões		
Ordem	Empresas	Receitas
1	CAC (SP)	826,8
2	Coamo (PR)	528,7
3	Cocamar (PR)	351,1
4	Cocap (PR)	274,9
5	CCPL (RJ)	209,9
6	Central Itambé (MG)	207,5
7	Carol (SP)	190,9
8	Cotrijul (RS)	171,6
9	Cooxupe (MG)	124,3
10	Coopagro (PR)	110,6
Total		2.996,3

Fonte: *Revista Exame, As Melhores e Maiores, agosto 1991.*

Além disso, como foi mencionado antes, o que acontece no caso brasileiro é que existem instituições bancárias operando em grande escala com o setor agrícola há muitos anos, quer como captadoras, quer como emprestadoras de recursos.

O Banco do Brasil, por exemplo, o maior banco comercial brasileiro segundo o critério do valor dos depósitos, e um dos maiores segundo outros critérios, como valor dos empréstimos e soma total dos ativos, em dezembro de 1985 destinava 53% dos seus empréstimos às atividades agrícolas, participação que baixou para 1/3 em junho de 1989. Segundo este critério, se não hoje, pelo menos até a metade da década de 80, o Banco do Brasil poderia ser considerado como verdadeiro banco verde.

Já o CA, em 1982, colocava 32% de seus financiamentos na agricultura, e 40% no setor de habitação. Chama a atenção que a participação da área agrícola nos financiamentos do banco francês correspondia aproximadamente à do Banco do Brasil, no final da década de 80.

Ademais, as elevadas taxas de inflação em vigor estruturalmente no Brasil dificultam a captação de recursos monetários, de depósitos à vista, mais especificamente. Não é por outra razão que na rede privada comercial cai a conta de depósitos à vista em benefício de operações de curtíssimo prazo, que ao mesmo tempo em que mantêm a liquidez, também conservam a integridade dos valores aplicados [Natermes (1985)].

Deixando de lado as razões gerais que dificultam a captação própria das cooperativas de crédito em rubricas de curto prazo, é imperioso referir os fatores jurídico-institucionais próprios às cooperativas e que explicam o seu baixo potencial de captação em geral.

Estamos nos referindo às regulamentações constantes no já nomeado MNI do Bacen, cap. 17, sobre o funcionamento das cooperativas de crédito. Estas determinam que as cooperativas de crédito rurais sejam empreendimentos pequenos, ao prescrever-lhes uma área de atuação geográfica restrita, uma também restrita área de atuação setorial, uma clientela restrita, no que diz respeito às operações de captação de recursos e restritos, finalmente, instrumentos e mecanismos de captação dos mesmos.

No que diz respeito às operações passivas das cooperativas de crédito rural (cap.8, seção 1), estas se constituem em depósitos à vista, depósitos a prazo sem correção monetária, recursos do Banco Central e de instituições financeiras. Estas duas últimas rubricas, referindo-se aos repasses sobre os quais se falava mais acima.

No que diz respeito à remuneração dos depósitos a prazo, o Manual abre exceção para as aplicações a mais de 180 dias, as quais poderão ser remuneradas, segundo critérios estabelecidos neste instrumento. De qualquer forma, o prazo é muito grande para se constituir em um verdadeiro incentivo para a captação da poupança dos produtores. É pouco provável que em um quadro de elevadas e persistentes taxas de inflação o produtor rural, como qualquer agente econômico, ou o público em geral, aceite imobilizar recursos financeiros e receber remuneração por esta operação por um período não inferior a 180 dias, ou seja, seis meses.

Com a extinção da correção monetária em 1990, tornou-se possível as cooperativas captarem recursos a pouco mais de 30, 60 ou 90 dias, pagamento de juros mensais, hoje, em torno das taxas de inflação (20% a 30%, ao mês, nos últimos meses do ano de 1991).

Quanto aos depósitos à vista, estes, pelas razões já levantadas, dificilmente constituirão uma fonte de recursos importante para o financiamento das operações das cooperativas. Sendo assim, fica restrita também a emissão de moeda escritural (com base na contabilização dos depósitos à vista), que é da natureza dos bancos comerciais de depósitos e que constituem outra fonte de financiamentos das operações de crédito.

Resta às cooperativas a circulação em sua caixa dos recursos obtidos com a prestação de serviços aos associados, como cobranças de títulos e recebimentos diversos, as chamadas operações acessórias.

Como é sobre os recursos monetários (depósitos à vista) que a cooperativa, como qualquer instituição bancária, pode emprestar a taxas reduzidas, uma vez que sobre estes não existe remuneração, é difícil pensar em recursos a taxas de juros controladas (isto é, mais abaixo das prevalecentes no mercado) para a operação de crédito rural com base nestes recursos.⁴ É difícil também, devido à pouca monta desses recursos, que a cooperativa opere exitosamente a transformação dos recursos monetários em recursos financeiros, através da técnica bancária de mudança do prazo dos recursos, de curto para médio e longo prazos. Como já se viu que os depósitos de médio prazo são improváveis, as cooperativas dificilmente podem transformar-se em órgãos de financiamento de longo prazo da

⁴ Não obstante isso, se se considerar que as operações das cooperativas com os associados são tidas, não como atos de comércio, mas sim como atos cooperativos, não estando, portanto, sujeitas à incidência de impostos, sua taxa de captação pode ser mais baixa do que a do mercado de modo que suas taxas de empréstimo também poderão situar-se em níveis inferiores aos da média do mercado.

agricultura; de investimentos, em outras palavras. Estas operações continuarão a depender dos repasses.

Potenciar, mesmo assim, a utilização destes escassos instrumentos de captação, via aumento do corpo social e da área geográfica de atuação, é em princípio difícil, devido às disposições legais.

Finalmente, cabem considerações sobre o patrimônio líquido ou recursos próprios das cooperativas.

Em geral, as normas de formação do capital das cooperativas de crédito rural (cap.4, seção 1) restringem o crescimento desta fonte de recursos e de crescimento para as cooperativas. Diretamente, porque só os associados da cooperativa de crédito podem subscrever quotas-parte do capital social da empresa. Esgotada a integralização do capital e a área de atuação das cooperativas, esgota-se também sua possibilidade de crescimento.

Transformar capital alheio em capital próprio, como fazem as sociedades de capital por ações, é interdito às empresas cooperativas, assim como lhes é proibido participar no capital dessas empresas: "A cooperativa de crédito só pode participar do capital: (a) do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (hoje extinto); (b) de cooperativas centrais ou federações de cooperativas; (c) de empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens indispensáveis à cooperativa, os quais estejam condicionados à subscrição obrigatória dos títulos respectivos" (cap. 8, seção 10). Sendo assim, torna-se difícil à cooperativa de crédito crescer via conglomerado, agregando empresas de estatuto jurídico distinto.

As cooperativas de crédito vinculadas aos produtores de cana têm um estatuto privilegiado em relação às demais no que diz respeito à formação do capital social. Isto porque a Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do IAA — Instituto de Açúcar e Alcool — e sua aplicação, e dá outras providências, em seu artigo 64, prescreve que "1,5% sobre o preço oficial da tonelada de cana destina-se às cooperativas de crédito dos fornecedores, aos órgãos regionais específicos de representação dos mesmos e à respectiva Federação. A distribuição da taxa será (...) a seguinte: (a) 1% para aumento das quotas de capital, nas cooperativas de crédito de fornecedores" (Parágrafo Único). Desta forma, o Estado obrigava a capitalização das cooperativas de crédito de cana. É por isso que elas são tão numerosas e apresentam uma capitalização geralmente elevada. Recursos próprios e repasses são as fontes de recursos dessas empresas, sendo a captação própria insignificante, quando não inexistente. Cooperativas de crédito

desta natureza nem poderiam ser consideradas como instituições financeiras, constituindo instâncias de drenagem das aplicações obrigatórias dos recursos de instituições não cooperativas na agricultura.

3.3 Operações Ativas

Quanto às operações ativas das cooperativas, à aplicação dos recursos próprios e de terceiros, portanto, segundo regulamentação do MNI, estas consistem no desconto de títulos, na abertura de crédito, simples e em conta corrente, no crédito rural (financiamento de custeio, investimento e comercialização) e repasses de recursos de instituições financeiras. Constituem-se, ademais, em pagamentos de interesse dos associados, incluindo as denominadas operações acessórias.

Como ocorre com as operações passivas, para todas as operações ativas superiores a prazo igual ou superior a 180 dias é permitido que sejam realizadas a taxas flutuantes, reajustáveis em períodos fixos, utilizando-se índices de correção convencionais e enunciados no art. 5, letra b, cap.8, s.1.

De acordo com a normatização do Bacen, para começar, deve-se referir que as cooperativas de crédito rural só podem realizar operações ativas com seus associados. E as operações típicas de crédito rural, bem como as de repasse ou de refinanciamento com recursos de instituições financeiras, obedecem a taxas máximas estabelecidas em regulamentação específica. Nas demais operações ativas existe liberdade na fixação das taxas de empréstimo.

De outro lado, as cooperativas de crédito rural podem emprestar a seus associados, para fins não específicos de suas atividades rurais, parcela correspondente a até 20% de suas aplicações destinadas a atividades rurais (art.9º) — exclusive as aplicações com recursos de repasses e refinanciamentos (cap.7, art.9º). Ou seja, do volume de captação própria, as cooperativas podem destinar 20% para financiar atividades não diretamente vinculadas à produção, investimento e comercialização agrícolas, e, assim, cobrar taxas não enquadradas pelo governo. São preferencialmente operações de crédito de curtíssimo prazo. Essa é a política de aplicações das cooperativas: elas trabalham com recursos escassos, não podendo assim imobilizá-los por períodos mais longos. Ao contrário, comprometeriam a liquidez e restringiriam o número de clientes a ser atendido. Mesmo operando a taxas livres para esses recursos, as cooperativas podem praticar juros mais baratos do que os prevalentes no

mercado (ver Quadro 12 relativo às taxas de empréstimo praticadas pela Cocecrer-PR).

Todavia, como a maior parte dos recursos constituem recursos de uso e taxas enquadradas, são por conseguinte muito pouco expressivas as operações livres das cooperativas de crédito rural. Desta forma, é razoável concluir que seus resultados econômicos, sua rentabilidade, fossem depender fundamentalmente das margens, dos *spreads* que apurassem pelo serviço de corretagem dos recursos repassados. No entanto, esta margem, segundo se apurou junto às cooperativas de crédito visitadas, foi sempre muito pequena, não cobrindo por ela mesma os riscos e custos de sua administração. A verdadeira vantagem das cooperativas de crédito singular com a captação dos repasses é que os mesmos criam depósitos, e depósitos criam depósitos que, materializados em operações de crédito, criam resultados econômicos, ou seja, lucro. Além disso, é preciso não esquecer que as cooperativas de crédito rural necessitam cativar o produtor, aproximá-lo de si, prestando-lhe o maior número de serviços possíveis, mesmo sem o objetivo de obter um resultado econômico imediato com certas operações. As cooperativas de crédito não nasceram em condições de vazio bancário no meio rural, ao contrário, de alta “bancarização”, razão pela qual ela deve concorrer com outras instituições bancárias, desviando parte das operações historicamente efetuadas pelos produtores com outros bancos para si.

Quanto às disponibilidades, só é permitido às cooperativas fazerem depósitos voluntários no Banco do Brasil e no BNCC, quando este último não havia sido extinto, portanto, até março de 1989 (cap.8, art.6, s. 14). A lei abre exceção para os casos em que não exista na praça da cooperativa de crédito agências do Banco do Brasil (art.7).

Concluindo esta parte, resta fazer referência aos indicadores de desempenho empresarial segundo o tamanho da cooperativa (ver Quadro 8).

Em primeiro lugar, repetindo o que se disse antes, os índices sugerem uma relação inversa entre tamanho da cooperativa e formação do capital próprio, e que esta situação deve-se mais a mecanismos legais do que à estratégia empresarial diferenciada dos administradores.

Em segundo lugar, releva-se o fato de que as grandes cooperativas são capazes de alavancar relativamente mais recursos através de operações interfinanceiras. Os grandes bancos prefeririam ter como parceiros nas operações de crédito, com base nos recursos obrigatórios, as grandes cooperativas, por questão de maior segurança.

QUADRO 12

Comparativo de Taxas (base 20.11.91)

<u>Taxas Pré-Fixadas:</u>				
<u>Modalidades</u>		<u>Mercado</u>		<u>Cocrecer</u>
CDB	(30 dias)	34,32% A.M. (3,349% A.A.):	0
Capital Giro	(30 dias)	36,23% A.M. (3,985% A.A.): 34,00% A.M.	(3,252% A.A.)
Especial	(30 dias) 0: 32,00% A.M.	(2,698% A.A.)
Taxa Média/Cocrecer 0: 33,20% A.M.	(3,020% A.A.)
Hot Money	(01 dia)	1,43% ao Dia ..(42,90% A.M.): 1,32% ao Dia	(39,60% A.M.)
<u>Taxas Pós-Fixadas:</u>				
<u>Modalidades</u>		<u>Mercado</u>		<u>Cocrecer</u>
CDB	(90 dias)	TR + 2,21% A.M. (30% A.A.):	0
Capital Giro	(90 dias)	TR + 4,04% A.M. (61% A.A.): TR + 3,5% A.M.	(51,10% A.A.)
Especial	(90 dias) 0: TR + 1,5% A.M.	(19,56% A.A.)
Taxa Média/Cocrecer 0: TR + 2,7% A.M.	(37,67% A.A.)

Fonte: Cocrecer - PR

As grandes cooperativas apresentam, de outro lado, os maiores coeficientes empréstimos/ativos. Isto significa que seus ativos são mais produtivos, são capazes de gerar mais empréstimos do que ocorre com os das cooperativas de menor porte.

No entanto, conclusão semelhante não pode ser extraída da análise dos coeficientes de rentabilidade dos ativos (sobras/ativos totais), uma vez que os mesmos se mostram relativamente mais elevados nos estratos médios da distribuição. Já no que se refere à rentabilidade do capital próprio, a análise dos índices sugere a superioridade das cooperativas de grande porte, ou seja, a existência de relação direta entre tamanho e eficiência empresarial nesse aspecto.

Os Modelos Regionais

4.1 São Paulo

São Paulo registra, em 1991, 31 cooperativas de crédito rural. Entre estas, foi possível identificar: 14 cooperativas vinculadas aos fornecedores de cana, representando quase 50% da rede estadual; três aos produtores de laranja; duas a produtores de cereais; duas a produtores de derivados de leite; duas a cooperativas de linha de produção diversificada, entre elas, a Cotia; e, finalmente, uma ligada a cafeicultores. O número de cooperativas associadas à Cocecrer paulista é 12, sendo oportuno lembrar aqui que essa central não possui funções financeiras e que foi constituída recentemente.

A seguir será apresentada a CAC — Cooperativa Regional de Crédito Rural Ltda. (Cotia). Isto se deve, de um lado, à representatividade da CAC no setor de crédito rural cooperativo em nível nacional e estadual, mas principalmente porque constitui um caso *sui generis* de constituição de um sistema nacional de crédito cooperativo, conforme já se anunciava na parte introdutória deste livro, dedicada a esclarecimentos metodológicos.

A começar pela sua denominação: Cooperativa Regional de Crédito Rural. Como já se viu no estudo do ordenamento legal da sociedade cooperativa de crédito, as cooperativas de crédito só podem organizar-se regionalmente através da associação das cooperativas singulares de crédito em uma central de cooperativas de crédito, uma cooperativa de 2º grau. Ora, a Cotia não é uma cooperativa desta natureza, só lhe restando ser por disposição legal uma cooperativa singular. Como tal, não pode possuir postos, agências etc., ao mesmo tempo em que só lhe é facultado realizar operações financeiras em sua sede. Não obstante tudo isso, a CAC opera em nível nacional, sem a intermediação de cooperativas singulares de

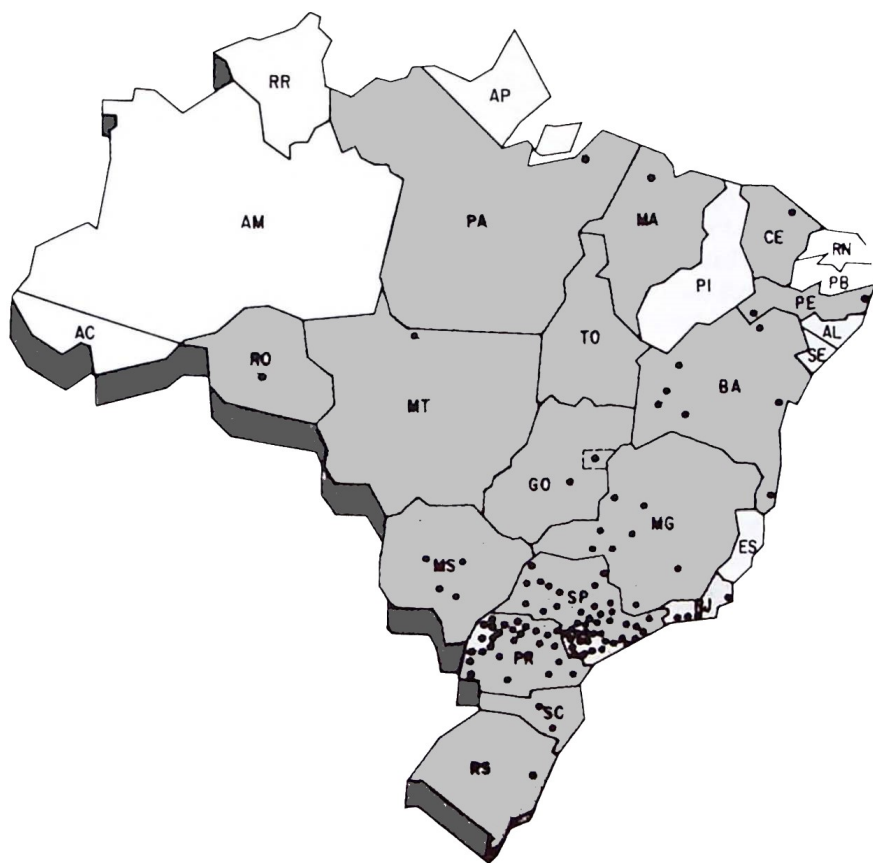
crédito. Fica por entender, então, quais os mecanismos que utiliza para operar como uma cooperativa central, enfim, como elide os dispositivos legais constrangedores à sua atuação como se cooperativa central fosse. Antes de analisar esse problema, convém apresentar informações gerais sobre a empresa.

A Cooperativa Regional de Crédito Rural Ltda. faz parte do grupo Cotia. Este é constituído por dez cooperativas regionais de produção associadas a uma cooperativa central de produção, a CAC — Cooperativa Agrícola de Cotia. Fazem parte do grupo, ainda, várias empresas subsidiárias à CAC, atuantes no setor de desenvolvimento imobiliário, de reflorestamento e agropecuária, de seguros, de administração e corretagem de seguros, e de consultoria — para citar os mais importantes. Além dessas empresas de natureza comercial, constituem o grupo instituições de caráter assistencial, recreativo e educacional e de pesquisa agrícola experimental.

O setor cooperativista agrícola trabalha com uma linha de produção extremamente diversificada, abarcando algodão, soja, frutas, café, chá, frango e legumes, além de produzir insumos agropecuários. A cooperativa exerce as funções de produção, comercialização — no mercado interno e internacional — e industrialização. As empresas singulares associadas existem em várias regiões do próprio estado paulista, assim como em regiões do estado do Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e outros estados da região Nordeste do país. São as seguintes as cooperativas associadas: CAC — norte de SP; norte do PR; sul do PR; oeste de SP; sudoeste de SP; Rio de Janeiro; Regional Cinturão Verde de SP; sul-mato-grossense; Minas Gerais e Nordeste do Brasil (ver Figura 1). Ao todo o sistema de cooperativas possui 18.000 associados, 70% dos quais constituem pequenos produtores. É esse conjunto de produtores organizados em cooperativas que movimentou e produziu, em 1990, 2,5 milhões de toneladas de alimentos e matérias-primas.

Por tudo isso se vê que a Cotia diversificou sua área geográfica, suas funções, sua linha de produção, seus setores de atuação, e que operou essa expansão tanto através de empresas cooperativas, como de empresas comerciais, constituindo hoje um verdadeiro conglomerado de natureza híbrida quanto à natureza jurídica das empresas que a integram. É possível verificar, por outro lado, que essa expansão ocorreu em áreas direta e indiretamente ligadas à produção agrícola. Também conclui-se que, do ponto de vista regional seu crescimento abarcou tanto regiões de agricultura tradicional como aquelas constituídas em frentes de expansão agrícola.

FIGURA I: CAC - Cotia



Obs.: Os pontos operacionais vêm relacionados às páginas seguintes.

Nota Explicativa à Figura 1 — Distribuição espacial das unidades administrativas e produtivas da CAC-Cotia

PONTOS OPERACIONAIS

Mais de 250 pontos operacionais espalhados por 15 estados da Federação compõem a rede de atendimento da cooperativa.

REGIONAIS: Ana Dias (SP), Apiaí (SP), Capão Bonito (SP), Caucaia do Alto (SP), Guapiara (SP), Ibiúna (SP), Itapetininga (SP), Itaporanga (SP), Miracatu (SP), Moinho Velho (SP), Piedade (SP), Pilar do Sul (SP), Registro (SP), São Miguel Arcanjo (SP), Sorocaba (SP), Tatuí (SP), Vargem Grande (SP), Grande São Paulo (SP), Atibaia (SP), Botucatu (SP), Bragança Paulista (SP), Campinas (SP), Guatapar (SP), Indaiatuba (SP), Itatiba (SP), Jacaré (SP), Jundiaí (SP), Mogi das Cruzes (SP), Pindamonhangaba (SP), Pouso Alegre (MG), Ribeirão Preto (SP), Suzano (SP), Magé (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Barbacena (MG), Arapongas (PR), Assaí (PR), Assis Chateaubriand (PR), Astorga (PR), Bandeirantes (PR), Braganey (PR), Campina da Lagoa (PR), Carlópolis (PR), Cornélio Procópio (PR), Cruzeiro d'Oeste (PR), Diamante do Norte (PR), Goio-Erê (PR), Guaira (PR), Joaquim Távora (PR), Londrina (PR), Maringá (PR), Mauá (PR), Mercedes (PR), Nova Esperança (PR), Rolândia (PR), Ubiratã (PR), Uraí (PR), Wenceslau Braz (PR), Canoinhas (SC), Castro (PR), Curitiba (PR), Curitibaanos (SC), Guarapuava (PR), Palmas (PR), Ponta Grossa (PR), São Joaquim (SC), Adamantina (SP), lvares Machado (SP), Bastos (SP), Irapuru (SP), Lins (SP), Mirandópolis (SP), Pacaembu (SP), Presidente Prudente (SP), Santo Anastácio (SP), Dois Irmãos (MS), Dourados (MS), Brasília (DF), Primavera do Leste (MT), Monte Carmelo (MG), Paracatu (MG), Perdizes (MG), Pirapora (MG), São Gotardo (MG), Barreiras (BA), Juazeiro (BA), Teixeira de Freitas (BA), Eunápolis (BA), e Alta Floresta (MT).

ABATEDOUROS: Jaguar (SP) e Bastos (SP).

ENTREPOSTOS, CENTROS DE ABASTECIMENTO E ESCRITÓRIOS DE VENDAS: Cantareira (SP), São Cristóvão (RJ), Ceasa (RJ), Vitória (ES), Pari (SP), Vila Carrão (SP), Ceagesp (SP), Brasília (DF), Goiânia (GO), Maringá (PR), Fortaleza (CE), Horti Center Jaguar (SP), Horti Center Santo André (SP), Belém (PA), Recife (PE), Santos (SP), São José dos Campos (SP), Juazeiro (BA), Campinas (SP), Ceasa (MG),

(Continua)

(Continuação)

Ceasa-Ribeirão Preto (SP), Ribeirão Preto (SP), Ceasa (PR), Ceasa-Presidente Prudente (SP), Ceasa (RS), Curitiba (PR), Uberlândia (MG), Rondonópolis (MT) e Patrocínio (MG).

UNIDADE INDUSTRIAL DE FIAÇÃO: Assaí (PR).

USINAS DE ALGODÃO, RAMI E CHÁ: Registro (SP), Assaí (PR), Bandeirantes (PR), Fátima do Sul (MS), Martinópolis (SP), Maringá (PR), Presidente Venceslau (SP), Goio-Erê (IV Centenário) (PR) e Uraí (PR).

ARMAZÉM RECEBEDOR DE ALGODÃO: Dourados (MS), Goio-Erê (PR), Santa Amélia (PR), Dois Irmãos (MS), Rancho Alegre d'Oeste (PR) e Deodápolis (MS).

SILOS E ARMAZÉNS RECEBEDORES DE CEREAIS: Silo Andirá (PR), Arapongas (PR), Assaí (PR), Assis Chateaubriand (PR), Bandeirantes (PR), Barreiras (BA), Braganey (PR), Bragantina (PR), Campina da Lagoa (PR), Canoinhas (SC), Castro (PR), Cornélio Procópio (PR), Dourados (MS), Encantado d'Oeste (PR), Floral (PR), Floresta (PR), Guaíra (PR), Goio-Erê (PR), Guarapuava (PR), Hifumi Ogassawara (PR), Londrina (PR), Maringá (PR), Mercedes (PR), Mauá (PR), Primavera do Leste (MT), Ponta Grossa (PR), Paracatu (MG), Rancho Alegre (PR), Santa Mariana (PR), São Gotardo (MG), Ubiratã (PR), Vale do Ivaí (PR), Alta Floresta (MT), Astorga (PR), Uraí (PR) e Irpasa (PR).

UNIDADES BENEFICIADORAS DE SEMENTES: Barreiras (BA), Castro (PR), Canoinhas (PR), Dourados (MS), Londrina (PR), Maringá (PR), Mauá (PR), Paracatu (MG), Ponta Grossa (PR), São Gotardo (MG) e Ubiratã (PR).

ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS: Arapongas (PR), Cambé (PR), Londrina (PR), Oeste (PR), Ouro Verde (BA), Ponta Grossa (PR), Ponta Grossa II (PR), Ponta Grossa III (PR), Ponta Grossa IV (PR), Rio Branco (BA), Rolândia (PR), Trigo Muniz (MG), Paracatu (MG), Alta Floresta (MT), Dois Irmãos (MS), Monte Carmelo/Fazenda Cachoeira (MG), Monte Carmelo II/Fazenda Buriti (MG), Perdizes (MG), Perdizes II (MG), Rio Paranaíba (MG), Salto de Pirapora (SP),

(Continua)

(Continuação)

Eunápolis (BA), Juazeiro (BA), Pilar do Sul (SP), Apucarana (PR), Cornélio Procópio (PR), Rolândia (PR), Rancho Alegre (SP), Coopercotia/OSP (SP) e Dourados (MS).

MÁQUINAS DE CAFÉ: Alta Floresta (MT), Assaí (PR), Bandeirantes (PR), Cacoal (RO), Cornélio Procópio (PR), Cruzeiro d'Oeste (PR), Cuiabá Paulista (SP), Diamante do Norte (PR), Londrina (PR), Londrina II (PR), Maringá (PR), Lins/Guaíçara (SP), Mirandópolis (SP), Pacaembu (SP), Pacaembu II (SP), Paracatu (MG), Perdizes (MG), São Gotardo (MG), Adamantina (SP) e Monte Carmelo (MG).

AGROINDÚSTRIA: Coopercotia - Jaguaré (SP).

ARMAZÉNS PADRONIZADORES DE FRUTAS: São Joaquim (SC), Eunápolis (BA) e Assaí (PR).

CÂMARAS FRIGORÍFICAS: Projeto Curaçá (BA), Pirapora (MG) e São Miguel Arcanjo (SP).

MÁQUINA DE CITRUS: Irapuru (SP).

ARMAZÉNS PADRONIZADORES DE BATATA E UNIDADES DE PRODUÇÃO DE SEMENTE: Sorocaba (SP), Guarapuava (PR), Brasília (DF), Moinho Velho (SP), Canoinhas (SC), Palmas (PR) e Cristalina (GO).

CÂMARA DE CLIMATIZAÇÃO DE BANANA: Miracatu (SP).

UNIDADE PADRONIZADORA HORTÍCOLA: Ibiúna (SP).

LOJAS DE INSUMOS: Lodrina (PR), Ribeirão Preto (SP), Tupã (SP), Ceagesp (SP), Pinheiros (SP), Rondonópolis (MT), Cascavel (PR), Juazeiro (BA), Cacoal (RO), Curitiba (PR), Campo Grande (MS), Rio Verde (GO), Varginha (MG), Caxias do Sul (RS), Uberlândia (MG), Jacaré (SP) e Mauá (SP).

UNIDADES INDUSTRIAIS DE FERTILIZANTES: Aratu (BA), Jaguaré (SP), Mogi das Cruzes (SP), Uberaba (MG) e Santos (SP).

ARMAZÉNS DE CONSUMO E DE SUPRIMENTO: Tamboré (SP) e Barueri (SP).

GRANJAS E INCUBAÇÕES: Araçoiaba (SP), Cerqueira César (SP),

(Continua)

(Continuação)

Cerqueira César II (SP), Cerqueira César III (SP), Iacri (SP), Mogi das Cruzes (SP), Moinho Velho (SP), Salto de Pirapora (SP), Suzano (SP), Taubaté (SP), Tibiriçá (SP), Osvaldo Cruz (SP) e Rinópolis (SP).

MOINHOS E MISTURAGEM DE RAÇÕES: Araucária (PR), Atibaia (SP), Bastos (SP), Capão Bonito (SP), Carlópolis (PR), Guatapará (SP), Irapuru (SP), Jacareí (SP), Lins (SP), Londrina (PR), Mirandópolis (SP), Nova Esperança (PR), Presidente Prudente (SP), Vargem Grande (SP) e Wenceslau Braz (SP).

ARMAZÉNS PADRONIZADORES DE OVOS: Araongas (PR), Bandeirantes (PR), Bastos (SP), Carlópolis (PR), Guatapará (SP), Irapuru (SP), Jacareí (SP), Lins (SP), Londrina (PR), Nova Esperança (PR), Presidente Prudente (SP) e Salto (SP).

UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE OVO LÍQUIDO: Salto (SP).

SUPERMERCADOS: Assaí (PR), Atibaia (SP), Bastos (SP), Ibiúna (SP), Itaporanga (SP), Jacareí (SP), Piedade (SP), Pilar do Sul (SP), São Paulo (SP), Santo Anastácio (SP), São Miguel Arcanjo (SP), Teixeira de Freitas (BA), Uraí (PR) e Vargem Grande (SP).

Fonte: *CAC-Cotia*.

A Cooperativa Agrícola de Cotia foi fundada em 1927 e 41 anos depois, em 1968, era constituída a cooperativa de crédito do grupo. A associação entre as duas empresas juridicamente distintas era tão estreita que o primeiro presidente da cooperativa de crédito era também presidente da cooperativa de produção. Hoje persiste esse quadro, pois o presidente da cooperativa de crédito é vice da de produção. Sendo assim, sempre foi e continua sendo muito fácil do ponto de vista político-administrativo executar as diretrizes do grupo, embora as instituições que o compoñham sejam empresas diferentes, com sua própria contabilidade, administração e balanço.

A origem da cooperativa de crédito é a seção de crédito da cooperativa de produção. Esta separação das funções de produção e de financiamento, através da constituição de uma cooperativa de crédito — essa divisão institucional do trabalho, dizendo em outras palavras —, teria tido como causa a pressão das autoridades monetárias no sentido das cooperativas extinguirem suas seções de crédito e as transformarem em empresas cooperativas de crédito rural, para efeito de captação de recursos locais através de repasses. De outra parte, é possível que esta separação de funções tenha a ver com o fato de que, constituindo uma cooperativa de crédito, tornava-se mais fácil à Cotia creditar-se como agente financeiro de organizações de fomento internacional, como ocorreu com o Banco Mundial, em vários de seus programas.

Existe registro de que a constituição da cooperativa de crédito contou com a ajuda de quadros técnicos do Banco do Brasil.

Como a área de atuação da Cotia já era ampla, ou melhor, como as operações eram feitas em grande escala e tratava-se de negócios complexos, era impossível esperar atuar no financiamento do grupo privilegiadamente através da cooperativa de crédito. Em suma, as escalas de operação e as funções de ambas eram incompatíveis entre si. Por essa razão havia que privilegiar uma área de atuação para a cooperativa de crédito, enquanto que as demais continuariam a ser supridas, como até então, pelas operações de crédito das cooperativas de produção junto ao sistema bancário tradicional. A escolha recaiu sobre o financiamento de hortifrutigranjeiros que eram produzidos na CAC-Regional Cinturão Verde de São Paulo. Sejam as razões que forem, o fato é que aí originou-se uma duplicidade institucional na função do financiamento à agricultura, não se completando até hoje o processo de separação institucional das funções produção e crédito no grupo Cotia. Situação, aliás, que serve perfeitamente

aos objetivos da empresa que, assim, pode elidir as disposições legais sobre a forma institucional de organização regional do cooperativismo de crédito.

Apenas os valores da venda da produção de hortifrutigranjeiros passam integralmente por dentro da cooperativa de crédito. Todo resultado da comercialização é creditado ao associado em conta aberta em seu nome na cooperativa de crédito. Como essa produção é realizada no cinturão verde de SP, ela flui para a cooperativa de crédito com sede em SP. Estes devem ser os únicos depósitos da cooperativa de crédito, uma vez que nas outras regiões não existem postos ou agências da mesma ou cooperativas associadas. A natureza de alta rotatividade da produção de hortifrutigranjeiros tem a vantagem de assegurar entradas diárias de recursos (criação de depósitos) para a cooperativa de crédito. Neste particular ela se assemelha a cooperativas de crédito vinculadas a produtores de leite e opõe-se a vinculadas a produtores de grãos.

A captação de recursos através de repasses interfinanceiros que constituem a maior parte da captação da cooperativa de crédito (mais de 70% em 1990) é, em sua maioria, feita com instituições financeiras privadas, como América do Sul,¹ Bradesco, Itaú, Bamerindus e Nacional. Embora não tenha sido expresso pelos seus dirigentes, nem apareça em seus registros contábeis, julga-se que a maior parte das operações constituem operações com o Banco América do Sul, um banco de asfalto, internacional, operando no país que intermedeia recursos obrigatórios de crédito agrícola para o grupo Cotia, assim como recursos financeiros internacionais.

Examinando-se os balanços contábeis da cooperativa central de produção agrícola e regional de crédito rural relativos ao exercício de 1990 chama a atenção a enorme desproporção entre o tamanho dos respectivos balanços: Cr\$ 127.847.228.935,00 e Cr\$ 2.900.190.261,00. Mais atenção chama a diferença no valor da rubrica referente a capital de terceiros nessas empresas. Enquanto a captação por meio de refinanciamentos e repasses soma Cr\$ 2.154.891.234,00 na cooperativa de crédito, a contratação de crédito junto a instituições financeiras efetuada pela CAC atinge Cr\$ 70.171.440.000,00. As operações passivas da instituição de crédito representam pouco menos de 3% das efetuadas pela de produção (ver Quadros 13 e 14).

O Banco América do Sul é instituição cabeça de conglomerado, o qual está integralmente coligado ao capital estrangeiro, ademais, originário de um único grupo japonês (Fuyo Group); ver Natermes (1985).

Desta forma conclui-se que as operações de crédito da Cotia não são exclusividade da empresa financeira do grupo, muito ao contrário, representam parte ínfima das necessidades de crédito da cooperativa regional de produção. De outro lado, a cooperativa de crédito só pode realizar operações passivas (captação através de depósitos) e ativas (concessão de crédito) com os associados da CAC.

A desproporção verificada entre as receitas da CAC e os depósitos da CRCR — Cr\$ 74,5 bilhões e Cr\$ 450 milhões —, por outro lado, permitem concluir que os recursos monetários e financeiros da CAC não fluem para a cooperativa de crédito (ver Quadros 13 e 14).

As aplicações financeiras do grupo são realizadas pela CAC-CC (pela cooperativa de produção).

Isso tudo sugere a existência de uma divisão da função financeira entre a cooperativa de produção e a de crédito e, ademais, que a primeira atua verdadeiramente como uma central de crédito para o grupo Cotia.

No que diz respeito à cooperativa de crédito, sua relação com as cooperativas associadas nas várias regiões obedece ao seguinte esquema: a CRCR, sediada em SP, mantém um representante seu junto a cada cooperativa associada. Este, no próprio local, faz o levantamento das necessidades de crédito da cooperativa e, para os casos correntes, decide ali mesmo sobre a concessão dos financiamentos. Assim, na impossibilidade da cooperativa de crédito desdobrar-se em agências, postos de atendimento, etc., para realizar a capilarização do crédito, como é o caso dos bancos comerciais, foi criada a figura do representante que assume parte das funções que seriam da competência dessas instituições.

Antes de terminar esta análise da CRCR-Cotia é importante colocar que, mesmo sendo a cooperativa de crédito uma instituição pequena diante da grandeza da cooperativa de produção, ela ocupava, em 1989, o segundo lugar no *ranking* das maiores cooperativas de crédito em nível nacional e que continua sendo a primeira cooperativa de crédito considerada isoladamente, isto é, descartando-se as centrais estaduais de crédito. Talvez seja esta a razão por que Pizarro (1991, p.12) atribui a não assunção de funções financeiras pela Cocecrer-SP ao “grande desequilíbrio existente entre a CAC-CRCR e as demais cooperativas singulares”. É possível. No entanto, não é descartável a hipótese de que a razão maior da dificuldade esteja na segmentação do cooperativismo de crédito paulista: de um lado os fornecedores de cana com suas *sui generis* cooperativas de crédito e, de outro, a CRCR-CAC, com seus compromissos muito bem estabelecidos no e pelo grupo Cotia. Em resumo, a CRCR - CAC já faz parte de um grupo.

QUADRO 13: CAC - Cotia

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 1990

		<u>ATIVO</u>
CIRCULANTE		
Caixa e bancos		1.773.453.412
Débitos de associados		3.384.510
Débitos de cooperados		
Adiantamentos à produção	24.541.411.618	
"Pooling" despesas de produtos	4.410.790.694	
Fornecimento de insumos	5.929.719.165	
Débitos especiais	12.639.504.300	
Outros débitos	2.961.172.976	
Créditos de produção	(2.798.148.156)	
Provisão para devedores duvidosos	<u>(105.117.227)</u>	47.579.333.370
Débitos de terceiros		
Contas a receber de clientes	4.711.991.505	
Outras contas a receber	541.209.845	
Duplicatas descontadas	(18.578.764)	
Provisão para devedores duvidosos	<u>(58.921.988)</u>	5.175.700.598
Estoques		12.903.741.625
Valores antecipados e outros		<u>3.208.995.422</u>
Total do ativo circulante		70.644.609.937
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Devedores por contratos e outros		100.413.129
PERMANENTE		
Imobilizado		
Imóveis	35.996.739.869	
Bens de uso da produção	17.184.846.038	
Bens de transporte	1.891.116.585	
Bens em execução	1.856.401.298	
Bens de uso administrativo	1.788.328.335	
Depreciação acumulada	<u>(4.295.038.366)</u>	54.422.393.759
Investimentos		
Participações em outras entidades		622.569.019
Deferido		
Custos pré-operacionais, menos		
Cr\$ 116.446.850 de amortização		<u>2.057.243.091</u>
acumulada		
Total do ativo permanente		<u>57.102.205.869</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>127.847.228.936</u>

(Continua)

QUADRO 13 (Continuação)
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 1990

Em cruzeiros

PASSIVO		
CIRCULANTE		
Créditos de associados		12.712.845
Créditos de cooperados		
Remanescentes de prestação de contas	1.123.927.280	
Fundo rotativo	4.462.534.530	
Outros créditos	<u>631.383.580</u>	6.217.845.390
Instituições financeiras		
Operações de crédito rural	19.453.797.325	
Financiamentos	38.223.334.473	
Recursos captados para utilização futura	<u>(4.719.919.010)</u>	52.960.212.788
Créditos de terceiros		
Fornecedores	5.382.808.355	
Encargos de folha de pagamento	1.703.954.982	
Outros créditos	<u>348.886.787</u>	7.415.650.134
Créditos do poder público		814.314.770
Total do passivo circulante		<u>87.220.735.927</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Instituições financeiras		
Operações de crédito rural	4.785.651.507	
Financiamentos	<u>12.425.575.558</u>	17.211.227.065
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
Receitas diferidas		13.145.238
ATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas de capital		
Capital social	311.357.809	
Correção monetária do capital	125.456.399	
Elevação de capital	586	
Reserva especial para investimento	<u>178.060.115</u>	614.874.909
Reservas		
Reserva legal	157.287.577	
Reserva para desenvolvimento	9.279.722.061	
Reserva para investimento e imobilização	<u>10.872.154.864</u>	20.109.164.502
Fundos		
Fundo de Assistência Técnica		
Educação e Social - Fates	25.999.253	
Fundo especial	179.236.486	
Fundo de atividades de cooperados	<u>32.583.029</u>	237.818.768
Resultado do exercício		
Operações com cooperados	(154.369.713)	
Operações com não cooperados		
Lei nº 5.764, artigo 87	<u>159.815</u>	(154.209.898)
Reserva de equalização		<u>22.594.472.424</u>
Total do patrimônio líquido		<u>43.402.120.705</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>127.847.228.936</u>

Fonte: Relatório de Diretoria — 1990.

QUADRO 14 CRCR - CAC

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 1990

Em cruzeiros (centavos omitidos)

ATIVO	
CIRCULANTE	<u>2.710.554.382</u>
DISPONIBILIDADES	33.046.528
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<u>7.941.085</u>
Banco Central - depósitos da Lei nº 8.024/90	7.941.085
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>2.665.034.123</u>
Empréstimos, títulos descontados	75.224.883
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.589.809.240
OUTROS CRÉDITOS	<u>4.264.671</u>
Rendas a receber	2.724.405
Diversos	1.540.266
OUTROS VALORES E BENS	267.975
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>183.518.919</u>
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<u>15.882.170</u>
Banco Central - depósitos da Lei nº 8.024/90	15.882.170
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<u>167.636.749</u>
Financiamentos rurais e agroindustriais	167.636.749
Operações de crédito de liquidação duvidosa	77.822.918
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.822.918)
PERMANENTE	<u>6.116.960</u>
INVESTIMENTOS	<u>2.851.421</u>
Ações e cotas	2.851.421
IMOBILIZADO	<u>3.265.539</u>
Móveis e equipamentos de uso	5.528.531
Sistema de Transporte	1.565.245
Outras Imobilizações de uso	781.912
Depreciações acumuladas	(4.610.149)
TOTAL	<u><u>2.900.190.261</u></u>

(Continua)

QUADRO 14 (Continuação)

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 1990

Nº de associados: 16.999

	PASSIVO
CIRCULANTE	<u>2.486.507.849</u>
DEPÓSITOS	<u>447.844.770</u>
Depósitos a vista	447.844.770
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<u>1.846.589.436</u>
Repasse Interfinanceiros	1.846.589.436
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	<u>102.245.402</u>
BNCC	35.326.159
Banco do Brasil	9.083.899
Banco Central	57.835.344
OUTRAS OBRIGAÇÕES	<u>89.828.241</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	32.533.397
Fiscais e previdenciárias	1.542.998
Provisão p/pagamentos a efetuar-taxa de representação	41.973.581
Valores à ordem do Banco Central - Lei nº 8.024/90	7.726.376
Diversas	6.051.889
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>221.509.149</u>
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<u>168.656.518</u>
Repasse Interfinanceiros	168.656.518
REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	<u>37.399.878</u>
BNCC	37.399.878
OUTRAS OBRIGAÇÕES	<u>15.452.753</u>
Valores à ordem do Banco Central - Lei nº 8.024/90	15.452.753
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>192.173.263</u>
Capital social	62.628.642
Correção monetária do capital realizado	106.171.254
Fundo de reserva legal	2.560.713
Fdo. de assist. téc., educacional e social - Fates	1.470.159
Fundo para desenvolvimento	8.414.554
Res. à disposição da assemb. geral ordinária dos coop.	10.927.941
TOTAL	<u><u><u>2.900.180.261</u></u></u>

Fonte: Relatório de Diretoria — 1990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4.2 Minas Gerais

O estado mineiro contava 72 cooperativas de crédito rural em 1991, das quais 52 associadas à Crediminas. São instituições ligadas a cooperativas de produção, na maior parte especializadas na produção e comercialização de um produto.

Das 52 cooperativas singulares de crédito associadas à cooperativa central, contam-se empresas ligadas a cooperativas de produção e comercialização atuantes nas áreas da pecuária leiteira e de corte, da produção de grãos, café e de cana. Foi possível apurar que entre as instituições de crédito associadas à Crediminas aproximadamente a metade (23) constitui cooperativas de crédito associadas a cooperativas de produtores de leite, outras 23 a produtores de leite, grãos, gado de corte e café, e 4 a fornecedores de cana.

Como já foi mencionado antes, até pouco tempo atrás a Crediminas não desenvolvia funções financeiras correspondentes a uma central de cooperativas, apenas político-administrativas. Hoje existe um incipiente processo de integração financeira, abarcando apenas oito das 52 cooperativas filiadas. Como o processo engatinha, não foi possível apurar como será estruturado o sistema de crédito rural mineiro, nem tampouco os mecanismos financeiros de articulação entre a central e as cooperativas singulares de crédito e de captação e aplicação dos recursos.

Segundo declarações da administração da entidade central, “o sistema mineiro será muito menos centralizado do que o do Rio Grande do Sul, extremamente exigente na transferência de recursos das singulares para a central, devendo aproximar-se do modelo vigente em Santa Catarina, menos centralizador dos recursos monetários e financeiros da rede de cooperativas. O sistema mineiro trabalhará com o excesso de liquidez das cooperativas singulares, e, ademais disso, não deverá haver obrigatoriedade da colocação até desse excedente na cooperativa central”.

Independentemente da avaliação que se possa fazer sobre o caráter mais ou menos centralizador dos sistemas estaduais, é razoável pensar que a origem da opção menos centralizadora em Minas Gerais, como em outros estados onde o cooperativismo de produção é muito forte, esteja na dificuldade política de realizar a centralização de recursos das cooperativas de produção e das de crédito a elas vinculadas. Como será, aliás, o caso da central de São Paulo, ao propor-se administrar os recursos financeiros do grupo Cotia.

A administração da Crediminas, como acontece nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, pelo menos, é realizada com base na divisão do estado em unidades administrativas (sete, em Minas), onde existe um coordenador que participa ou não da administração central.

Para realizar o serviço de compensação de cheques, interdito às cooperativas, como se sabe, a Crediminas e as associadas a ela alugam o número de compensação do Banco do Brasil; no entanto, algumas cooperativas realizam esse processo com o Bemge — Banco do Estado de Minas Gerais S.A. O custo do aluguel de compensação na maioria dos casos não é cobrado diretamente pelos bancos, assentando-se mais no mecanismo da reciprocidade, ou seja, o movimento interfinanceiro das cooperativas é realizado preferencialmente com e através destas instituições. Por exemplo, o ICM da Cooperativa Curvelo, uma das maiores cooperativas de produção e de crédito mineiras, fica uma semana no Bemge sem qualquer remuneração, ou seja, a custo zero para o banco. As chamadas operações acessórias das cooperativas de crédito são realizadas nas cooperativas singulares, por funcionários da própria cooperativa com o limbo da agência empregadora da compensação.

As cooperativas singulares de crédito realizam suas operações ativas exclusivamente com os associados às cooperativas de crédito. Dos recursos provenientes de capital próprio e das operações de captação junto aos associados, 40% destinam-se a operações de financiamento de atividades não-especificadas e 60% destinam-se à atividade agrícola. Em ambos os casos prevalecem as taxas de juros do mercado. São operações preferencialmente de curtíssimo prazo, instrumentalizadas através de notas promissórias e duplicatas rurais, embora ocorram financiamentos considerados de prazo mais longo como crédito para custeio e, até, investimento.

Recentemente, passou a ocorrer diversificação dos instrumentos de captação das cooperativas singulares de crédito.

A primeira delas é que no final de 1991 passou-se a captar através de RDBs, com prazo de 31 dias, com taxas de juros pré-fixadas. Com a extinção da correção monetária e a substituição do mecanismo de atualização monetária pela TR, cai por terra a proibição de captação através de instrumentos que mantenham o valor da moeda e a liquidez adequada da aplicação. De fato, as cooperativas interpretam que a proibição de captação com correção monetária não se aplica para a captação com valores reajustados pela TR, o que é possível ser feito, uma vez que as disposições das autoridades monetárias regulamentadoras das operações das cooperativas de crédito nada dizem a respeito. Operações

com mais de 90 dias (91 dias) até 180 são atualizadas com juros pós-fixados, sujeitos à repactuação.

Outra inovação empreendida pelo cooperativismo de crédito mineiro, segundo sua direção, é o início das operações passivas com não associados, através da captação dos depósitos à vista e a realização de operações acessórias.

Além disso, operam com cheque especial a favor do cooperado com limites de crédito. A cooperativa abre crédito em nome do associado, em função do seu saldo médio. Sobre o saldo médio negativo o cooperado paga juros. Esta operação caracteriza um adiantamento ao depositante, até pouco tempo, não usual nas cooperativas mineiras.

Presentemente, inclui-se no planejamento da Crediminas a criação de uma corretora de seguros de crédito. As cooperativas de crédito constituiriam um consórcio para criar um fundo administrado pela Crediminas, destinado a cobrir os riscos das operações de crédito rural junto aos bancos (Banco do Brasil, principalmente) contratados diretamente pela central e repassados para as singulares e destas para seus associados.

Em termos de potencialidade de crescimento do setor cooperativista de crédito rural, Minas Gerais apresenta amplas possibilidades. Aí existe grande número de cooperativas de crédito e de produção, e um setor agrícola e uma renda agrícola em expansão. Além disso, o setor cooperativista mineiro é fortemente vinculado à pecuária leiteira. Esta, segundo se sabe, apresenta índices de liquidez relativamente elevados, o que implica entradas diárias de recursos no sistema, criando depósitos e capacidade de empréstimos às cooperativas.

4.3 Os Sicredis Regionais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná

a) Antecedentes: os princípios gerais do modelo

Na virada dos anos 80 as já, a estas alturas, claras evidências da piora das condições de financiamento à agricultura prevalentes até boa parte dos anos 70 levaram lideranças empresariais do cooperativismo do extremo sul do país a empenhar-se no desenvolvimento da modalidade cooperativa de crédito rural.

As premissas para levar adiante a idéia estavam dadas: familiaridade com a instituição cooperativista de crédito e estágio avançado do cooperativismo de produção no Rio Grande do Sul e Brasil.

De fato, embora não tenha prosperado, o fato é que desde 1902 o Rio Grande do Sul conhece a experiência das caixas de crédito Raiffeisen, trazidas pelos imigrantes alemães de sua terra natal. De outra parte, o cooperativismo de produção era forte no Brasil nos estados de agricultura consolidada e dinâmica como São Paulo, Minas Gerais, e Paraná, além do Rio Grande do Sul, parecendo, àqueles empresários, promissora a captação pelas cooperativas de crédito dos fluxos monetários e financeiros decorrentes da operação dessas cooperativas. O que faltava era direcionar o fluxo monetário e financeiro das unidades de produção para as caixas das instituições de crédito.

Independentemente de originar-se nas cooperativas de produção, o certo é que a monetização da produção agrícola propiciaria as condições de operação das cooperativas de crédito:

“O grande objetivo do Sicredi-RS é o de administrar as finanças e as economias dos produtores rurais, a fim de que elas não evadam do setor e sejam utilizadas para o financiamento da própria atividade que as criou. Destarte, o significado maior do cooperativismo de crédito rural é de manter os recursos do setor primário financiando o desenvolvimento do próprio setor primário, invertendo a posição atual, quando todas as poupanças rurais dão suporte ao financiamento de outros setores mais rentáveis da economia, cabendo ao Governo a permanente obrigação de alocar recursos para o crédito rural” [BNCC (1985)].

Parecia às lideranças cooperativistas, também, que a articulação financeira das empresas mutualistas em nível estadual e nacional era condição indispensável para o sucesso do empreendimento, pois além de criar condições para a construção de empresas financeiras altamente concentradas, tinha a particular qualidade de criar fluxos de recursos contínuos no tempo. Essa continuidade de fluxo seria dada pela centralização dos recursos das diferentes linhas de produção existentes nas regiões do estado e do país. E essa continuidade no fluxo de captação dos recursos propiciaria o atendimento da demanda diferenciada de crédito ao longo do ano, como decorrência das diferentes estruturas produtivas regionais e decorrentes, em última análise, dos diferentes calendários agrícolas.

Essas são as idéias básicas subjacentes à proposição de um modelo nacional de crédito rural cooperativo e que serviram para a organização dos primeiros sistemas de crédito rural nos estados pioneiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

É interessante reproduzir aqui as conclusões do Seminário Brasileiro das Cooperativas de Crédito, realizado em Brasília, em 1982, quando foi aprovado pelas lideranças então presentes o modelo de crédito cooperativo para o Brasil.

1º) O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (hoje extinto) seria o órgão de cúpula do sistema, com a intenção de, no futuro, as próprias cooperativas assumirem seu controle;

2º) cada estado constituiria uma central intermediária, como órgão de cúpula dos subsistemas estaduais;

3º) junto a cada cooperativa de produção brasileira, ou a diversas, quando localizadas na mesma cidade, se constituiria uma cooperativa de crédito rural desde que a situação econômico-financeira e administrativa daquelas fosse estável e normal;²

4º) o sistema seria integrado tanto em nível dos estados como da Federação, todas as cooperativas obedecendo aos mesmos preceitos e normativos determinados pelas assembleias gerais da organização.”

Neste momento foi padronizada a nomenclatura do sistema.

Em nível nacional o sistema seria denominado por Sicredi-BR, Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativo Brasileiro: Sicredi + sigla de cada estado, representando os subsistemas estaduais; Cocecrer + sigla de cada estado, representando as cooperativas centrais de crédito rural das diversas unidades da Federação; e , enfim, Credi + sigla das cooperativas singulares de crédito rural, como complemento identificador [BNCC (1985, p.8)].

Quem conhece o modelo de financiamento da agricultura francesa nota nesta proposta do cooperativismo de crédito rural brasileiro grande similitude com a experiência francesa no que diz respeito ao seu desenho organizacional. Lá também prevalece a estrutura piramidal de organização, com as caixas locais na base, as caixas de crédito regional no estrato intermediário e uma caixa nacional no vértice do triângulo. A proposta inicial de centralização financeira acentuada a ser promovida pelas

² É impossível deixar de pensar que esta cláusula não se refira à situação das cooperativas de produção filiadas à Fecotriga na virada dos anos 80, a maioria com graves problemas financeiros, justamente nessa ocasião.

instâncias superiores do sistema também está presente no caso francês.³ Mas uma diferença importante a assinalar entre os dois modelos está na qualidade pública ou privada de seus agentes promotores. De fato, na França o *Crédit Agricole* é uma invenção do Estado que elegeu o crédito cooperativo como a modalidade oficial do crédito rural, dando à sua criatura o poder de monopólio do financiamento agrícola com os recursos do Tesouro e, também, dos subsídios governamentais ao crédito rural. Não bastassem todos esses privilégios, o Estado concedeu ao CA o monopólio da abertura de agências e postos de atendimento no meio rural. Em circunstâncias de atraso agrícola que caracterizava a economia da França até pelo menos a metade do século, altamente protegida por barreiras alfandegárias, com baixos níveis de produtividade, praticada em pequenas unidades de produção familiares, havia um campo muito grande para interferência e regulamentação do Estado no domínio da institucionalização do crédito. É por isso que se pode dizer que no domínio político o cooperativismo de crédito francês foi construído de cima para baixo. Mas esta construção, patrocinada pelo Estado, constituiu-se em um processo orgânico, onde cada novo estágio da pirâmide surgia como decorrência das necessidades do degrau anterior, e todos eles correspondendo ao estágio de desenvolvimento da agricultura.

Em outras palavras, o sistema foi sendo construído paulatinamente, à medida das necessidades e do amadurecimento das instituições de base. Não parece ser este o caso brasileiro. Desde há muito tempo a instituição de fomento ao setor agricultura oficial é o Banco do Brasil. Neste período o Estado desestimulou o desenvolvimento do cooperativismo de crédito, por razões que não serão analisadas aqui. Durante essa fase a agricultura brasileira desenvolveu-se, suas organizações de produção, como as cooperativas de produção, desenvolveram-se também de tal sorte que hoje figuram, como já se disse, no *ranking* das grandes empresas nacionais. Neste estágio de desenvolvimento da agricultura nacional é impossível pensar em organizações de crédito rural sem elevados índices de concentração de recursos financeiros compatíveis com as escalas de produção da agricultura. Logo, o desafio que está sendo colocado para o crescimento do cooperativismo de crédito no Brasil é o de, desde o seu início, operar com grande concentração de recursos. É muito difícil um processo contínuo de desenvolvimento institucional, orgânico. Talvez por

³ Os normativos do funcionamento das *Sicredis* dispunham sobre a "obrigatória transferência de todos os recursos provenientes dos depósitos à vista para a *Cocrecer-RS*, a fim de serem administrados em conjunto, minimizando os riscos de iliquidez..." [BNCC (1985, p.11)].

isso mesmo e ao contrário do caso francês a constituição das cooperativas de crédito centrais (Cocecrer) pareça algumas vezes revestir-se de precocidade, e que termine sendo feita por fora das cooperativas singulares, em uma tentativa de adequar escalas de produção. Neste caso, a liderança do setor privado do cooperativismo de crédito estaria desempenhando o papel que o Estado desempenhou na França de constituição de cooperativas centrais de crédito. Ademais, o mercado financeiro brasileiro hoje não tem semelhança com o francês no período de constituição da organização de crédito cooperativo francesa. Ao contrário, o sistema financeiro brasileiro é relativamente sofisticado e é por isso mesmo que se explicam os pleitos das cooperativas pelo alargamento de suas funções financeiras e diversificação de seus mecanismos e instrumentos de captação e de aplicação. Enfim, elas devem ser instituições financeiras grandes e complexas para poderem operar a centralização dos recursos da agricultura em seu favor.

De outro lado, enquanto na França o órgão de cúpula do sistema, Caisse Nationale de Crédit Agricole, foi o último degrau da pirâmide a ser construído, e foi construído na medida e na forma das necessidades das demais instituições que integravam o sistema, aqui no Brasil a proposta era de aproveitar o BNCC para cumprir este papel. Realiza-se um processo de colagem, resultando daí a possibilidade de se completar em uma década a organização de um sistema nacional de crédito rural cooperativo. Não deixam de ser as vantagens do atraso, parodiando um importante estudioso do desenvolvimento do capitalismo em países de industrialização tardia. Uma vantagem adicional em aproveitar o BNCC como banco central da organização estava em que esse não é um banco capilarizado, não se colocando a questão da concorrência entre as respectivas instâncias de base, como é razoável esperar que ocorra no caso de articulação entre instituições de crédito capilarizadas.

Como o BNCC, na proposta dos cooperativistas, seria privatizado, isto é, as cooperativas de crédito controlariam o seu capital, tratava-se de uma proposta de privatização do crédito rural no Brasil, empreendida pelo setor privado-cooperativista.

Mas o fato de os promotores do cooperativismo de crédito no Brasil serem agentes privados torna mais difícil construir uma instituição integrada quer em nível estadual quanto nacional, como ocorreu na França — pelo menos a curto prazo. Desconsiderando-se problemas técnico-administrativos, existem problemas políticos ineludíveis decorrentes de interesses setoriais e regionais específicos em jogo, sendo razoável esperar que leve algum tempo para se efetivar o processo de obtenção de um grau

mínimo de consenso entre as partes que permita a constituição efetiva de um sistema nacional de crédito unificado.

A extinção do BNCC, em março de 1990, atrasou a constituição do sistema da forma como era proposta pelos agricultores, obrigando-os a encontrar outras alternativas de articulação financeira.

Na maior parte dos estados (PR, SC, RS e MG) a alternativa encontrada foi criar parceria com o Banco do Brasil. A parceria significa que parte das operações bancárias que seriam desempenhadas pelas cooperativas de crédito em seus vários níveis seriam realizadas por aquele banco oficial. Passa a haver uma divisão institucional das funções financeiras entre as cooperativas de crédito e o Banco Verde, isto é, entre empresas comerciais privado-mutualistas e uma empresa comercial pública. Caracteriza-se de fato uma articulação entre as esferas públicas e privadas para a organização do financiamento à agricultura. À diferença da experiência francesa, onde se consolidou justamente uma organização com estas características quanto à natureza das instituições que compõem o sistema, a associação com o Banco do Brasil coloca a questão da articulação entre as agências locais do banco e as instituições mutualistas de base, ou seja, as cooperativas singulares (ver Figuras 2, 3 e 4). A associação com o Banco do Brasil significa um movimento para cima (verticalização) e para os lados (horizontalização) do cooperativismo de crédito, complicando a articulação entre as instituições.

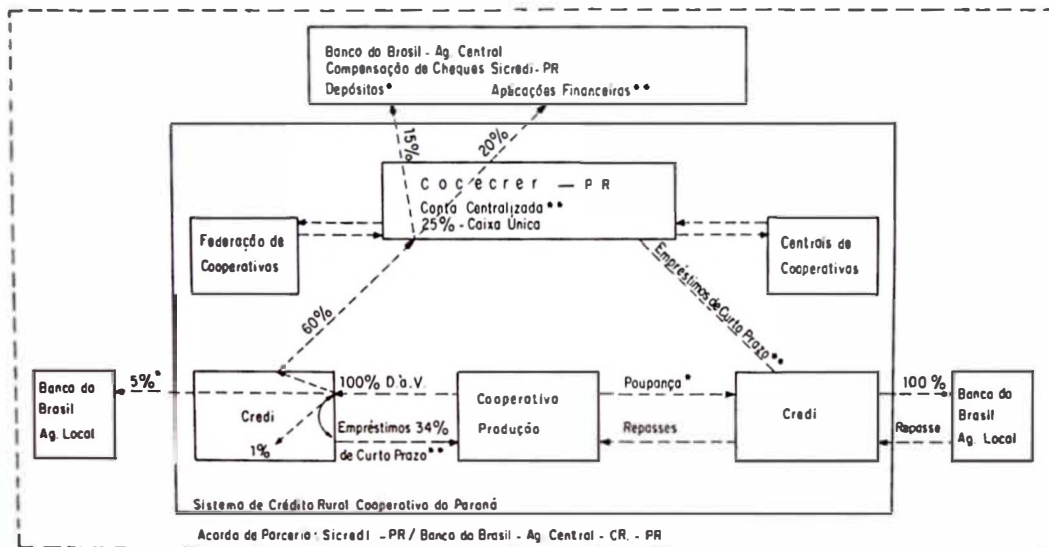
b) Caracterização dos Sicredis

Os Sicredis “são entidades informais que simbolizam a organização das cooperativas de crédito rural em nível estadual, não se constituindo em pessoas jurídicas e, como tal, não possuem estatutos ou normativos próprios” (ver *Uma Visão do Sicredis-RS* ao final deste Capítulo).

Sua administração é realizada pelas cooperativas centrais de crédito estaduais, organizações de cúpula dos sistemas estaduais, representantes oficiais do sistema, “dela emanando todas as normas de comportamento e de ação do conjunto de cooperativas vinculadas ao sistema” [BNCC (1985, p. 12)].

Em princípio, o controle político-administrativo e financeiro da cooperativa central, e, portanto, do sistema, é exercido por um Conselho de Administração que estabelece as normas de articulação financeira entre as partes do sistema e sobre o funcionamento de cada uma delas (ver Figura 5).

FIGURA 2
Esquema de Integração Financeira - Sicred I - PR/nov/91



Fonte de Dados Brutos: Cocócrer - PR.

Observações:

- 1) Número Total de Cooperativas de Crédito Rural 38, Número de Filiais a Cocócrer: 38 (todas), Número de Centros e Federações Filiais 06
- 2) * Significa Sem Remuneração ou "Spread" = Reciprocidade Por Conta do Convênio Com a Banca do Brasil.
** Significa Remunerados Por Aplicação Junto ao Banco do Brasil e/ou Associado.
- 3) Banco do Brasil - Recebimentos das Disponibilidades Monetárias 15 + 5 + 20 = 40% dos Depósitos à Vista (Sem Remuneração).
Recebimentos de Poupanças: 100% (Sem Remuneração), Recebimentos da Cocócrer: 25% (Remunerados).

FIGURA 3

Esquema de Integração Financeira - Sicredi - RS

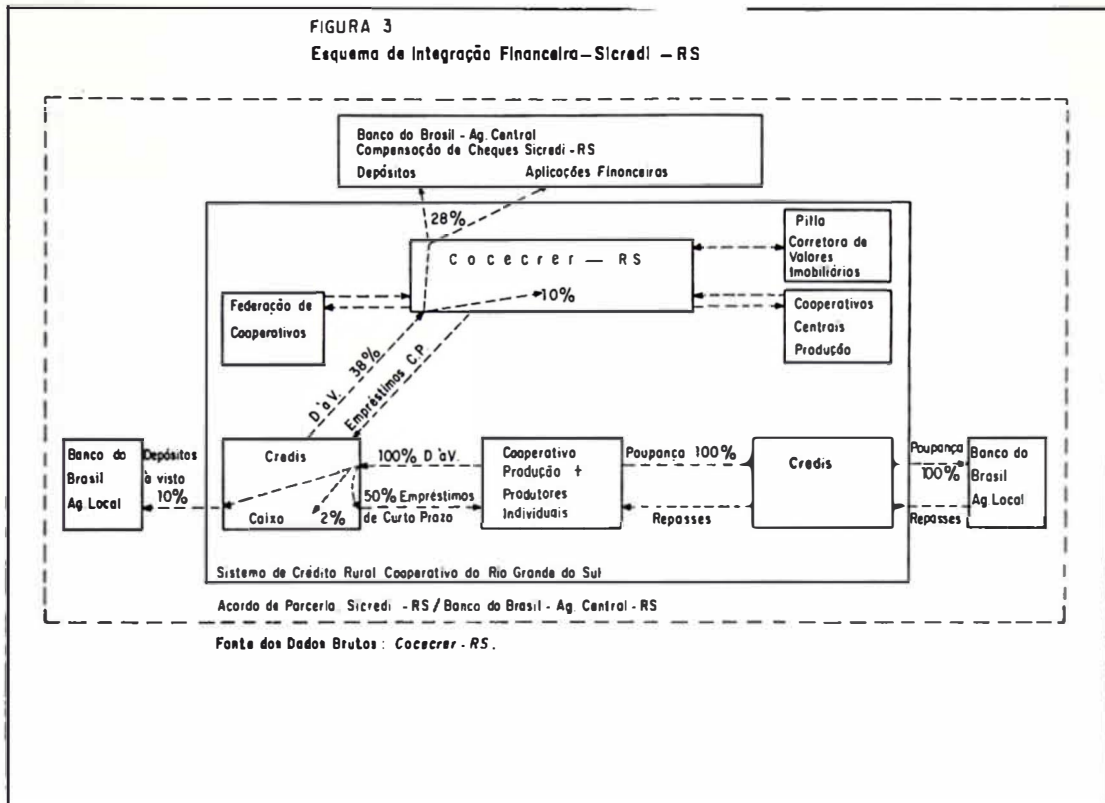
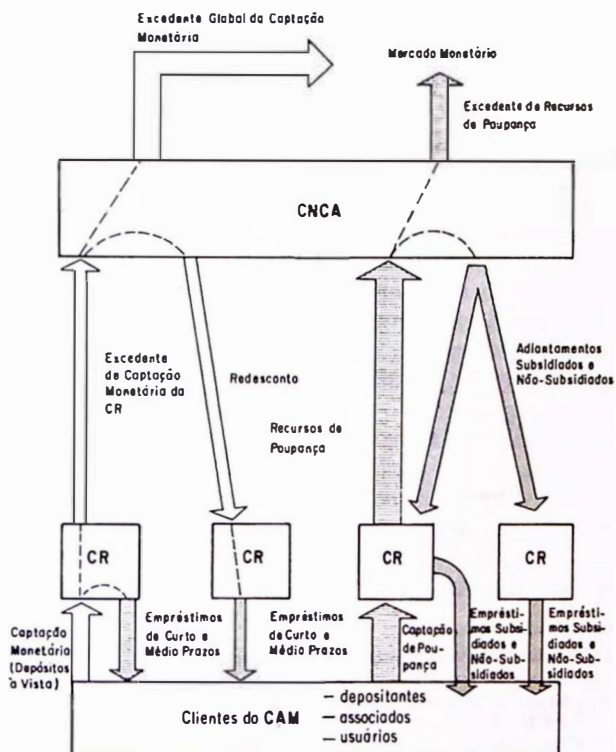


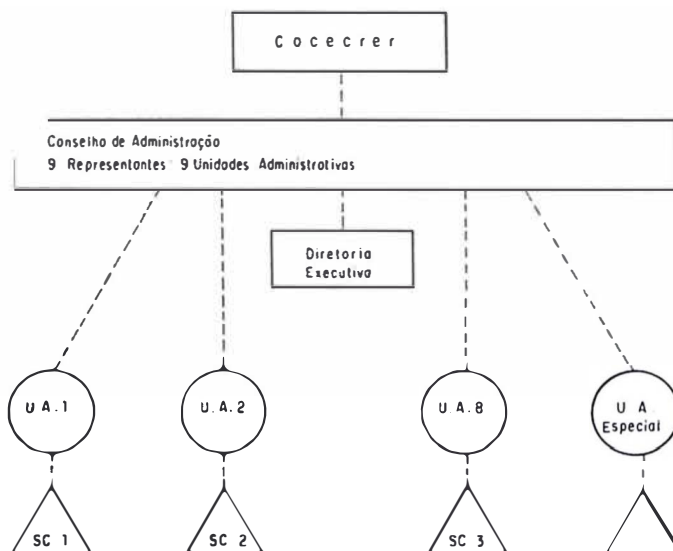
FIGURA 4

A Integração Financeira do Crédito Agrícola



Fonte: Caisse Nationale de Crédit Agricole (1985) Direction du Développement International. Mission de Coopération Technique Internationale. Le Crédit Agricole em France. Paris, CNCA.

FIGURA 5
Esquema de Integração Política-Administrativa/Secredis



Fonte: Secredis.

Convenção U.A.: Unidade Administrativa (regiões: conjunto de municípios).

U.A. Especial (federações, centrais de cooperativas etc.)

SC: Subconselho (composto por representantes das cooperativas singulares de crédito que compõem a Unidade Administrativa U.A.).

Este conselho compõe-se da seguinte forma: os estados são divididos em unidades geográficas, e cada uma dessas unidades indica um representante no Conselho de Administração, cuja eleição é efetivada pela Assembléia Geral das Cooperativas de Crédito, órgão soberano de decisão das empresas mutualistas em geral.

c) As Diferenças Regionais

Nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, para efeitos de operação financeira, os Sicredis criaram parceria com o Banco do Brasil. Em Santa Catarina a associação ocorreu com um banco estadual, o Besc — Banco do Estado de Santa Catarina S.A.

Estudo realizado por Pizarro (1991) aponta o sistema organizado em Santa Catarina como o menos centralizado, isto é, onde existe maior grau de autonomia entre as instâncias de base e a central de crédito, e entre esta última e o Besc. Como não se realizou pesquisa direta sobre o sistema catarinense segue-se a Pizarro (1991, p. 11) na sua descrição sobre aquele sistema estadual.

Em Santa Catarina “existe um custo para o Besc fazer a operação de compensação dos cheques das cooperativas de crédito, estabelecido como sendo o custo Febraban — Federação Brasileira das Associações de Bancos — do mês para os bancos privados. Cada cooperativa de crédito singular deve manter no Besc depósitos correspondentes a um saldo médio mensal que permita cobrir este custo. Se o saldo médio for superior, a cooperativa recebe uma remuneração pela diferença; se for inferior deve pagar a diferença de custo. De outra parte, as cooperativas singulares podem utilizar parte desses depósitos à vista obrigatórios no Besc para aplicações em CDBs, RDBs ou no FAF. Este é o lastro que lhes permite obter do Besc recursos de crédito para aplicações junto aos associados. Parte dos juros obtidos das aplicações financeiras das singulares junto ao banco estadual é apropriado pela Cocecrer para cobrir despesas operacionais” [Pizarro (1991, p. 11)].

Pode-se concluir, com base nessas informações, e nas que serão apresentadas sobre os sistemas do PR e RS que efetivamente as cooperativas singulares apresentam muito maior autonomia no estado catarinense, com relação à Cooperativa Central, operando seus recursos muito mais livre e diretamente com outras instituições financeiras, no caso com o Besc. Em outras palavras, a centralização dos recursos financeiros das cooperativas singulares pela central é muito menor em Santa Catarina. É sobre isso que se referia a direção da Crediminas quando colocava que pensava para Minas um modelo de crédito regional menos centralizado que o do Rio Grande do Sul, similar ao de Santa Catarina.

No Rio Grande do Sul e no Paraná, os Sicredis estruturaram-se da forma desenhada nas Figuras 3 e 4.

Através dos Quadros 12 e 13 do Anexo Estatístico, é possível acompanhar como se distribuem os recursos da Cocecrer-PR entre os associados do sistema (cooperativas singulares, cooperativas centrais, etc.) e entre as linhas de crédito operadas pela Cooperativa Central.

São os seguintes os aspectos a destacar destes sistemas:

- 1º) Existe diferença entre a categoria dos associados às cooperativas singulares, às Credis. No Rio Grande do Sul é importante o grupo de produtores rurais associados, enquanto que no Paraná predomina a associação das cooperativas de produção;
- 2º) As cooperativas de produção do Paraná associadas às cooperativas de crédito são multiproduto, isto é, caracterizam-se por uma linha de produção diversificada. Isto é muito diferente do que ocorre nos estados mineiro e paulista, onde predominam cooperativas de crédito ligadas a produtores de cana, citrus, café etc., ou onde predominem cooperativas cerealistas. As cooperativas multiprodutoras caracterizam-se pela comercialização contínua e, portanto, pela geração de fluxos monetários constantes ao longo do ano, que podem ser direcionados às cooperativas de crédito;
- 3º) No Sicredi-PR (como no caso da CRCR — CAC) a direção da cooperativa de crédito singular é a mesma da cooperativa de produção a ela associada, não se verificando tal norma no Sicredi-RS. Assim, no PR deve ser maior a solidariedade comercial-financeira entre ambos os segmentos de empresas cooperativas;
- 4º) O Sicredi-RS centraliza menos os recursos monetários (depósitos à vista) das cooperativas singulares que o Sicredi-PR. Tanto assim que, enquanto as cooperativas singulares no PR devem colocar 60% de suas disponibilidades (depósitos à vista) junto à Cocecrer, no Rio Grande do Sul essa exigência situa-se em torno de 38%;
- 5º) O Sicredi-RS privilegia mais as relações financeiras com as agências locais do Banco do Brasil do que ocorre com o estado do PR. Tanto assim que, enquanto as cooperativas singulares no PR colocam apenas 5% do seus depósitos à vista nas agências locais do BB, o Sicredi-RS o faz na proporção de 10%. E enquanto no PR a Cocecrer remete 35% das disponibilidades das cooperativas singulares para a agência central do Banco do Brasil, no RS este valor é de 28%;
- 6º) Poderão ocorrer modificações a curto prazo, no grau de centralização financeira pela Cocecrer-PR e pela agência central do Banco do Brasil. A reivindicação das instituições de base do cooperativismo e das agências locais do BB é de reduzir os fluxos monetários para a central (de 60% para

45%) e aumentar os fluxos dos depósitos à vista das cooperativas singulares para as agências locais do BB, de 5% para 10%;

7º) As relações financeiras entre as cooperativas de crédito e o Banco do Brasil, no sentido de formação de lastro para constituição de fundo de liquidez do sistema e de cobertura de custo de compensação de cheques, se dão preferencialmente em cima dos recursos monetários depósitos à vista. No que diz respeito aos recursos financeiros, ao produto de captação de prazo mais longo, o papel do cooperativismo de crédito é ainda apenas de drenar estes recursos para os cofres do Banco do Brasil. Eles não ficam com nenhuma porcentagem desses recursos captados, nem tampouco os recebem de volta, em qualquer proporção. Esta é uma situação muito diferente do que a que ocorria quando os Sicredis operavam com o BNCC, através da caderneta-verde. Aí havia retorno de recursos da poupança, coisa que não ocorre com os recursos da poupança-ouro arrecadados pelas cooperativas em nome do BB;

8º) O Sicredi-RS possui sua própria corretora de valores mobiliários, a Pilla S.A., herança do conglomerado Fecotrigo — Federação das Cooperativas de Trigo — e Soja do RS/Centralsul — Central Cooperativa de Produção Rural do RS Ltda. —, operando com os recursos dos produtores-associados e das cooperativas singulares no mercado financeiro. Embora não tenha sido dito pela direção da Crediminas, e não tenha sido apresentado dessa forma, é de se pensar se a proposta mineira de criação de uma corretora de seguros não significa, ou não é o embrião de uma instituição da mesma natureza e com os mesmos objetivos da Pilla; e

9º) No caso da parceria dos Sicredis/BB, a centralização dos recursos pelas Cocrecers e agências centrais do BB — a verticalização financeira do sistema — fica como que truncada pelas existência das agências locais do BB. A articulação financeira é vazada na base pela impossibilidade de se elidir a presença das instâncias locais do BB. No caso de vingar e se consolidar a parceria com o BB, ou outro agente financeiro capilarizado, a centralização compreenderá, paradoxalmente, o alargamento das relações entre as respectivas instituições de base, isto é, a horizontalidade do sistema. Isto é bem diferente do caso onde a criação de uma organização central, a partir das instituições de base, ocorre no vazio institucional.

UMA VISÃO DO SICREDI-RS

1. Sicredi é a sigla do Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativo do Rio Grande do Sul, denominação atribuída à organização sistematizada das Cooperativas de Crédito Rural do Estado.

2. O Sicredi visa à integração tanto horizontal como vertical das Cooperativas de Crédito Rural do Estado do Rio Grande do Sul, com as Cooperativas de Produtores Rurais do Estado, com o propósito de administrar, em conjunto, os recursos gerados pela atividade agropecuária.

3. Integram o Sicredi-RS:

a) a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda. — Cocecrer, como organismo de cúpula do Sistema;

b) as cooperativas singulares de crédito rural constituídas no estado do Rio Grande do Sul, que concordarem com as regras do Sicredi-RS, como organismo de base do Sistema;

c) as cooperativas singulares de produtores rurais, de qualquer modalidade, mediante associação a uma das cooperativas singulares de crédito rural;

d) as cooperativas de segundo grau de produtores rurais, de qualquer ramo, mediante associação à Cocecrer-RS; e

e) os produtores rurais do estado, como agentes ativos e passivos do Sistema e usuários dos serviços, mediante associação a uma cooperativa de crédito rural singular.

4. A divulgação estatística e contábil do cooperativismo de crédito rural do Rio Grande do Sul será feita em nome do Sicredi-RS, através de relatórios e balanços consolidados, que espelham, em conjunto, o desenvolvimento de todas as entidades integrantes.

Características da Cocecrer-RS:

1. A Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda. — Cocecrer, fundada em 27.10.1980, é órgão de cúpula do Sicredi-RS.

2. A Cocecrer tem sede, administração e foro jurídico em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, estando instalada no 2º, 3º, 6º e 7º andares do Edifício Sulbrasil, na Rua dos Andradas, 1.332.

(Continua)

(Continuação)

3. Sua área de ação é limitada ao estado do Rio Grande do Sul, seu prazo de duração é indeterminado e seu exercício social coincide com o ano civil.

4. A Cocecrer tem por objetivo a organização comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

5. Para consecução de seus objetivos, cabe à Cocecrer:

a) coordenar as ações do Sicredi-RS;

b) difundir e fomentar o cooperativismo de crédito rural, orientando a organização de novas cooperativas e a reorganização das existentes;

c) planejar a aplicação dos recursos captados pelo Sistema, em consonância com as normas regulamentares do Banco Central;

d) representar o Sicredi-RS perante as autoridades monetárias e agrícolas e demais organismos governamentais;

e) buscar fontes alternativas de recursos para alimentar as atividades creditórias das cooperativas singulares;

f) promover treinamento de dirigentes e funcionários das cooperativas singulares, se possível, mediante convênio com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

g) prestar orientação gerencial, contábil e financeira às cooperativas integrantes do Sicredi, visando ao aperfeiçoamento dos serviços e à sua racionalização e padronização;

h) promover serviços de fiscalização às filiadas, com a intenção de mantê-las em posição regular perante as normas legais e regulamentares;

i) realizar, pelo menos uma vez por ano, balanço e relatório consolidado do Sicredi, para efeito de divulgação;

j) exercer o controle das operações ativas e passivas e dos serviços do Sicredi; e

k) dotar o Sicredi de instrumentos materiais e de sistemas de informática que resultem na sua completa automação.

(Continua)

(Continuação)

Unidades Administrativas

1. A Cococerer-RS, para efeitos administrativos, divide-se em Unidades Administrativas, na forma do artigo 42 dos Estatutos Sociais.

2. Considera-se Unidade Administrativa o conglomerado de cooperativas reunidas com base na proximidade geográfica e que tem como representante um Conselheiro Administrativo.

3. A composição das Unidades Administrativas obedece à seguinte divisão:

Unidade Administrativa I: Uruguaiana, Alegrete, São Francisco de Assis, Itaqui, Santiago e São Borja.

Unidade Administrativa II: Jaguari, Santa Maria, Júlio de Castilhos, Tupanciretá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Sobradinho, Candelária, Agudo e Santa Cruz do Sul.

Unidade Administrativa III: Pelotas, Bagé, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, São Sepé, Cachoeira do Sul e Rosário do Sul.

Unidade Administrativa IV: Rolante, Nova Petrópolis, Teutônia, Encantado, Carlos Barbosa e Harmonia.

Unidade Administrativa V: Marau, Passo Fundo, Tapejara, Sananduva, Ibiraiaras, Getúlio Vargas e Jacutinga.

Unidade Administrativa VI: Soledade, Não-Me-Toque, Tapera, Espumoso, Ibirubá, Colorado, Carazinho e Santa Bárbara do Sul.

Unidade Administrativa VII: Sarandi, Rodeio Bonito, Palmeira das Missões, Panambi, Santo Augusto, Augusto Pestana, Cruz Alta, Tenente Portela e Ajuricaba.

Unidade Administrativa VIII: Crissiumal, Horizontina, Três de Maio, Santa Rosa, Santo Ângelo, Guarani das Missões, Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Tucunduva e Campo Novo.

Unidade Especial: Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), Federação das Cooperativas de Trigo e Soja (Fecotrig), União das Cooperativas do RS (Unicoop), Organização das Cooperativas do RS (Ocergs) e Centralsul.

Fonte: *Transcrição do Relatório do Conselho de Administração, 1990.*

Conclusões

I. Qualquer recomendação sobre formas institucionais de crédito rural deve levar em consideração os seguintes aspectos:

1º) A tendência prevalecente entre as instituições financeiras internacionais, de ajuizar contra a segmentação da intermediação financeira em nível mundial e especificamente no que diz respeito à reforma do sistema financeiro brasileiro.

Veja-se a esse respeito, como o Banco Mundial, particularmente, posiciona-se sobre esta questão:

“A intermediação financeira é segmentada no Brasil. A segmentação financeira (...) compromete a eficiência da intermediação financeira. Algumas das razões para esta segmentação são as leis e os regulamentos que restringem as atividades das instituições financeiras no mercado por modalidade de empréstimo (...); vencimento dos empréstimos (...); instrumentos de captação dos recursos (...) etc. Essas condições levaram ao estabelecimento de instituições diferentes que operam em cada segmento do mercado...” [Projeto do Banco Mundial e International Finance Corporation — IFC (1988, p.42)].

Veja-se, ademais, qual é a proposta do Banco sobre esta questão no que diz respeito à reorganização do sistema financeiro nacional:

“O Conselho Monetário Nacional permitirá aos conglomerados financeiros a fusão de seus bancos comerciais, de investimento e de poupança, financeiras, e associações de poupança e empréstimos etc., e passem a operar como um único banco universal ou como Banco Múltiplo.(...) Esta reforma reduzirá as margens das taxas de juro dos bancos e facilitará a mobilização de recursos, porque as barreiras à captação e à concessão de empréstimos, que ainda se aplicam aos bancos

comerciais, de investimento, e outros, não se aplicarão ao Banco Múltiplo [op. cit., p.43].

2º) A experiência universal acumulada sobre o desenvolvimento das empresas cooperativas, no que diz respeito aos tempos de constituição, à escala de operação, forma organizacional, recursos humanos e qualidade de gestão:

“Cooperativas são organizações empresariais complexas, que incluem objetivos, estrutura organizacional e métodos específicos de operação e financiamento, os quais exigem sejam levados em conta também seus membros. O desenvolvimento de cooperativas requer muito treinamento e experiência. Uma organização cooperativa central forte é usualmente necessária, a fim de dar suporte às cooperativas locais. Assim, ao julgar o desempenho de uma cooperativa particular ou de um sistema cooperativo, é necessário analisar os resultados tendo em vista um período de, pelo menos, 5 a 10 anos. Cooperativas que tenham um grande número de membros despreparados profissionalmente podem levar um longo tempo até alcançar um desempenho empresarial satisfatório. As exigências de um desempenho gerencial forte e eficiente e os custos de administração das cooperativas podem ser excessivos, tendo em vista os resultados econômicos desejados, se avaliados comparativamente com os que estariam implicados em outros arranjos institucionais, como os próprios das empresas privadas.” [Stevens. e Jabara. (1988, p.266)].

Leve-se em conta particular a experiência de desenvolvimento da maior instituição de crédito agrícola cooperativo, o Crédit Agricole, que constituiu na passagem de um banco agrícola para um banco universal devido ao estancamento do fluxo dos recursos oficiais, abundantes e subsidiados, e às necessidades crescentes de crédito decorrentes do crescimento e da modernização da agricultura nacional;¹

3º) A escala e o grau de complexidade da agricultura brasileira e de suas formas privilegiadas de organização, as cooperativas de produção agrícolas, exigindo instituições financeiras compatíveis para operar, ou seja, grande concentração de recursos financeiros e diversidade de funções financeiras;

4º) A existência de um banco com larga experiência no financiamento à agricultura, operando em grande escala com o setor, o Banco do Brasil;

¹ Ver, a respeito, em Gueslin (1985) e Beneti (1982 e 1989).

5º) As diferenças regionais nos tipos de agricultura e de cooperativas de crédito rural, assim como nos níveis de desenvolvimento dessas instituições nos estados, daí decorrendo, também, dificuldades para fazer o concerto dos diferentes interesses resultantes dessas características diferenciadas; e

6º) Os indicativos levantados nessa pesquisa de que a eficiência das cooperativas de crédito estaria associada ao tamanho da empresa.

II. Levados esses pontos em conta, julga-se pertinente e promissor o caminho de desenvolvimento empresarial atualmente perseguido pelo cooperativismo de crédito mais consolidado no país, consistindo em sua associação, ou, mais propriamente se referindo, na constituição de parcerias com o Banco do Brasil. Adquire-se experiência, formam-se quadros de gestão e, dada ainda a insuperável disponibilidade de recursos do Banco do Brasil para financiamento da agricultura, o cooperativismo de crédito pode tornar-se seu parceiro privilegiado para intervenção na agricultura.

As cooperativas, como estão na ponta inferior da cadeia do processo de produção, ou seja, junto aos produtores, sabem das suas necessidades e, sendo controladas pelos mesmos, vão operar com o objetivo prioritário de satisfazê-las.

Constituírem-se agentes de repasses de instituições financeiras é função corrente dos bancos. O importante é que as cooperativas sejam eficientes nessa função. Para os bancos comerciais privados tipicamente comerciais pode ser interessante delegar ao cooperativismo de crédito a capilarização do financiamento à agricultura, restringindo-se a operar no atacado, considerando o custo de administração dessas operações.

III. O desenvolvimento do cooperativismo de crédito rural passa por uma divisão institucional de funções dentro do setor cooperativista da economia, a qual significa que as cooperativas de produção realizarão suas operações financeiras preferencialmente com e através das cooperativas de crédito. Para que isso ocorra, é pré-condição a mudança nos estatutos de operação das cooperativas de crédito, no sentido do alargamento de suas funções financeiras e dos mecanismos e instrumentos de captação e de crédito.

BIBLIOGRAFIA

- BANCO CENTRAL, Brasília. *Manual de normas e instruções*.
- BANCO MEXICANO SOMEX, México. La Banca mexicana en perspectiva internacional: indicadores comparativos. *Revista de Comércio Exterior*, México, vol. 40, pp.326-337, abr. 1990.
- BANCO MUNDIAL Washington, D.C. *Reforma do sistema financeiro nacional*. Washington, D.C.: Banco Mundial/IFC, 1988. p.42-43. Projeto
- BENETTI, Maria D. *Modelos de financiamento à agricultura*. Porto Alegre: FEE, 1989. (Série 15 anos, 3)
- BENETTI, Maria D. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no RS*. Porto Alegre: FEE, 1982. (Coleção Teses, 5)
- BENETTI, Maria D. Proposta cooperativista de privatização do financiamento à agricultura brasileira. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, v.9, 1989.
- BNCC, Brasília. *Avaliação Sicredi — Sistema Integrado de Crédito Rural Cooperativa Estado — Rio Grande do Sul*. Brasília, 1985. Anexo I.
- CNCA, Paris. *Crédit mutuel en France: dossier établi pour la préparation préalable des stagiaires étrangers*. Paris, 1985.
- CNCA, Paris. *Unité et diversité du crédit agricole mutuel: assemblée générale da la CNCA*. Paris, 1979.
- LERMAN, Z. e PARLIAMENT, C. Size and industry effects in the performance of agricultural cooperatives. *Journal of Agricultural Economic*, p.15-29, 1991.
- PÉREZ, Antonio G. El Sistema bancario estadounidense en los ochenta: tendencia y desafío; *Revista Comercio Exterior*, México, v. 40, n.4, pp. 348-359, 1990.
- PIZARRO THEILER, J.L. *O Cooperativismo de crédito no Brasil: situação e recomendações*. Brasília: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, 1991.

STEVENS R.D. e JABARA C. L. *Agricultural development principles: economic theory and empirical evidence.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1988. p.266. USA

ANEXO ESTATÍSTICO

Obs.: Os quadros assinalados com (*) foram, devido ao número de colunas, subdivididos horizontalmente.

QUADRO 1*

Sistema de Crédito Rural - Valor dos Financiamentos a Agropecuária - Ano de 1986

Em - Cr\$ 1,00

	Custeio			Investimento		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
II-Instituição Financiadora						
A-Bancos Oficiais Federais	72.062.105.845,14	3.711.474.940,22	75.773.580.785,36	16.112.104.691,32	6.609.828.722,11	22.721.933.413,43
B-Bancos Oficiais Estaduais	5.342.170.197,13	873.268.782,70	6.215.438.979,83	3.781.888.297,18	4.504.647.546,27	8.286.535.843,45
C-Bancos Privados	13.576.542.719,50	4.420.962.104,62	17.997.504.824,12	10.021.528.864,46	16.806.480.796,01	26.828.009.660,47
D-Caixas Econômicas	887.882.376,57	123.581.307,67	1.011.463.684,24	316.204.217,19	402.987.936,08	719.192.153,27
E-Coops.Créd.Rural	3.233.755.721,06	258.054.125,73	3.491.809.846,79	807.020.607,75	493.007.948,98	1.300.028.556,73
Brasil	95.102.456.859,40	9.387.341.260,94	104.489.798.120,34	31.038.746.677,90	28.816.952.949,09	59.855.699.627,35

QUADRO 1

Sistema de Crédito Rural - Valor dos Financiamentos a Agropecuária - Ano de 1986

Valores Correntes em - Cr\$ 1 00

	Comercialização			Total		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
II- Instituição Financiadora						
A-Bancos Oficiais Federais	18.664.102.102,81	11.862.955,04	18.675.965.057,85	106.838.312.639,27	10.333.166.617,37	117.171.479.256,64
B-Bancos Oficiais Estaduais	649.674.718,80	6.346.300,40	656.021.019,20	9.773.733.213,11	5.384.262.629,37	15.157.995.842,48
C-Bancos Privados	2.911.292.416,25	16.237.204,99	2.927.529.621,24	26.509.364.000,21	21.243.680.105,62	47.753.044.105,83
D-Caixas Econômicas	39.730.877,47	5.000.472,00	44.731.349,47	1.243.817.471,23	531.569.715,75	1.775.387.186,98
E-Coops. Créd. Rural	104.846.813,71	25.494.039,36	130.340.853,07	4.145.623.142,52	776.556.114,07	4.922.179.256,59
Brasil	22.369.646.929,04	64.940.971,79	22.434.587.900,83	148.803.850.466,34	38.269.275.181,42	186.780.085.648,51

Fonte: *Bacen, Anuário Estatístico do Crédito Rural, 1986.*

QUADRO 2*

Sistema de Crédito Rural - Valor dos Financiamentos a Agropecuária - Brasil 1987

	Valores Correntes Cr\$ - 1 00					
	Custeio			Investimento		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
II-Instituição Financiadora						
A-Bancos Oficiais Federais	253.845.730.778,85	10.827.515.485,29	273.673.246.244,94	43.185.783.393,43	10.184.578.504,14	62.370.361.897,57
B-Bancos Oficiais Estaduais	14.736.244.265,36	2.473.733.183,87	17.209.977.449,23	3.753.220.572,26	2.425.404.585,50	6.178.625.137,76
C-Bancos Privados	25.552.082.870,59	8.344.398.812,32	31.896.482.482,91	5.305.235.569,42	5.867.787.547,39	11.173.003.116,81
D-Caixas Econôm.	1.047.628.037,89	584.802.550,58	2.512.431.588,47	228.108.481,48	172.681.320,19	398.789.811,87
E-CCR	9.515.318.343,22	737.044.284,88	10.252.360.808,08	1.323.434.398,65	327.978.684,74	1.651.413.081,59
III-Categoria de Produtor						
A-Pequeno	78.757.515.079,77	4.758.488.748,78	81.518.983.828,55	10.054.250.879,90	8.524.849.374,58	18.579.100.054,48
B-Médio	81.283.687.934,81	8.717.930.833,80	87.981.598.768,61	14.631.701.301,36	8.281.348.134,09	22.883.049.435,45
C-Grande	127.707.378.923,25	18.284.844.375,52	143.992.023.298,77	28.886.400.288,89	12.611.720.103,62	39.498.120.392,51
D-Cooper.	19.897.505.827,11	1.855.200.282,84	21.552.705.889,75	1.837.300.148,85	224.187.138,12	2.081.487.286,77
E-Demais	170.815.531,77	330.250.858,18	501.186.387,95	384.130.004,84	358.305.851,57	740.435.856,21
BRASIL	305.598.983.298,71	28.947.495.078,98	335.544.478.373,87	53.793.782.423,44	27.978.390.601,98	81.772.173.025,40

QUADRO 2

Sistema de Crédito Rural - Valor dos Financiamentos a Agropecuária - Brasil 1987

Valores Correntes Cz\$ - 1 00

	Comercialização			Total		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
II-Instituição Financiadora						
A-Bancos Oficiais Federais	54.824.361.430,36	417.052.499,22	55.041.413.929,58	351.655.875.603,44	39.429.148.469,65	391.085.022.072,09
B-Bancos Oficiais Estaduais	618.986.788,10	17.519.580,00	636.506.328,10	19.108.451.605,72	4.918.657.309,37	24.025.108.915,08
C-Bancos Privados	5.065.819.561,83	50.742.950,11	5.116.362.511,94	35.922.918.001,84	12.262.910.109,82	48.185.828.111,66
D-Caixas Econôm.	71.262.624,25	0,00	71.262.624,25	2.245.000.153,62	737.483.870,77	2.982.484.024,39
E-CCR	50.710.965,87	46.026.685,60	96.737.651,47	10.689.481.705,94	1.111.049.815,40	12.000.511.321,34
III-Categoria de Produtor						
A-Pequeno	2.682.551.804,01	4.991.019,66	2.687.542.823,67	88.494.317.563,68	11.289.309.143,20	100.783.626.706,68
B-Médio	5.775.786.443,03	8.278.880,50	5.782.065.323,53	101.871.155.679,20	14.965.557.648,39	116.856.713.527,59
C-Grande	19.380.435.065,98	29.831.600,00	19.390.266.665,98	173.954.214.278,12	28.926.196.079,14	202.880.410.357,26
D-Cooper.	18.389.249.127,68	8.600.000,00	18.398.049.127,68	39.624.054.903,44	2.086.167.400,76	42.010.222.304,20
E-Demais	14.222.916.909,71	483.440.194,77	14.706.359.104,48	14.777.984.448,12	1.169.996.902,52	15.947.981.348,64
BRASIL	60.430.941.350,41	531.341.695,13	60.962.283.045,54	419.821.707.070,50	58.457.227.374,05	478.278.934.444,61

Fonte: Bacen, Anuário Estatístico do Crédito Rural, 1987.

QUADRO 3*

Sistema de Crédito Rural - Valor dos Financiamentos a Agropecuária - Brasil 1989

Valores Correntes C2\$ 1 00

	Custeio			Investimento		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
II- Instituição Financiadora						
A-Bancos Oficiais Federais	23.117.306.487,10	298.911.386,17	23.416.217.873,27	1.398.956.245,25	213.785.484,64	1.612.741.729,89
B-Bancos Oficiais Estaduais	984.671.973,69	71.366.968,04	1.056.038.941,73	659.403.551,87	197.670.039,47	857.073.591,34
C-Bancos Privados	1.615.080.779,22	471.542.702,74	2.086.623.481,96	703.534.174,51	163.256.740,99	866.790.915,50
D-Caixas Econômicas	179.071.763,67	2.838.631,65	181.910.395,32	7.839.109,92	5.938.792,36	13.777.902,28
E-Coop.Créd.Rural	596.992.371,28	124.733.530,33	721.725.901,61	235.359.830,87	23.913.471,72	259.273.302,59
III- Categoria de Produtor						
A-Pequeno	4.552.338.874,78	341.248.424,50	4.893.587.299,28	456.492.012,06	255.840.655,51	712.332.667,57
B-Médio	6.871.758.255,08	95.779.000,31	6.967.537.255,39	536.207.907,83	123.796.977,89	660.004.885,72
C-Grande	13.670.100.103,48	418.368.327,27	14.088.468.430,75	1.487.603.423,68	185.486.658,26	1.673.090.081,94
D-Cooper.	1.386.303.334,54	106.665.463,43	1.492.968.797,97	218.631.616,95	6.315.355,10	224.946.972,05
E-Demais	12.622.807,10	7.332.003,42	19.954.810,52	306.157.951,90	33.124.882,42	339.282.834,32
Brasil	26.493.123.374,93	969.393.218,93	27.462.516.593,86	3.005.092.912,42	604.564.529,18	3.609.657.442,21

QUADRO 3

Sistema de Crédito Rural - Valor dos Financiamentos a Agropecuária - Brasil 1989

	Valores Correntes Cz\$ 1,00					
	Comercialização			Total		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
II- Instituição Financiadora						
A-Bancos Oficiais Federais	2.272.126.035,77	2.318.691,36	2.274.444.727,13	26.788.388.768,12	515.015.562,17	27.303.404.330,29
B-Bancos Oficiais Estaduais	154.619.501,39	23.852.356,00	178.471.857,39	1.798.695.026,95	292.889.363,51	2.091.584.390,46
C-Bancos Privados	737.562.814,53	66.573.434,40	804.136.248,93	3.056.177.768,26	701.372.878,13	3.757.550.646,39
D-Caixas Econômicas	4.156.649,05	0,00	4.156.649,05	191.067.522,64	8.777.424,01	199.844.946,65
E-Coop.Créd.Rural	1.683.081,80	0,00	1.683.081,80	834.035.283,95	148.647.002,05	982.682.286,00
III- Categoria de Produtor						
A-Pequeno	163.783.971,60	3.000,00	163.786.971,60	5.172.614.858,44	597.092.080,01	5.769.706.938,45
B-Médio	300.785.480,05		300.785.480,05	7.708.751.642,96	219.575.978,20	7.928.327.621,16
C-Grande	961.920.391,00	8.789.160,16	970.709.551,16	16.119.623.918,16	612.644.145,69	16.732.268.063,85
D-Cooper.	1.149.147.237,11	24.779.058,10	1.173.926.295,21	2.754.082.188,58	137.759.876,63	2.891.842.065,21
E-Demais	594.511.002,79	59.173.263,50	653.684.266,29	913.291.761,79	99.630.149,34	1.012.921.911,13
Brasil	3.170.148.082,55	92.744.481,76	3.262.892.564,31	32.668.364.369,90	1.666.702.229,87	34.335.066.599,77

Fonte: *Bacen, Anuário Estatístico do Crédito Rural, 1989.*

QUADRO 4*

Sistema de Crédito Rural - Valor dos Financiamentos a Agropecuária - Ano de 1990

Valores Correntes em Cruzeiros (Cr \$ 1,00)

	Custeio			Investimento		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
II- Instituição Financiadora						
A-Bancos Oficiais Federais	278.474.855.138,88	10.480.400.635,75	288.955.255.772,61	17.582.777.958,51	16.787.834.588,84	34.370.612.525,35
B-Bancos Oficiais Estaduais	27.388.335.288,57	4.081.571.873,52	31.448.907.162,09	8.921.635.762,72	3.454.548.527,08	12.378.184.289,81
C-Bancos Privados	65.878.232.061,21	8.530.789.190,48	74.407.001.251,67	8.099.872.862,56	4.997.237.463,05	13.097.110.325,61
D-Caixas Econômicas	2.848.790.689,48	288.021.003,91	2.912.811.693,39	273.499.081,70	285.162.045,30	558.661.107,00
E-Coop. Créd. Central	20.221.870.444,38	1.081.281.335,48	21.302.931.779,86	398.327.779,58	253.550.868,58	651.878.648,17
III- Categoria de Produtor						
A-Pequeno	120.481.683.104,28	5.768.120.249,88	126.229.803.354,14	8.878.191.117,68	11.053.475.978,53	19.929.667.096,21
B-Médio	84.181.083.110,79	4.024.055.311,80	88.185.148.422,58	8.992.410.642,88	5.984.121.229,77	12.956.531.872,43
C-Grande	136.217.098.018,48	13.372.051.186,01	149.589.147.204,49	17.344.833.832,40	8.834.853.815,39	25.979.487.647,79
D-Cooper.	50.170.349.755,23	1.223.847.291,43	51.393.997.046,66	1.022.212.821,10	69.978.387,80	1.092.191.018,90
E-Demais	1.587.661.831,31	32.150.000,00	1.629.811.831,31	1.040.665.211,24	55.904.047,37	1.096.569.258,61
IV-Origem dos Recursos						
Tesouro	99.731.646.984,03	4.104.708.814,31	103.836.353.598,34	9.575.041.450,10	749.097.012,75	10.324.138.462,85
Obrigatórios	108.038.010.260,04	12.078.584.473,81	118.112.594.733,85	11.388.648.021,52	6.419.227.954,82	17.807.875.976,14
Poupança Rural	109.838.703.150,92	333.340.298,09	110.170.043.447,01	289.330.178,00	865.193.598,45	1.154.523.776,45
Livres	69.337.411.578,98	7.559.949.298,50	76.897.360.875,48	3.197.984.578,22	3.373.487.107,25	6.571.451.683,47
Constitucionais	1.236.108.977,90	236.291.899,35	1.475.398.877,25	9.549.443.941,89	13.863.028.801,43	23.412.470.543,32
Governos Estaduais	38.489.424,99	1.413.911,00	37.883.335,99	381.138.993,42	87.735.854,12	488.872.847,54
Outras Fontes	6.393.535.245,25	104.737.546,08	6.498.272.791,31	894.528.263,97	420.585.340,24	1.315.113.604,21
Brasil	392.807.883.820,07	24.420.024.039,12	417.027.907.859,71	35.276.113.425,08	25.778.333.468,89	81.054.448.893,97

QUADRO 4

Sistema de Crédito Rural - Valor dos Financiamentos a Agropecuária - Ano de 1990

	Valores Correntes em Cruzeiros (Cr\$ 1,00)					
	Comercialização			Total		
	Agrícola	Pecuária	Total	Agrícola	Pecuária	Total
II- Instituição Financiadora						
A-Bancos Oficiais Federais	41.228.238.187,94	0,00	41.228.238.187,94	335.285.871.283,31	27.268.235.202,59	362.554.106.485,90
B-Bancos Oficiais Estaduais	7.139.164.447,56	52.260.000,00	7.191.424.447,56	43.449.135.498,85	7.568.360.400,81	51.017.515.899,46
C-Bancos Privados	30.151.114.104,03	390.199.388,28	30.541.313.492,31	104.127.219.027,80	13.918.208.041,79	118.045.425.089,59
D-Caixas Econômicas	2.261.750,00	0,00	2.261.750,00	2.922.551.501,18	551.183.049,21	3.473.734.550,39
E-Coop. Créd. Central	42.361.270,82	1.257.000,00	43.618.270,82	20.662.359.494,79	1.338.069.202,06	21.999.428.696,85
III. Categoria de Produtor						
A-Pequeno	3.730.055.177,19	7.260.000,00	3.737.315.177,19	133.067.929.399,13	16.828.856.228,41	149.896.785.627,54
B-Médio	2.958.058.365,01	5.000.000,00	2.963.058.365,01	94.111.562.118,46	9.993.176.541,57	104.104.738.660,03
C-Grande	11.701.320.108,06	800.000,00	11.702.120.108,06	165.263.049.958,94	22.007.705.001,40	187.270.754.958,34
D-Cooper.	37.523.359.420,03	430.658.388,28	37.954.015.808,31	88.715.921.796,36	1.724.282.077,51	90.440.203.873,87
E-Demais	22.850.346.692,06	0,00	22.850.346.692,06	25.288.873.534,61	88.054.047,37	25.376.727.581,98
IV. Origem dos Recursos						
Tesouro	34.667.439.587,96	0,00	34.667.439.587,96	143.994.128.022,09	4.853.603.627,06	148.847.931.649,15
Obrigatórios	16.251.604.773,30	352.399.388,28	16.604.004.161,58	133.878.263.054,88	18.848.211.816,71	152.524.474.871,57
Poupança Rural	143.750.268,07	1.257.000,00	145.007.268,07	110.269.763.596,99	1.199.790.894,54	111.469.574.491,53
Lvres	27.257.797.324,02	90.060.000,00	27.347.857.324,02	99.793.193.477,20	11.023.478.405,75	110.818.669.882,95
Constitucionais	6.877.807,00	0,00	6.877.807,00	10.794.428.726,79	14.102.318.500,78	24.896.747.227,57
Governos Estaduais	0,00	0,00	0,00	417.606.418,41	89.149.765,12	506.756.183,53
Outras Fontes	213.670.000,00	0,00	213.670.000,00	7.501.733.509,22	525.322.888,30	8.027.056.395,52
Brasil	76.563.139.780,35	443.718.388,28	79.006.858.148,63	506.447.136.805,50	50.842.073.896,29	557.069.210.701,79

Fonte: Bacen, Anuário Estatístico do Crédito Rural, 1990.

QUADRO 5* (folha 1/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Jun/89

NCz\$ 1,00

Região/Estado/Cooperativa*	Quadro Social		Contas do Passivo					
	Número de Associados	Pat.Líquido			Captação		Outros	
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses		Total
3.4.1. Coop. Regional Créd. Rural(1)	15 053	844.701	184.288	1 028.989	11.003.137	13.392.040	24.395.177	3.642.094
2.8.1. CC Plant. C. de PE(17)	1.607	843.266	3.826.696	4.669.962	184.058	9.117.058	9.281.118	4.725.778
4.2.1. C. Central de Créd. Rural do RS(6)	68	417.214	494.141	911.355	2.099.908	11.832.237	13.932.143	2.235.514
2.1.3. Coop. dos Plant. de Cana de Alagoas(222)	2.180	1.979.788	2.817.681	4.797.469	309.008	7.198.274	7.507.282	483.159
3.4.15. CCR Cooperctrus(89)	377	1.363.633	258.641	1.622.274	283.143	4.397.171	4.680.314	1.785.233
4.1.1. C. Central de Créd. Rural do PR(5)	22	85.748	131.517	217.263	1.138.837	8.173.426	7.312.263	358.094
3.4.5. CC dos Forn. de Cana de Piracicaba(12)	3.424	578.008	779.812	1.357.820	445.829	1.932.682	2.378.511	558.955
4.3.1. C. Central de Créd. Rural de SC(7)	18	54.901	20.933	75.834	537.917	2.982.491	3.500.408	83.787
3.4.10. CC Plant. C. de Sertãozinho(21)	1.473	1.373.724	300.038	1.673.762	44.980	520.902	565.882	1.219.815
4.2.4. CRR Alto Jacul(29)	1.770	191.068	327.589	518.657	193.165	1.349.920	1.543.085	445.747
4.2.59. CCR Tapareense(202)	1.508	227.526	328.924	556.450	189.494	1.193.462	1.362.958	282.620
4.1.2. CC Agropecuário do Oeste(8)	1.810	119.818	243.938	363.554	367.972	924.739	1.292.711	323.197
4.2.12. CCR de Cerro Largo(59)	2.582	66.992	395.662	462.654	89.044	1.221.818	1.290.662	168.381
4.3.14. CCR do Vale do Canoinhas(209)	1.140	64.201	82.825	147.026	310.037	1.037.818	1.347.655	303.209

(Continua)

* NOTA EXPLICATIVA AO QUADRO

No código da cooperativa, o primeiro dígito corresponde à região, o segundo, ao estado da região e, finalmente, o terceiro à cooperativa. Os códigos das regiões e dos estados são os seguintes:

1. Norte
2. Nordeste: 2.1 Alagoas, 2.2 Bahia, 2.3 Ceará, 2.4 Maranhão, 2.5 Paraíba, 2.6 Pernambuco, 2.7 Piauí, 2.8 Rio Grande do Norte e 2.9 Sergipe.
3. Sudeste: 3.1 Espírito Santo, 3.2 Minas Gerais, 3.3 Rio de Janeiro e 3.4 São Paulo
4. Sul: Paraná, 4.2 Rio de Grande do Sul e 4.3 Santa Catarina
5. Centro-Oeste: 5.1 Goiás, 5.2 Mato Grosso, 5.3 Mato Grosso do Sul e 5.4 Distrito Federal
6. Brasil

QUADRO 5 (continuação - folha 1/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total		Contas do Ativo			Sobras e Perdas		
	Ativo/ Passivo		Empréstimos		Outros	Receitas	Despesas	S/P
			Financiamentos	Empréstimos				
3.4.1. Coop. Regional Créd. Rural(1)	29.266.260	24.460.370	126.825	24.586.965	4.679.295	13.163.819	13.060.733	72.686
2.6.1. CC Plant.C. de PE(17)	18.676.856	6.372.579	137.672	8.510.251	10.166.605	7.871.550	7.101.786	769.764
4.2.1. C. Central de Créd. Rural do RS(6)	17.079.012	12.504.516	798.088	13.302.604	3.778.408	7.001.863	6.988.962	12.901
2.1.3. Coop. dos Plant. de Cana de Alagoas(222)	12.787.910	7.942.951	2.381.129	10.324.080	2.463.830	5.520.950	5.418.582	104.368
3.4.15. CCR Cooperativas(89)	8.087.821	5.041.627	1.080.055	8.121.682	1.968.139	4.363.328	3.313.613	1.049.715
4.1.1. C. Central de Créd. Rural do PR(5)	7.867.620	8.219.685	140.499	8.360.384	1.527.236	2.718.918	2.585.528	133.390
3.4.5. CC dos Fom. de Cana de Piracicaba(12)	4.295.286	2.678.934	966.288	3.645.222	850.064	1.449.363	738.048	711.317
4.3.1. C. Central de Créd. Rural de SC(7)	3.640.029	1.825.200	1.188.608	2.993.808	648.221	975.652	927.366	48.286
3.4.10. CC Plant. C. de Sertãozinho(21)	3.459.439	2.782.390	303.697	3.086.287	373.152	1.058.403	211.690	848.713
4.2.4. CRR Alto Jacul (29)	2.507.489	1.374.650	400.475	1.775.125	732.364	1.160.000	1.109.000	71.000
4.2.59. CCR Tapareense(202)	2.182.026	1.072.389	524.477	1.596.866	585.160	934.413	890.373	44.040
4.1.2. CC Agropecuário do Oeste(8)	1.979.482	1.158.944	587.760	1.748.704	232.758	753.000	603.000	150.000
4.2.12.CCR de Ceno Largo(59)	1.921.697	1.251.077	405.487	1.656.544	265.153	1.059.818	1.078.682	(18.866)
4.3.14. CCR do Vale do Canoinhas(209)	1.797.690	1.180.190	319.066	1.499.256	298.634	764.249	688.418	75.833

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação folha 2/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social		Contas do Passivo					
	Número de Associados	Pat. Líquido			Captação		Outros	
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses		Total
4.2.35. CCR de Ouro Branco(133)	3.087	150.980	253.547	404.507	347.931	782.124	1.110.055	285.388
4.1.15. CCR de Maringá(119)	1.581	44.590	235.448	280.038	258.888	928.873	1.185.581	217.937
4.1.21. CCR Três Fronteiras(203)	1.531	54.748	371.955	426.703	227.652	803.201	1.030.853	148.232
3.4.22. CCR dos Plant. C. Zona de Guariba(153)	878	438.584	145.799	582.393	79.690	325.238	404.928	584.043
4.2.64. Coop. Itaquense de Crédito Rural(221)	435	227.735	350.422	578.157	215.532	431.985	647.517	309.820
4.2.13. CCR de Colorado(88)	818	89.446	215.171	304.817	158.668	912.873	1.089.339	29.918
3.2.15. CCR de Curvelo(80)	997	32.084	50.239	82.303	348.348	888.542	1.214.891	73.042
4.1.18. CCR Paranapanama(138)	1.223	19.796	85.464	85.280	278.288	788.417	1.044.885	218.288
4.2.14. CCR de Crissiumal(78)	2.082	34.501	124.043	158.544	138.734	848.750	985.484	188.199
4.2.27. CCR de Ibiruba(99)	1.977	185.707	189.042	334.749	118.457	842.091	758.548	225.847
4.2.3. CCR de Alegrete(28)	1.240	122.134	213.782	335.918	314.191	551.149	865.340	92.184
3.4.14. CCR Coonal(88)	1.710	168.540	275.298	443.838	152.555	588.750	741.305	108.988
4.2.57. CCR de Soledade(199)	2.687	139.298	213.304	352.602	235.868	520.503	758.171	173.964
3.2.21. CCR de Muzambinho(123)	4.204	48.342	88.189	114.531	148.615	707.191	853.606	189.380
4.1.14. CCR de Mandaguari(115)	1.541	47.327	205.748	253.073	218.920	587.055	783.975	87.813

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 2/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total	Contas do Ativo			Sobras e Perdas			
	Ativo/ Passivo	Empréstimos		Outros	Receitas	Despesas	S/P	
		Financiamentos	Empréstimos					Total
4.2.35. CCR de Ouro Branco(133)	1.779.980	988.002	371.191	1.339.193	440.767	728.295	667.477	80.818
4.1.15. CCR de Maringá(119)	1.683.534	760.518	554.837	1.315.355	368.179	580.969	351.493	229.476
4.1.21. CCR Tres Fronteiras(203)	1.603.788	1.195.318	295.921	1.491.239	112.549	681.875	613.488	68.187
3.4.22. CCR dos Plant. C. Zona de Guariba(153)	1.571.362	788.665	685.428	1.474.293	97.069	0	0	0
4.2.64 Coop. Itaquense de Crédito Rural(221)	1.535.494	649.018	408.689	1.057.707	477.787	788.695	583.051	205.644
4.2.13. CCR de Colorado(68)	1.403.872	715.949	281.356	977.305	426.567	818.137	617.369	768
3.2.15. CCR de Curvelo(80)	1.370.238	121.243	1.124.809	1.248.052	124.184	453.000	409.000	44.000
4.1.18. CCR Paranapanema(138)	1.348.231	353.238	820.582	1.173.818	174.413	0	0	0
4.2.14. CCR de Crissiumal(76)	1.332.227	867.094	129.213	998.307	335.920	653.504	605.184	48.320
4.2.27. CCR de Ibiruba(99)	1.319.144	859.925	276.815	936.740	382.404	598.181	513.573	84.606
4.2.3. CCR de Alegrete(26)	1.293.420	410.782	479.823	890.585	402.835	568.000	538.000	28.000
3.4.14. CCR Coonal(68)	1.292.129	437.316	430.387	867.705	424.424	518.929	427.365	91.564
4.2.57. CCR de Soledade(196)	1.282.737	707.467	254.385	961.852	320.885	553.815	467.578	86.037
3.2.21. CCR de Muzambinho(123)	1.157.717	544.511	447.896	992.407	165.310	595.000	432.000	163.000
4.1.14. CCR de Mandaguari(115)	1.104.881	199.988	665.348	685.334	239.527	454.393	386.003	68.390

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 3/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social	Contas do Passivo						
	Número de Associados	Pat.Líquido			Captação			Outros
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses	Total	
3.4.26. CCR da Reg. de Orlandia(165)	1.340	12.513	177.362	189.875	361.128	430.000	791.128	86.942
4.3.5. CCR de Campos Novos(48)	828	48.940	89.183	133.103	148.742	708.184	852.908	59.285
4.2.31. CCR de Marau(117)	1.328	42.781	208.288	251.029	148.428	494.124	642.552	133.493
4.2.22. CCR de Getúlio Vargas(91)	1.976	132.058	181.620	313.878	233.811	330.291	584.102	119.288
4.2.48. CCR de Santiago(180)	1.947	112.531	155.807	268.338	153.750	485.917	639.667	74.759
3.2.4. CCR de Alpinópolis(27)	818	4.801	812	5.813	238.858	587.331	824.187	137.489
3.2.23. CCR de Para de Minas(137)	163	5.500	4.920	10.420	701.720	128.000	829.720	114.510
3.2.12. CCR de Cássia(57)	151	15.579	48.150	63.729	379.709	442.384	822.093	59.588
4.2.42. CCR de Rosário do Sul(171)	1.377	174.555	205.902	380.457	195.178	190.315	385.493	148.551
4.1.20. CCR de Rolândia(169)	647	59.803	208.917	268.520	111.838	504.815	818.451	25.785
3.4.19. CCR dos Plant. C. Reg. de Capivari(146)	418	110.510	38.687	147.197	38.947	565.928	802.875	132.751
4.2.20. CCR de Espumoso(86)	1.829	173.138	127.754	300.890	103.519	330.975	434.494	129.518
3.2.7. CCR de Bom Despacho(38)	682	38.894	108.875	145.769	115.733	398.485	512.218	199.753

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 3/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total		Contas do Ativo			Sobras e Perdas		
	Ativo/ Passivo	Empréstimos			Outros	Receitas	Despesas	S/P
		Financiamentos	Empréstimos	Total				
3.4.26. CCR da Reg. de Orlandia(165)	1.047.943	0	433.127	433.127	614.816	223.218	153.180	70.038
4.3.5. CCR de Campos Novos(48)	1.045.274	645.775	204.282	850.037	195.237	387.580	365.009	62.571
4.2.31. CCR de Marau(117)	1.027.074	682.548	81.624	744.172	282.902	439.521	421.629	17.892
4.2.22. CCR de Getúlio Vargas(91)	997.066	628.752	98.904	725.858	271.410	430.476	380.738	49.738
4.2.48. CCR de Santiago(180)	982.784	534.284	201.451	735.735	247.029	433.037	371.954	81.088
3.2.4. CCR de Alpinópolis(27)	987.289	54.513	100.000	154.513	812.776	300.000	170.000	130.000
3.2.23. CCR de Para de Minas(137)	954.650	0	170.170	170.170	784.480	148.570	97.600	50.770
3.2.12. CCR de Cássia(57)	945.408	80.626	475.881	538.507	408.901	227.856	150.162	77.694
4.2.42. CCR de Rosário do Sul(171)	912.501	216.811	383.079	599.890	312.611	378.664	253.232	125.432
4.1.20. CCR de Rolândia(169)	908.758	559.183	158.490	718.673	190.083	354.804	380.281	(25.477)
3.4.19. CCR dos Plant. C. Reg. de Capivari(146)	882.823	779.608	32.968	812.574	70.249	448.252	307.158	141.094
4.2.20. CCR de Espumoso(86)	864.900	434.958	221.380	656.338	208.564	399.802	327.148	72.654
3.2.7. CCR de Bom Despacho(38)	857.740	0	811.568	811.568	46.172	435.022	257.362	177.660

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 4/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social		Contas do Passivo					
	Número de Associados	Pat.Líquido			Captação		Outros	
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses		Total
4.1.23. CCR do Vale do Tibagi(218)	795	51.062	134.454	185.516	132.678	482.940	615.618	25.601
4.2.15. CCR de Cruz Alta (78)	1.462	54.279	80.182	134.441	339.408	273.237	612.645	67.383
3.4.28. CCR Sul Brasil(198)	1.837	128.766	92.131	220.897	48.442	390.763	439.205	116.645
5.1.3. CCR do Sudoeste Goiano(197)	310	8.764	752	7.516	133.191	524.830	658.021	101.045
4.2.6. CCR de Cacapava do Sul(39)	1.573	93.261	15.663	108.924	189.187	380.989	570.176	85.606
4.2.10. CCR de Carazinho e Chapada(54)	1.817	73.910	96.218	170.126	119.736	390.367	510.103	80.753
3.2.22. CCR do Norte de Minas(126)	815	137.826	112.051	249.877	111.761	362.122	473.683	23.667
4.2.19. CCR de Erechim(85)	8.054	1.390	103.856	105.246	229.945	0	229.945	404.609
4.2.25. CCR de Horizontina(97)	1.741	33.529	83.956	97.485	148.498	361.082	507.580	127.607
4.2.62. CCR de Uruguaiana(207)	488	96.684	129.789	226.473	70.523	295.290	365.813	138.092
4.3.3. CCR Arco Íris(32)	714	28.149	53.829	81.976	74.569	488.094	543.583	101.998
4.2.7. CCR Cachoeirense(40)	942	79.720	38.241	115.961	141.735	272.253	413.988	189.710
4.2.80. CCR de Três de Maio(204)	1.400	82.688	80.234	162.922	143.894	233.345	377.238	166.850
4.3.15. CCR do Vale do Rio do Peixe(218)	950	81.012	124.908	185.920	115.384	275.485	390.849	117.512
4.3.2. CCR Alto Uruguai Catarinense(31)	926	38.030	74.460	112.490	198.261	274.160	472.421	102.525
4.2.5. CCR de Bagé(36)	824	28.369	27.805	56.174	428.164	152.593	578.757	35.151

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação folha 4/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total		Contas do Ativo			Sobras e Perdas		
	Ativo/ Passivo	Empréstimos			Outros	Receita	Despesas	S/P
		Financiamentos	Empréstimos	Total				
4.1.23. CCR do Vale do Tibagi(218)	826 735	438 345	246 181	682 506	144 229	359 589	390 900	(31.311)
4.2.15. CCR de Cruz Alta (78)	814 449	268.629	310 999	579 628	234 821	307 344	299.645	7.699
3.4.28. CCR Sul Brasil(198)	778 747	704 686	24.669	729.335	47.412	246 000	177.000	69.000
5.1.3. CCR do Sudoeste Goiano(197)	768 582	0	712.750	712.750	53 832	158.518	76.159	82.357
4.2.8. CCR de Cacapava do Sul(39)	764 706	351.030	192 000	543 030	221 676	254 894	247.727	7.167
4.2.10. CCR de Carazinho e Chapada(54)	760 984	378 812	149 997	528 809	232.375	349 410	364.217	(14 607)
3.2.22. CCR do Norte de Minas(126)	747 427	390 134	130.882	521 018	228 411	198 397	188.182	10.215
4.2.19. CCR de Erechim(65)	739 800	818 287	5 380	621.667	118.133	466 385	36.003	428.382
4.2.25. CCR de Horizontina(97)	732.872	354 999	139 923	494 922	237.950	304 449	279 900	24 549
4.2.62. CCR de Uruguaiana(207)	728 378	257.036	152.110	406 149	319 229	258 040	268 250	(12.210)
4.3.3. CCR Arro Jôris(32)	727.539	391.925	235 313	627 236	100 301	215 000	142.000	73 000
4.2.7. CCR Cachoeirense(40)	719.659	504 375	88 741	593.116	126 543	403.515	278.491	125 024
4.2.60. CCR de Três de Maio(204)	707.011	250 523	282.941	533 464	173 547	350 972	236 106	114.863
4.3.15. CCR do Vale do Rio do Peixe(216)	694 281	379.285	77.991	457.276	237.005	303 600	174.171	129.429
4.3.2. CCR Alto Uruguai Catarinense(31)	667 436	284 212	228 236	492 448	164 988	319.800	206 607	113.193
4.2.5. CCR de Bagé(36)	670 082	159 458	115 017	274.475	395 607	185 606	143 245	22.361

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 5/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						
		Pat.Líquido			Captação			Outros
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses	Total	
4.3.4. CCR Auiverde(35)	1 381	34.055	134.634	168.689	171.666	195.821	367.487	108.169
4.2.30. CCR de Júlio de Castilhos(106)	935	67.816	108.978	176.794	114.979	220.127	335.106	110.957
4.2.33. CCR de Nova Palma(127)	824	80.901	82.508	163.409	91.562	268.644	358.208	98.477
4.3.6. CCR de Chapeadô(61)	1.471	59.733	72.416	132.149	150.728	252.117	402.845	50.515
3.2.28. CCR dos Plant. C. da Zona da Mata(154)	892	44.298	265.968	310.266	13.487	122.066	135.563	89.530
4.2.26. CCR de Ibiralaras(98)	640	65.829	20.907	86.736	130.892	223.682	354.574	84.636
4.2.44. CCR de Santa Barbara do Sul(173)	752	18.863	153.627	173.490	81.611	140.658	222.267	118.758
2.2.10. CCR de Itapetinga(105)	620	2.557	9.861	12.418	71.579	390.000	461.579	30.620
4.2.2. CCR Agudos(25)	1.073	25.643	105.025	130.668	76.556	233.778	310.334	63.043
4.1.9. CCR Copagnil(71)	337	29.968	38.913	68.879	105.688	267.537	373.225	48.780
4.1.11. CCR da Guarapuava(95)	523	23.790	49.339	73.129	74.223	294.195	368.418	47.294
3.2.25. CCR de Patos de Minas (141)	40	10.309	3.230	13.539	173.532	170.000	343.532	122.220

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 5/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total	Contas do Ativo				Sobras e Perdas		
	Ativo/ Passivo	Empréstimos		Outros	Receita	Despesas	S/P	
		Financiamentos	Empréstimos					Total
4.3.4. CCR Aurverde(35)	642.345	278.255	110.089	388.324	254.021	284.094	192.258	91.838
4.2.30. CCR de Júlio de Castilhos(109)	622.857	230.335	150.413	380.748	242.109	342.564	298.811	45.753
4.2.33. CCR de Nova Palma(127)	620.092	270.383	213.848	484.228	135.863	289.648	259.813	30.033
4.3.6. CCR de Chapecó(81)	585.509	214.889	145.232	380.121	225.388	178.741	138.051	42.890
3.2.28. CCR dos Plant. C. da Zona da Mata(154)	535.359	105.523	45.318	150.839	384.520	318.000	233.000	85.000
4.2.26. CCR de Ibiraiaras(98)	528.148	186.270	222.578	408.848	117.300	223.482	187.819	35.663
4.2.44. CCR de Santa Barbara do Sul(173)	512.513	190.380	129.885	320.245	192.288	273.493	203.036	70.457
2.2.10. CCR de Itapetinga(105)	504.817	294.395	134.920	429.315	75.302	102.598	68.887	33.811
4.2.2. CCR Agudos(25)	504.045	260.313	89.230	329.543	174.502	209.503	227.308	(17.805)
4.1.9. CCR Copagni(71)	490.884	221.587	143.089	384.838	128.248	170.317	130.139	40.178
4.1.11. CCR da Guarapuava(85)	488.841	205.117	235.150	440.287	48.574	203.792	163.848	40.148
3.2.25. CCR de Patos de Minas (141)	479.291	0	358.328	358.328	120.965	193	93	100

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 6/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						
		Pat.Líquido			Captação			Outros
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses	Total	
4.2.37. CCR de Panambi(135)	2 648	41.008	77.026	118.035	58.872	263.493	320.185	41.085
3.2.2. CC Plant. Prod. Rurais de Passos(18)	403	9.403	5.974	15.377	127.397	282.000	409.397	33.837
4.1.12. CCR da Lapa(111)	64	3.502	2.217	5.719	124.049	132.314	258.363	180.354
3.4.25. CCR da Reg. Leste Paulista e Sul Minas(184)	150	85.245	83.554	148.799	32.195	154.223	188.418	89.521
4.1.7. CCR Centro Norte do PR(58)	426	41.670	178.185	219.835	28.993	124.316	153.308	51.337
3.4.4. CC dos Fom. de C. do Centro do Est. de SP(11)	54	8.395	170.030	178.425	2.235	0	2.235	228.705
4.2.32. CCR Missões(121)	1.808	23.407	74.500	97.907	77.080	188.820	275.880	31.148
3.1.3. CCR de Santa Maria de Jetiba(177)	20	5.301	2.679	7.980	92.414	10.000	102.414	288.034
4.2.38. CCR de Passo Fundo(140)	1.430	33.041	80.825	93.866	52.643	178.388	231.031	70.447
2.8.2 CCR dos Plant. C. do RN(148)	1.344	97.274	192.831	290.105	0	0	0	98.788
4.2.39. CCR Pestanense(144)	1.990	17.928	58.254	76.182	94.548	139.514	234.082	60.486
4.1.17. CCR de Porecatu(155)	180	113.127	198.590	309.717	23.581	31.800	55.381	5.204
3.4.16. CCR Fom. de C. Reg. de Catanduva(89)	292	148.768	48.240	197.008	1.740	0	1.740	171.421
2.2.7. CCR de Ilhéus(100)	193	8.258	2.599	8.857	38.284	249.180	285.444	74.754
4.2.46. CCR de Santa Maria(178)	553	22.021	83.183	85.204	68.110	123.838	191.948	83.033
5.1.5. CCR do Vale do Paranaíba(212)	619	12.268	7.755	20.023	158.824	91.812	248.838	83.215
4.2.55. CCR Sepeense(182)	993	70.969	28.078	97.047	91.840	124.232	218.072	35.295

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 6/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total	Contas do Ativo			Sobras e Perdas			
	Ativo/ Passivo	Empréstimos		Outros	Receitas	Despesas	S/P	
		Financiamentos	Empréstimos					Total
4.2.37. CCR de Panambi(135)	479.285	237.947	171.718	409.665	69.620	258.979	234.927	24.052
3.2.2. CC Plant. Prod. Rurais de Passos(18)	458.411	0	321.074	321.074	137.337	184.790	132.070	32.720
4.1.12. CCR da Lapa(111)	442.436	27.726	122.958	150.682	261.754	14.618	8.400	6.218
3.4.25. CCR da Reg. Leste Paulista e Sul Minas(164)	424.738	72.072	264.139	336.211	88.527	240.635	117.337	123.498
4.1.7. CCR Centro Norte do PR(58)	424.481	252.621	105.732	358.353	66.128	267.839	231.250	36.589
3.4.4. CC dos Fom. de C. do Centro do Est. de SP(11)	407.365	212.149	50.963	263.112	144.253	239.178	101.107	138.071
4.2.32. CCR Missões(121)	404.935	186.260	147.954	314.214	90.721	187.448	188.171	(10.723)
3.1.3. CCR de Santa Maria de Jetiba(177)	398.428	0	12.580	12.580	385.848	0	0	0
4.2.38. CCR de Passo Fundo(140)	395.344	182.450	78.832	261.282	134.062	213.436	181.360	32.076
2.8.2 CCR dos Plant. C. do RN(149)	368.893	93.499	138.260	231.779	155.114	0	0	0
4.2.39. CCR Pestanense(144)	370.730	84.008	205.385	289.393	81.337	192.000	156.000	36.000
4.1.17. CCR de Porecatu(155)	370.302	77.187	223.544	300.711	69.591	162.181	200.775	(38.614)
3.4.16. CCR Fom. de C. Reg. de Catanduva(88)	370.187	281.888	44.038	325.922	44.245	193.354	77.705	115.649
2.2.7. CCR de Ilhéus(100)	369.055	0	355.448	355.448	13.607	0	0	0
4.2.46. CCR de Santa Maria(178)	360.183	92.349	180.467	272.816	87.367	180.854	128.169	52.685
5.1.5. CCR do Vale do Paranaíba(212)	351.874	9.302	130.258	139.560	212.314	99.941	39.638	60.303
4.2.55. CCR Sapeense(192)	348.414	160.323	75.440	235.763	112.651	148.782	145.370	3.412

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 7/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						
		Pat.Líquido			Captação		Outros	
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses		Total
4.1.4. CCR de Astorga(34)	589	13.214	86.924	80.138	71.088	145.341	218.428	47.445
4.1.8. CCR de Cascavel(56)	801	18.318	90.917	109.235	58.661	149.341	209.002	20.398
4.2.24. CCR de Harmonia(96)	983	32.546	13.445	45.991	79.334	158.223	235.557	49.547
4.2.47. CCR de Santa Rosa(179)	588	23.481	41.831	65.312	81.407	136.758	198.165	61.630
4.2.54. CCR de Sarandi(181)	944	38.430	84.872	103.302	52.660	123.165	175.825	36.089
3.2.42. CCR do Vale do Rio Verde(217)	130	4.455	1.235	5.690	198.250	79.000	277.250	17.624
4.2.51. CCR de São Borja(184)	454	39.944	47.039	86.983	73.638	75.555	149.391	62.272
3.2.10. CCR Campos da Mantiqueira(47)	539	12.394	43.675	56.069	85.758	72.136	157.892	83.074
4.2.9. CCR de Candelária(51)	637	35.039	39.487	74.506	34.178	111.037	145.215	69.048
3.4.3. CC dos Fom. de C. de Barra Bonita(10)	784	149.209	37.641	186.850	8.632	0	8.632	92.916
3.2.19. CCR de Mantiqueira(118)	515	9.528	13.469	22.997	140.527	81.960	222.507	34.770
3.2.8. CCR dos Cefeic. da Reg. de Lajinha(41)	20	3.133	3.600	6.933	32.908	198.134	231.042	29.337
4.2.38. CCR de Palmeira das Missões(134)	645	17.472	22.403	39.875	120.643	74.654	195.297	28.702

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 7/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total	Contas do Ativo				Sobras e Perdas		
	Ativo/ Passivo	Empréstimos		Outros	Receitas	Despesas	S/P	
		Financiamentos	Empréstimos					Total
4.1.4. CCR de Astorga(34)	344.012	8.042	299.787	307.829	36.163	156.602	112.673	44.129
4.1.6. CCR de Cascavel(56)	338.633	239.602	50.609	290.211	48.422	187.818	156.216	9.403
4.2.24. CCR de Harmonia(96)	331.095	161.514	113.268	274.782	56.313	154.782	123.981	30.801
4.2.47. CCR de Santa Rosa(179)	325.107	131.915	73.260	205.175	119.932	154.222	126.463	24.759
4.2.54. CCR de Sarandi(191)	315.168	118.216	125.545	241.763	73.403	170.194	140.237	29.957
3.2.42. CCR do Vale do Rio Verde(217)	300.564	0	63.300	63.300	237.264	53.221	39.263	13.958
4.2.51. CCR de São Borja(184)	298.646	146.732	63.198	209.930	88.716	171.215	140.698	30.517
3.2.10. CCR Campos da Mantiqueira(47)	297.035	74.175	87.177	161.352	135.683	147.000	92.000	55.000
4.2.9. CCR de Candelária(51)	288.769	145.288	52.461	197.749	91.020	140.000	111.000	29.000
3.4.3. CC dos Fom. de C. de Barra Bonita(10)	288.398	241.662	30.619	272.481	15.917	144.368	102.180	42.188
3.2.19. CCR de Mantiqueira(116)	280.274	0	147.332	147.332	132.942	0	0	0
3.2.6. CCR dos Cafeic. da Reg. de Lajinha(41)	267.312	0	245.648	245.648	21.464	104.630	80.036	24.592
4.2.36. CCR de Palmeira das Missões(134)	263.874	88.933	56.543	145.476	118.398	80.630	85.560	15.370

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 8/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						
		Pat Líquido			Captação		Outros	
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasse		Total
4.2.61. CCR de Tupanireta(205)	600	36.283	13.798	50.081	67.361	107.850	175.211	35.245
4.3.7. CCR Cravi(75)	234	7.256	1.117	8.373	118.690	118.000	234.690	13.117
3.2.24. CCR de Paraopeba(139)	188	7.210	9.771	16.981	55.369	115.350	170.719	60.855
3.2.29. CCR do Prata(156)	350	7.074	0	7.074	64.962	150.000	241.962	20.713
4.2.8. CCR de Campo Novo(45)	932	20.043	30.500	50.543	33.168	83.558	116.748	71.413
3.1.2. CCR de Cristal(77)	122	11.575	37.393	48.968	22.821	35.000	57.821	126.520
2.2.9. CCR de Itabuna(103)	173	3.980	3.593	7.573	48.145	125.000	173.145	42.677
4.2.21. CCR de Fátima de Soturno(87)	230	10.682	45.712	56.594	22.888	96.526	119.417	47.458
2.2.6. CCR de Grapuna(93)	259	10.187	11.287	21.474	48.982	130.000	178.962	21.709
2.2.2. CCR de Camacan(43)	144	1.762	3.363	5.125	18.139	171.000	189.139	27.841
3.4.18. CCR dos Plant. C. Média Sorocabana(145)	81	120.843	19.265	139.908	1.474	0	1.474	78.037
3.2.32. CCR dos Produt. do Vale do Paraíba(180)	20	4.631	5.527	10.158	55.973	122.100	178.073	10.197
5.1.2. CCR dos Plant. C. Vale do São Patrício(152)	52	66.257	3.426	91.683	0	0	0	104.301
4.2.29. CCR de Jaguarí(108)	1.284	36.940	30.703	67.643	68.011	36.298	104.309	13.395
4.2.45. CCR de Santa Cruz do Sul(174)	835	27.039	46.820	73.859	48.525	40.708	89.233	21.198
4.2.34. CCR de Nova Petrópolis(128)	3.031	3.183	110.555	113.718	38.849	15.892	54.741	13.008

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 8/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total	Contas do Ativo			Sobras e Perdas			
	Ativo/ Passivo	Empréstimos		Outros	Receitas	Despesas	S/P	
		Financiamentos	Empréstimos					Total
4.2.61. CCR de Tupanireta(205)	260.573	100.831	83.379	184.210	78.327	115.401	108.237	9.184
4.3.7. CCR Cravil(75)	256.180	18.531	126.192	144.723	111.457	37.774	27.198	10.578
3.2.24. CCR de Paraopeba(139)	248.555	0	188.852	188.852	59.703	111.000	78.000	33.000
3.2.29. CCR do Prata(158)	242.749	0	160.596	160.596	82.153	88.431	72.790	15.641
4.2.8. CCR de Campo Novo(45)	238.702	95.811	74.751	170.562	88.140	134.820	98.441	38.379
3.1.2. CCR de Cristal(77)	233.308	0	77.037	77.037	156.272	0	0	0
2.2.9. CCR de Itabuna(103)	223.595	0	210.530	210.530	13.065	121.948	100.608	21.338
4.2.21. CCR de Fajãl de Setúbal(87)	223.469	137.338	25.420	162.758	80.713	147.249	129.799	17.450
2.2.8. CCR de Grapiúna(93)	222.185	0	170.905	170.905	51.260	108.780	107.712	1.068
2.2.2. CCR de Camacan(43)	222.105	0	205.903	205.903	18.202	0	0	0
3.4.18. CCR dos Plant. C. Média Sorocabana(145)	217.419	178.451	38.890	217.341	78	84.672	7.279	77.393
3.2.32. CCR dos Prod. do Vale do Paraíba(180)	188.428	0	172.334	172.334	26.094	72.598	84.279	8.319
5.1.2. CCR dos Plant. C. Vale do São Patrício(152)	185.984	181.883	8.060	189.953	26.031	112.904	83.539	49.365
4.2.29. CCR de Jaguarí(108)	185.347	53.262	47.737	100.999	84.348	52.598	46.301	6.297
4.2.45. CCR de Santa Cruz do Sul(174)	184.290	85.822	31.922	117.744	86.548	75.872	70.001	5.871
4.2.34. CCR de Nova Petrópolis(128)	181.467	83.503	18.788	82.301	99.166	70.178	71.187	(989)

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 9/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						
		Pat.Líquido			Captação			Outros
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses	Total	
4.3.9. CCR de Itapiranga(106)	513	14.514	31.783	48.277	79.771	29.443	109.214	18.073
3.2.43. CCR de Luz(225)	25	5.588	2.484	8.052	77.385	59.600	136.985	25.005
3.4.7. CC Fom. C. Reg. S. Bárbara D'Oestes(14)	143	87.430	15.089	82.519	0	0	0	79.289
3.4.20. CCR dos Plant. C. Reg. Igarapava(147)	207	61.959	71.448	133.407	0	0	0	25.225
3.2.3. CCR de Abaeté(23)	199	4.000	2.000	8.000	27.000	83.000	110.000	38.000
3.4.24. CCR da Reg. de Laranjal Paulista(183)	74	3.519	338	3.855	18.683	125.000	143.683	5.257
4.2.11. CCR de Carlos Barbosa(55)	413	9.538	17.251	26.789	83.315	33.912	97.227	15.048
4.2.49. CCR de Santo Angelo(181)	1.851	3.520	14.755	18.275	58.021	35.270	94.291	24.572
4.1.13. CCR de Laranjeiras do Sul(112)	120	3.498	1.579	5.075	27.085	101.000	128.085	1.334
2.9.1. CCR dos Prod. C. de SE(158)	103	130.888	0	130.888	0	0	0	1.088
4.1.19. CCR Reg. de Irati(187)	358	8.034	18.833	22.867	24.632	55.130	79.762	27.735
2.2.8. CCR de Iplau(101)	28	13.352	17.578	30.930	21.888	84.978	86.864	11.304

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 9/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total	Contas do Ativo			Sobras e Perdas			
	Ativo/ Passivo	Empréstimos		Outros	Recargas	Despesas	S/P	
		Financiamentos	Empréstimos					Total
4.3.9. CCR de Itapiranga(106)	171.564	21.405	18.802	40.207	131.357	45.580	81.593	(38.013)
3.2.43. CCR de Luz(225)	170.022	71.427	0	71.427	98.595	27.825	37.818	(10.191)
3.4.7. CC Fom. C. Reg. S. Bárbara D'Oestes(14)	181.808	90.631	3.254	93.885	87.923	92.035	9.403	82.632
3.4.20. CCR dos Plant. C. Reg. Igarapava(147)	158.632	20.645	8.000	28.645	131.987	78.675	15.937	60.738
3.23. CCR de Abaeté(23)	154.000	0	101.000	101.000	53.000	120.000	84.000	38.000
3.4.24. CCR da Reg. de Laranjal Paulista(163)	152.795	0	125.000	125.000	27.795	89.000	85.000	4.000
4.2.11. CCR de Carlos Barbosa(55)	139.062	43.251	41.110	84.361	54.701	50.731	42.720	8.011
4.2.49. CCR de Santo Angelo(181)	137.138	84.868	3.987	88.853	68.285	48.982	28.448	20.518
4.1.13. CCR de Laranjeiras do Sul(112)	134.474	84.300	27.700	112.000	22.474	4.585	3.733	832
2.9.1. CCR dos Prod. C. de SE(158)	131.756	18.685	0	18.685	113.071	7.157	43.491	(38.334)
4.1.19. CCR Reg. de Irati(187)	130.384	100.405	7.028	107.433	22.931	68.352	45.875	20.877
2.2.8. CCR de Ipiau(101)	128.098	0	43.407	43.407	85.691	127.682	124.782	2.900

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 10/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social	Contas do Passivo						
	Número de Associados	Pat Líquido			Captação			Outros
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses	Total	
4.2.17. CCR de Encantado(83)	421	13.436	20.561	33.997	29.957	52.258	82.213	10.783
2.1.2. CCR de São José da Lage(189)	2.656	30.534	9.381	39.915	10.574	54.052	64.628	19.823
3.2.16. CCR de Divinópolis(81)	451	9.743	723	10.468	62.053	5.000	67.053	44.411
4.2.18. CCR de Encruzilhada do Sul(84)	378	8.038	15.334	23.372	56.975	25.641	82.616	13.014
4.2.56. CCR de Sobradinho(195)	1.438	2.229	22.506	24.735	47.647	33.842	81.489	11.094
3.4.6. CC Fom. C. Reg. Oeste Paulista(13)	114	73.774	4.960	78.734	1.281	0	1.281	33.799
3.4.21. CCR dos Plant. C. Reg. Porto Feliz(148)	171	42.826	5.706	48.532	0	0	0	63.252
3.4.9. CC dos Plant. C. Reg. Lençóis Paulista(20)	211	383	56.203	56.586	1	0	1	55.031
4.3.11. CCR do Norte Catarinense(125)	142	23.412	838	24.248	71.627	6.160	77.787	4.090
3.2.35. CCR de São Sebastião do Paraíso(190)	155	1.949	6.354	8.303	13.087	67.000	80.087	16.223
3.2.11. Campos das Vertentes(49)	348	5.576	4.216	9.792	29.780	34.900	64.680	25.605
3.4.17. CCR de Marília(118)	237	13.602	20.600	34.402	18.227	45.528	63.755	249
4.2.41. CCR de Rolante(170)	1.390	6.830	20.835	27.665	37.045	15.651	52.696	17.314
4.2.50. CCR Santoaugustense(183)	320	15.561	2.625	18.186	82.856	11.000	73.856	3.417
4.1.5. CCR Capeg(52)	276	2.599	33.680	36.279	12.958	18.258	31.216	26.398
3.2.20. CCR de Monte Alegre de Minas (122)	69	872	225	1.097	38.430	50.000	66.430	836
3.2.14. CCR de Coromandel(74)	20	1.991	0	1.991	56.261	20.000	76.261	9.750

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 10/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total		Contas do Ativo			Sobras e Perdas		
	Ativo/ Passivo	Empréstimos			Outros	Receitas	Despesas	S/P
		Financiamentos	Empréstimos	Total				
4.2.17. CCR de Encantado(83)	128 993	40.491	38.869	79 360	47.833	60.270	53.354	8.918
2.1.2. CCR de São José da Lage(189)	124 364	55 825	39 152	94 977	29 387	34 354	17 555	18.799
3.2.16. CCR de Divinópolis(81)	121 930	0	47.762	47.762	74.168	0	0	0
4.2.16. CCR de Encruzilhada do Sul(84)	119 002	27.342	18 207	45 549	73.453	34 522	41 617	(7.095)
4.2.56. CCR de Sobradinho(105)	117 318	59 207	6.403	87 810	49 708	48 280	45 743	2 537
3.4.6. CC Fom. C. Reg. Oeste Paulista(13)	113 814	80 890	11 450	92.140	21.874	48 065	40 088	5.977
3.4.21. CCR dos Plant. C. Reg. Porto Feliz(148)	111 784	5 552	400	5 952	105 832	62 893	14.189	48 504
3.4.9. CC dos Plant. C. Reg. Lençóis Paulista(20)	111.618	35 380	4 152	39 532	72 086	70 296	22 678	47.620
4.3.11. CCR do Norte Catarinense(125)	106 125	0	5 988	5 988	100 137	15.531	11 349	4.182
3.2.35. CCR de São Sebastião do Paraíso(190)	104 813	0	90 716	90 716	13 897	58 262	47 609	10 453
3.2.11. Campos das Vertentes(49)	100 077	0	59 585	59 585	40 492	48 660	30 380	18 280
3.4.17. CCR de Marília(118)	98 406	42 897	41.657	84 554	13.652	45 833	45 818	15
4.2.41. CCR de Rolante(170)	97 075	1 763	34.387	36 160	81.515	39 940	29 284	10.658
4.2.50. CCR Santoaugustense(183)	95.459	0	40 021	40 021	55.438	10 590	10 004	588
4.1.5. CCR Capeg(52)	93 893	24 265	43 311	87 578	26 317	56 551	61 518	(4 965)
3.2.20. CCR de Monte Alegre de Minas (122)	90 483	0	53 305	53 305	37 158	21.205	21.231	(26)
3.2.14. CCR de Coromandel(74)	88 002	0	34 979	34 979	53 023	13 600	3 900	9 700

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 11/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						
		Pat.Líquido			Captação			Outros
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses	Total	
3.4.23. CCR da Reg. de Casa Branca(162)	22	1.625	0	1.625	18.740	60.600	79.349	8.317
4.2.40. CCR de Rodeio Bonito(166)	711	7.338	10.680	18.018	41.817	14.728	56.545	9.961
4.2.63. CCR da Zona Sul(220)	208	7.690	7.608	15.498	44.315	0	44.315	18.126
4.2.58. CCR de Tapejara(201)	264	14.837	4.268	19.105	34.973	9.600	44.573	2.961
3.4.13. CCR da Colônia Riograndense(85)	37	1.222	193	1.415	24.604	40.000	64.604	34
4.1.18. CRR de Prudentópolis(181)	89	4.618	9.333	13.949	18.171	28.650	45.021	6.645
3.2.5. CCR Alto Rio Grande(30)	20	1.233	0	1.233	30.965	21.270	52.235	4.921
2.2.4. CCR de Coaraci(62)	140	1.706	1.236	2.942	5.961	39.000	44.961	7.440
4.1.10. CCR de Francisco Beltrão(90)	290	1.478	5.481	6.959	18.820	26.994	45.814	1.717
3.2.34. CCR de São João do Nepomuceno(166)	20	4.297	0	4.297	35.618	5.000	40.618	9.478
3.2.38. CCR do Vale do Gorotuba(210)	24	2.871	2.842	5.713	28.533	9.090	37.683	8.154
4.3.10 CCR do Melo Oeste Catarinense(120)	26	1.640	1.953	3.793	28.129	0	37.819	6.995
2.3.1. Coop. Rural de Jardim(223)	924	14	50.101	50.115	52	13.000	52	29
2.8.1. CCR de Agreste Potiguar(24)	64	821	4.039	4.860	18.704	2.450	31.704	4.980
4.2.52. CCR de São Francisco de Assis(185)	794	11.630	10.436	22.266	7.376	0	9.626	3.702
3.2.26. CCR dos Plant. C. Sul de Minas(150)	518	17.700	9.199	26.899	0	0	0	3.142

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 11/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total		Contas do Ativo			Sobras e Perdas		
	Ativo/ Passivo	Financiamentos	Empréstimos	Total	Outros	Receitas	Despesas	S/P
3.4.23. CCR de Reg. de Casa Branca(162)	87.291	0	60.220	60.220	27.071	12.033	8.520	5.513
4.2.40. CCR de Rodeio Bonito(168)	84.524	14.039	35.824	49.863	34.661	41.373	38.178	3.195
4.2.63. CCR de Zona Sul(220)	77.939	712	32.882	33.594	44.345	40.355	25.138	15.217
4.2.58. CCR de Tapejara(201)	66.639	7.361	15.928	23.289	43.350	9.712	10.271	(558)
3.4.13. CCR de Colônia Riograndense(65)	66.253	0	40.000	40.000	26.253	1.327	1.280	87
4.1.18. CRR de Prudentópolis(181)	65.615	4.521	44.055	48.576	17.039	30.329	24.167	6.162
3.2.5. CCR Alto Rio Grande(30)	58.389	0	10.488	10.488	47.901	0	0	0
2.2.4. CCR de Coaraci(62)	55.363	0	46.283	46.283	9.080	0	0	0
4.1.10. CCR de Francisco Beltrão(90)	54.490	22.347	18.753	41.100	13.390	16.110	17.882	(1.772)
3.2.34. CCR de São João do Napomuceno(188)	54.393	0	9.823	9.823	44.570	9.522	10.798	(1.274)
3.2.38. CCR do Vale do Garotuba(210)	51.750	0	4.332	4.332	47.418	0	0	0
4.3.10 CCR do Meio Oeste Catarinense(120)	50.607	0	10.325	10.325	40.282	15.532	8.541	6.991
2.3.1. Coop. Rural de Jardim(223)	50.196	44	0	44	50.152	166	125	41
2.8.1. CCR de Agreste Potiguar(24)	41.544	0	24.400	24.400	17.144	16.426	10.978	5.448
4.2.52. CCR de São Francisco de Assis(185)	35.796	14.696	2.800	17.496	18.300	20.580	22.105	(1.525)
3.2.26. CCR dos Plant. C. Sul de Minas(150)	30.041	0	0	0	30.041	16.600	13.598	3.002

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 12/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						
		Pat.Líquido			Captação			Outros
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses	Total	
4.3.16. CCR de Videiras(219)	28	15.117	231	15.348	7.901	0	7.901	1.430
4.2.26. CCR de Jacutinga(107)	66	7.460	2.327	9.787	12.790	0	12.790	879
4.3.6. CCR Itaipu(104)	20	1.972	0	1.972	18.078	0	18.078	1
3.2.1. C. Central de Créd. Rural de MG(4)	20	7.105	1.166	8.291	0	0	0	8.705
4.2.53. CCR de São Gabriel(186)	97	4.725	5.322	10.047	1.844	0	1.844	1.441
3.4.27. CCR da Reg. de Piracicaba(166)	171	287	0	287	12.167	0	12.167	569
4.2.16. CCR de Dois Irmãos(82)	2.144	1.524	6.667	8.191	2.966	0	2.966	1.243
5.1.6. SOC. Coop. de Créd. Rural do Planalto(224)	1.202	573	0	573	10.633	19	10.652	1.121
2.6.4. CCR de Paudalho(142)	52	1.431	358	1.789	7.939	0	7.939	1.452
4.1.22. CCR Vale do Piquiri(213)	166	775	357	1.132	8.721	0	8.721	0
2.2.12. CCR de Santo Antônio Jesus Resp.(182)	1.967	160	75	235	8.932	0	8.932	51
3.2.30. CCR dos Prod. de C. da Reg. Guanabara(157)	24	58	0	58	0	0	0	1.534
3.4.11. CCR Alta Paulista(28)	20	525	688	1.213	0	0	0	2

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 12/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total	Contas do Ativo				Sobras e Perdas		
	Ativo/ Passivo	Empréstimos			Outros	Receitas	Despesas	S/P
		Financiamentos	Empréstimos	Total				
4.3.16. CCR de Vidéiras(218)	24.679	0	0	0	24.679	3.291	2.134	1.157
4.2.26. CCR de Jacutinga(107)	23.256	0	0	0	23.256	3.774	3.327	447
4.3.6. CCR Itaipu(104)	20.049	0	13.500	13.500	6.549	1.312	1.312	0
3.2.1. C. Central de Créd. Rural de MG(4)	16.998	0	0	0	16.998	1.800	1.800	(200)
4.2.53. CCR de São Gabriel(186)	13.332	1.400	1.161	2.561	10.771	8.941	12.339	(3.398)
3.4.27. CCR de Reg. de Piracicaba(166)	13.023	0	0	0	13.023	7.227	7.012	215
4.2.16. CCR de Dois Irmãos(62)	12.420	6.483	1.078	9.661	2.859	10.808	10.455	354
5.1.6. SOC. Coop. de Créd. Rural do Planalto(224)	12.346	0	1.750	1.750	10.596	2.634	11.435	(8.801)
2.6.4. CCR de Paudalho(142)	11.180	0	6.720	6.720	4.460	4.592	4.239	353
4.1.22. CCR Vale do Piquiri(213)	9.653	0	0	0	9.653	330	1.410	(1.080)
2.2.12. CCR de Santo Antonio Jesus Resp (182)	9.218	1	660	661	8.537	1.289	3.043	(1.754)
3.2.30. CCR dos Prod. de C. da Reg. Guranésia(157)	1.592	0	0	0	1.592	0	0	0
3.4.11. CCR Alta Paulista(28)	1.215	451	0	451	764	690	688	2

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 13/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						Outros
		Pat.Líquido			Captação		Total	
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses		
5.1.4. CCR Sul Goiana(200)	34	68	0	68	0	68	68	116
2.5.1. CCR de Cuita(79)	452	109	31	140	0	0	0	52
5.2.4. CCR do Nordeste de MT(124)	0	0	0	0	0	0	0	0
4.3.12. CCR de Santa Lúcia(175)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2.5. CCR de Nova Xavantina(130)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.3.1. CCR de Campo Grande(44)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2.6. CCR do Oeste de MT(132)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2.2. CCR de Juscelmeira(110)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2.1. CCR de Canarana(50)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2.3. CCR do Leste de MT(114)	0	0	0	0	0	0	0	0
4.3.13. CCR Sul Catarinense(190)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.1.1. CCR de Bela Vista de Goiás(37)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.9. CCR dos Cafeic. da Reg. de Varginha(42)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.13. CCR da Cordisburgo(73)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1.4. CCR de São Gabriel(167)	0	0	0	0	0	0	0	0

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 13/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total	Contas do Ativo			Sobras e Perdas			
	Ativo/ Passivo	Empréstimos		Outros	Receitas	Despesas	S/P	
		Financiamentos	Empréstimos					Total
5.1.4. CCR Sul Goiana(200)	250	0	0	0	250	0	0	0
2.5.1. CCR de Cuite(79)	192	20	0	20	172	88	88	(2)
5.2.4. CCR do Nordeste de MT(124)	0	0	0	0	0	0	0	0
4.3.12. CCR de Santa Lúcia(175)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2.5. CCR de Nova Xavantina(130)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.3.1. CCR de Campo Grande(44)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2.6 CCR do Oeste de MT(132)	0			0		0	0	0
5.2.2. CCR de Juscimeira(110)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2.1. CCR de Canarana(50)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2.3. CCR do Leste de MT(114)	0	0	0	0	0	0	0	0
4.3.13. CCR Sul Catarinense(199)	0	0	0	0	0	0	0	0
5.1.1. CCR de Bela Vista de Goiás(37)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.9 CCR dos Cafeic. da Reg. de Varginha(42)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.3.13. CCR de Cordisburgo(73)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1.4 CCR de São Gabriel(187)	0	0	0	0	0	0	0	0

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 14/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						
		Pat.Líquido			Captação			Outros
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses	Total	
3.2.8. CCR de Arcos(33)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.17. CCR de Itabira(102)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.31. CCR dos Prod. do Vale Paracatu(159)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.33. CCR de Santa Rita do Sapucaí(178)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.18. CCR de Leopoldina(113)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.27. CCR dos Plant. C. do Triâng. Min.(151)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.3. CCR da Chapada Diamantina(60)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.5. CCR de Conquista(87)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1.1. CCR de Capela(53)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.1. C. Central de Créd. Rural da BA(3)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.11. CCR do Oeste(131)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.6.3. CCR de Panoelas(136)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1.1. CCR de Colatina(64)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.5.2. CCR dos Fom. de Cana da PB(88)	0	0	0	0	0	0	0	0

(Continua)

QUADRO 5 (Continuação - folha 14/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Total		Contas do Ativo			Sobras e Perdas		
	Ativo/ Passivo	Empréstimos		Outros	Receitas	Despesas	S/P	
		Financiamentos	Empréstimos					Total
3.2.6. CCR de Arcoz(33)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.17. CCR de Itabira(102)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.31. CCR dos Prod. do Vale Paracatu(159)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.33. CCR de Santa Rita do Sapucaí(176)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.18. CCR de Leopoldina(113)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.27. CCR dos Plant. C. do Triâng. Min.(151)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.3. CCR de Chapada Diamantina(60)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.5. CCR de Conquista(67)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1.1. CCR de Capela(53)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.1. C. Central de Créd. Rural da BA(3)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.11. CCR do Oeste(131)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.6.3. CCR de Pánelas(136)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1.1. CCR de Colatina(64)	0	0	0	0	0	0	0	0
2.5.2. CCR dos Fom. de Cana da PB(68)	0	0	0	0	0	0	0	0

(Continua)

QUADRO 5* (Continuação - folha 15/a)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo

Região/Estado/Cooperativa	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						
		Pat.Líquido			Captação		Outros	
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses		Total
2.8.2 CCR de Goiânia(92)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.36. CCR de Sete Lagoas(183)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.4.2 CC Agropecuário do Sul de SP(9)	0	0	0	0	0	0	0	0
4.2.23. CCR de Guarani das Missões(94)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.3.1. CC Lav. de Açúcar do Est. do RJ(15)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.4.8. CC dos Plant. de Cana Reg. de Jaú(19)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.4.12. CCR de Colaba(83)	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1.3. CC dos Plant. C. Paraná(16)	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1.8. CCR da Copacol(70)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.39. CCR Vale do Mucuri(211)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.40. CCR do Vale do Rio Doce(214)	0	0	0	0	0	0	0	0
4.2.43. CCR de Sanaduva(172)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.37. CCR de Sete de Setembro(194)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.44. CCR de Camo do Rio Claro(226)	0	0	0	0	0	0	0	0
3.2.41. CCR do Vale do Rio Grande(215)	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Brasil	157.673	14.568.618	19.632.786	34.221.604	31.365.204	93.141.313	124.508.517	27.619.670

QUADRO 5 (Continuação - folha 15/b)

Distribuição das Cooperativas de Crédito Rural em Função do Total do Ativo das CCRs

Região/Estado/Cooperativa	Total	Contas do Ativo			Sobras e Perdas			
	Ativo/ Passivo	Empréstimos		Outros	Receitas	Despesas		
		Financiamentos	Empréstimos				Total	
2.8.2. CCR de Goiânia(92)	0	0	0	0	0	0	0	
3.2.36. CCR de Sete Lagoas(193)	0	0	0	0	0	0	0	
3.4.2. CC Agropecuário do Sul de SP(9)	0	0	0	0	0	0	0	
4.2.23. CCR de Guarani das Missões(84)	0	0	0	0	0	0	0	
3.3.1. CC Lav. de Açúcar do Est. do RJ(15)	0	0	0	0	0	0	0	
3.4.8. CC dos Plant. de Cana Reg. de Jaú(19)	0	0	0	0	0	0	0	
3.4.12. CCR de Colaba(63)	0	0	0	0	0	0	0	
4.1.3. CC dos Plant. C. Paraná(16)	0	0	0	0	0	0	0	
4.1.8. CCR da Copacol(70)	0	0	0	0	0	0	0	
3.2.39. CCR Vale do Mucuri(211)	0	0	0	0	0	0	0	
3.2.40. CCR do Vale do Rio Doce(214)	0	0	0	0	0	0	0	
4.2.43. CCR de Sanaduva(172)	0	0	0	0	0	0	0	
3.2.37. CCR de Sete de Setembro(194)	0	0	0	0	0	0	0	
3.2.44. CCR de Carmo do Rio Claro(226)	0	0	0	0	0	0	0	
3.2.41. CCR do Vale do Rio Grande(215)	0	0	0	0	0	0	0	
6. Brasil	186.347.791	105.169.288	31.959.725	137.129.011	49.216.780	75.691.516	66.197.243	9.494.273

Fonte: BNCC, Departamento de Controle e Avaliação - Decav, Perfil do Desempenho das Cooperativas de Crédito no primeiro semestre de 1989 (dados brutos).

Obs.: Foram desconsideradas 9 cooperativas as quais não foram localizadas geograficamente, todavia os seus dados eram insignificantes.

QUADRO 6* (folha 1/a)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Passivo				Valores Correntes CCRs	
	Pat.Liq.	Captação		Total Ativo /Passivo		
		Depósitos	Repasses	Total	Outros	
3.4.1. Coop. Regional Créd. Rural Ltda.	387.257	617.286	3.288.470	3.885.756	1.057.150	5.330.183
2.6.1. CC Plant. C. de PE Ltda.	663.940	30.401	2.023.785	2.054.186	1.039.689	3.757.795
2.1.3. Coop. dos Plant. de Cana de Alagoas Ltda.	712.791	26.269	1.243.030	1.269.299	98.931	2.081.021
3.3.1. CC Lav. de Açúcar do Est. do RJ Ltda.	159.003	45.958	972.584	1.018.542	137.295	1.314.840
4.2.1. C. Central de Créd. Rural do RS Ltda.	80.346	259.144	673.022	932.166	20.220	1.032.732
2.1.1. CCR de Capela Ltda.	96.926	0	442.721	442.721	110.564	650.211
3.4.11. CCR Cooperativas Ltda.	136.784	16.233	407.099	423.332	32.641	592.957
4.1.1. C. Central de Créd. Rural do PR Ltda.	3.592	201.586	282.529	484.115	3.132	470.809
3.4.4. CC dos Fom. de Cana de Piracicaba Ltda.	155.292	34.030	115.785	149.795	135.472	440.559
3.4.9. CC Plant. C. de Sertãozinho Ltda.	199.577	39.246	39.030	78.276	180.401	436.254
3.2.8. CCR do Norte de Minas Ltda.	23.510	20.546	162.688	183.232	20.349	227.091
3.4.22. CCR Sul Brasil Ltda.	30.289	13.436	102.227	115.665	47.840	193.794
4.2.12. CCR de Carro Largo Ltda.	43.780	8.263	128.787	136.030	4.726	186.536
3.4.18. CCR dos Plant. C. Zona de Guariba Ltda.	121.475	20.526	26.000	46.526	10.241	176.242
4.2.4. CRR ALto Jacuí	41.331	54.721	67.054	121.775	13.366	178.502
3.4.20. CCR da Reg. de Orlandia Ltda.	19.701	65.442	67.150	132.592	22.402	174.695

(Continua)

QUADRO 6 (Continuação - folha 1/b)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Ativo						Valores Correntes		S/P
	Empréstimos			Outros	Disponível	Sobras e Perdas			
	Ativ. Rural	Ativ. não esp	Total			Receitas	Despesas		
3.4.1. Coop. Regional Créd. Rural Ltda.	5.012.281	125.743	5.138.024	192.139	24.206	3.240.471	3.040.528	196.943	
2.6.1. CC Plant. C. de PE Ltda.	3.155.251	46.248	3.201.499	556.296	23.772	0	0	0	
2.1.3. Coop. dos Plant. de Cana de Alagoas Ltda.	1.145.672	646.787	1.792.439	286.582	138.924	1.170.536	711.723	458.813	
3.3.1. CC Lav. de Açúcar do Est. do RJ Ltda.	1.277.920	6.241	1.284.161	30.679	7.820	608.945	667.664	139.261	
4.2.1. C. Central de Créd. Rural do RS Ltda.	448.611	316.498	765.107	267.625	223.436	363.384	362.975	408	
2.1.1. CCR de Capela Ltda.	544.587	95.379	639.966	10.245	6.753	394.341	260.673	133.368	
3.4.11. CCR Cooperativas Ltda.	457.127	93.746	550.873	42.084	38.350	375.195	337.367	37.828	
4.1.1. C. Central de Créd. Rural do PR Ltda.	74.422	166.577	260.999	209.810	207.093	63.981	59.598	4.383	
3.4.4. CC dos Fom. de Cana de Piracicaba Ltda.	379.770	24.843	404.613	35.948	33.780	256.667	67.274	189.413	
3.4.9. CC Plant. C. de Sant'Ana Ltda.	348.184	54.788	402.972	35.262	33.640	237.703	29.230	208.473	
3.2.8. CCR do Norte de Minas Ltda.	181.479	28.549	210.028	17.063	12.003	0	0	0	
3.4.22. CCR Sul Brasil Ltda.	174.793	3.839	178.632	15.162	2.478	109.431	82.886	26.545	
4.2.12. CCR de Cerno Largo Ltda.	168.781	2.506	171.287	15.249	2.113	125.633	125.260	373	
3.4.18. CCR dos Plant. C. Zona de Guariba Ltda.	130.608	25.099	155.707	22.535	20.220	87.247	17.243	70.004	
4.2.4. CRR ALto Jacul	112.652	19.687	132.319	44.183	29.464	73.553	61.209	12.344	
3.4.20. CCR da Reg. de Orlandia Ltda.	0	85.496	85.496	109.199	109.199	51.781	30.646	20.835	

(Continua)

QUADRO 6* (Continuação - folha 2/a)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Passivo				Total Ativo/Passivo	
	Pat.Liq.	Captação		Outros		
		Depósitos	Repasse			
3.2.12. CCR dos Plant. C. da Zona da Mata Ltda.	43.752	2.308	99.784	102.072	3.783	149.587
4.2.54. CCR Taparense Ltda.	38.848	58.603	28.884	83.467	21.288	141.801
4.3.1. C. Central de Créd. Rural de SC Ltda.	1.479	37.812	93.830	131.242	8.843	139.584
4.1.2. CC Agropecuário do Oeste Ltda.	38.227	47.492	41.462	88.954	10.482	137.873
4.2.3. CCR de Alegrete Ltda.	35.634	32.194	47.228	79.420	15.899	130.753
4.1.11. CCR de Mandaguari Ltda.	15.272	101.883	12.700	114.583	550	130.405
4.2.59. Coop. Itaquense de Crédito Rural Ltda.	81.200	32.411	12.121	44.532	11.988	117.720
4.2.53. CCR de Soledade Ltda.	29.658	33.388	37.324	70.692	17.050	117.400
4.2.34. CCR de Ouro Branco Ltda.	41.092	23.418	38.484	81.902	13.877	116.871
4.2.23. CCR de Guarani das Missões Ltda.	8.308	5.889	92.172	98.041	3.594	109.941
4.2.14. CCR de Crissiumal Ltda.	12.389	18.120	75.415	93.535	3.098	109.020
3.4.10. CCR Coonaj Ltda.	35.177	18.758	32.500	49.258	15.970	100.405
4.2.25. CCR de Horizontina Ltda.	7.197	15.254	70.085	85.339	5.585	98.121
4.3.8. CCR do Vale do Canoíñas	18.383	9.778	43.383	53.161	23.998	95.540
3.2.7. CCR de Muzambinho Ltda.	24.038	17.575	44.341	81.918	5.770	91.725
3.2.5. CCR de Curvelo Ltda.	29.104	24.708	28.241	52.922	7.804	89.830
4.2.22. CCR de Getúlio Vargas Ltda.	33.149	31.281	15.215	48.478	7.883	87.308

(Continua)

QUADRO 6 (Continuação - folha 2/b)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Ativo			Sobras e Perdas				
	Empréstimos			Outros	Disponível	Receitas	Despesas	S/P
	Ativ. Rural	Ativ. não esp.	Total					
3.2.12. CCR dos Plant. C. da Zona da Mata Ltda.	129.811	5.308	135.120	14.467	2.999	91.319	89.664	1.655
4.2.54. CCR Taparense Ltda.	77.584	18.539	96.123	45.468	31.943	48.688	31.598	17.290
4.3.1. C. Central de Créd. Rural de SC Ltda.	37.004	63.647	100.651	38.913	35.127	19.861	20.808	(745)
4.1.2. CC Agropecuário do Oeste Ltda.	79.752	29.758	109.510	28.163	24.508	45.843	29.578	16.265
4.2.3. CCR de Alegrete Ltda.	43.619	68.054	111.673	19.080	6.458	60.082	47.459	12.623
4.1.11. CCR de Mandaguari Ltda.	0	27.887	27.887	102.518	102.205	16.814	7.181	9.653
4.2.59. Coop. Itaquilense de Crédito Rural Ltda.	58.817	21.583	78.400	39.320	12.862	44.915	38.007	6.908
4.2.53. CCR de Soledade Ltda.	69.916	16.680	86.596	30.804	22.740	43.664	33.582	10.102
4.2.34. CCR de Ouro Branco Ltda.	62.178	26.638	88.814	27.857	9.474	77.702	70.974	6.728
4.2.23. CCR de Guarani das Missões Ltda.	98.588	3.884	100.450	9.491	1.343	59.411	58.550	861
4.2.14. CCR de Crissiumal Ltda.	83.308	9.015	92.321	16.899	5.870	54.528	53.022	1.506
3.4.10. CCR Coonaj Ltda.	30.924	37.085	68.009	32.396	14.132	48.339	35.331	13.008
4.2.25. CCR de Horizontina Ltda.	80.327	6.764	87.091	11.030	3.871	47.828	43.825	4.001
4.3.8. CCR do Vale do Canoinhas	54.604	18.529	71.133	24.407	6.178	37.340	32.974	4.366
3.2.7. CCR de Muzambinho Ltda.	14.982	44.078	59.060	32.665	14.583	58.429	64.815	(8.386)
3.2.5. CCR de Curvelo Ltda.	18.512	60.197	78.709	12.921	10.110	40.006	39.843	163
4.2.22. CCR de Getúlio Vargas Ltda.	32.637	8.508	41.145	48.183	13.528	35.657	31.125	4.532

(Continua)

QUADRO 6* (Continuação - folha 3/a)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Passivo					Total Ativo /Passivo
	Pat.Liq	Captação		Outras		
		Depósitos	Repasses	Total		
4.2.13. CCR de Colorado Ltda.	18.809	34.681	21.828	56.508	10.909	86.227
4.1.19. CCR Vale do Tibagi Ltda.	8.599	8.368	49.441	57.809	15.533	81.941
4.1.18. CCR Três Fronteiras Ltda.	22.527	17.791	19.610	37.401	21.820	81.748
4.2.10. CCR de Carazinho e Chapada Ltda.	23.484	17.971	32.141	50.112	3.095	76.691
3.2.1. CCR de Bom Despacho Ltda.	9.010	14.193	33.555	47.748	16.717	73.475
4.2.27. CCR de Ibiruba Ltda.	25.672	18.702	15.247	33.949	13.485	73.106
4.2.30. CCR de Marau Ltda.	22.146	21.475	19.380	40.855	9.174	72.175
4.2.6. CCR de Cacapava do Sul Ltda.	17.573	9.131	43.032	52.163	2.143	71.879
4.2.57. CCR de Uruguaiana Ltda.	33.794	15.154	15.984	31.138	6.371	71.303
4.1.12. CCR de Maringá Ltda.	12.584	11.078	42.016	53.094	3.619	69.297
4.2.29. CCR de Júlio de Castilhos Ltda.	9.457	14.307	26.315	40.622	19.154	69.233
4.2.20. CCR de Espumoso Ltda.	20.004	22.860	16.206	39.068	9.135	68.205
4.2.2. CCR Agudo Ltda.	11.334	4.547	50.191	54.738	985	67.057
4.2.32. CCR de Nova Palma Ltda.	10.063	17.954	30.743	48.697	6.441	65.221
4.2.7. CCR Cachoeirense Ltda.	18.105	11.843	27.675	39.518	4.974	62.597

(Continua)

QUADRO 6 (Continuação - folha 3/b)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Ativo			Sobras e Perdas				
	Empréstimos			Outros	Disponível	Recargas	Despesas	S/P
	Ativ. Rural	Ativ. não esp.	Total					
4.2.13. CCR de Colorado Ltda.	24 804	20 385	45 189	41 058	36 087	31 881	25 018	8 663
4.1.19. CCR Vale do Tibagi Ltda.	44 974	16 754	61 728	20 213	17 774	36 935	22 257	14 678
4.1.18. CCR Três Fronteiras Ltda.	43 944	8 459	52 403	28 345	8 013	34 762	24 800	9 962
4.2.10. CCR de Carazinho e Chapada Ltda.	55 205	9 164	64 369	12 322	2 129	38 759	37 521	1 238
3.2.1. CCR de Bom Despacho Ltda.	11 548	31 839	43 387	30 088	15 267	40 422	24 712	15 710
4.2.27. CCR de Ibirubá Ltda.	49 916	14 413	64 329	8 777	5 145	37 347	23 969	13 378
4.2.30. CCR de Marau Ltda.	50 493	1 454	51 947	20 228	14 697	28 101	22 022	8 079
4.2.6. CCR de Cacapava do Sul Ltda.	47 371	10 173	57 544	14 335	2 218	34 477	31 874	2 603
4.2.57. CCR de Uruguaians Ltda.	23 284	17 281	40 565	30 738	8 797	34 909	31 945	2 964
4.1.12. CCR de Manga Ltda.	4 093	30 987	35 080	34 217	14 289	26 021	15 182	10 839
4.2.29. CCR de Júlio de Castilhos Ltda.	39 698	16 564	56 260	12 973	7 731	26 206	15 702	10 506
4.2.20. CCR de Espumoso Ltda.	45 132	12 009	57 141	11 064	8 665	27 733	19 077	8 656
4.2.2. CCR Agudo Ltda.	58 476	4 527	63 003	4 054	1 280	43 958	41 408	2 551
4.2.32. CCR de Nova Palma Ltda.	41 713	9 306	51 019	14 202	10 398	37 140	32 592	4 548
4.2.7. CCR Cachoeirense Ltda.	34 730	5 443	40 173	22 424	13 253	32 972	26 412	6 560

(Continua)

QUADRO 6* (Continuação - folha 4/a)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Passivo				Outros	Total Ativo /Passivo
	Pat.Liq.	Captação				
		Depósitos	Repasses	Total		
4.2.41. CCR de Rosário do Sul Ltda.	31.878	7.032	11.532	18.564	11.597	61.837
4.1.13. CCR Paranapanema Ltda.	4.885	11.007	12.130	23.137	32.108	60.128
4.1.17. CCR de Rolândia Ltda.	17.106	14.344	0	14.344	27.153	58.806
4.2.46. CCR de Santiago Ltda.	16.690	25.238	6.218	31.456	8.251	56.397
3.4.15. CCR dos Plant. C. Reg. de Capivari Ltda.	19.790	1.726	22.758	24.484	11.661	55.935
3.4.19. CCR da Reg Leste Paulista e Sul de Minas	7.723	8.481	27.765	36.266	8.364	52.373
2.5.2. CCR dos Fom. de Cana da PB Ltda.	35.285	0	0	0	15.453	50.738
3.4.7. CC dos Plant. de Cana Reg. de Jaú Ltda.	28.645	0	0	0	20.958	49.601
3.4.2. CC dos Fom. de C. de Barra Bonita Ltda	21.554	1.674	0	1.674	25.842	49.070
4.3.5. CCR de Campos Novos Ltda.	16.800	12.937	14.516	27.453	4.565	48.818
4.1.7. CCR Centro Norte do PR Ltda.	20.655	6.517	11.377	17.894	8.501	47.050
3.2.15. CCR de Sete Lagoas Ltda.	3.452	10.924	25.500	36.424	6.924	46.800
3.4.12. CCR Fom. de C. Reg. de Catanduva Ltda.	26.447	404	0	404	18.610	45.461
4.3.4. CCR Aurverde Ltda.	18.731	14.704	3.207	17.911	8.485	45.127
3.4.3. CC dos Fom. de C. do Centro do Est. de	28.839	264	0	264	13.481	42.584
4.3.6. CCR de Chapecó Ltda.	15.672	12.325	11.457	23.782	2.061	41.515

(Continua)

QUADRO 6 (Continuação - folha 4/b)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Ativo			Sobras e Perdas				
	Empréstimos			Outros	Disponível	Recetas	Despesas	S/P
	Ativ. Rural	Ativ. não esp.	Total					
4.2.41. CCR de Rosário do Sul Ltda.	16.658	25.549	42.407	19.430	5.111	37.178	32.106	5.072
4.1.13. CCR Paranapanema Ltda.	12.130	41.753	53.683	6.245	6.072	22.118	17.052	5.066
4.1.17. CCR de Rolândia Ltda.	34.188	9.871	44.059	14.547	12.787	25.112	16.295	8.817
4.2.46. CCR de Santiago Ltda.	23.245	8.948	32.193	24.204	12.630	20.952	13.565	7.387
3.4.15. CCR dos Plant. C. Reg. de Capivan Ltda.	31.213	19.625	50.838	5.097	1.846	22.740	7.815	14.925
3.4.19. CCR da Reg. Leste Paulista e Sul de Minas	9.451	32.700	42.151	10.222	8.417	21.854	11.370	10.484
2.5.2. CCR dos Fom. de Cana da PB Ltda.	17.108	22.312	39.418	11.320	1.793	17.156	8.226	10.932
3.4.7. CC dos Plant. de Cana Reg. de Jaú Ltda.	43.232	5.540	48.772	829	630	28.669	2.151	26.718
3.4.2. CC dos Fom. de C. de Barra Bonita Ltda	39.419	3.590	43.009	6.061	935	22.252	9.655	12.597
4.3.5. CCR de Campos Novos Ltda.	26.373	13.666	40.039	8.779	4.574	18.649	16.914	1.935
4.1.7. CCR Centro Norte do PR Ltda.	10.796	14.175	24.971	22.079	1.838	16.119	14.250	1.869
3.2.15. CCR de Sete Lagoas Ltda.	0	28.944	28.944	17.858	16.707	16.235	14.727	1.508
3.4.12. CCR Fom. de C. Reg. de Catanduva Ltda.	40.443	1.620	42.063	3.398	2.489	26.950	2.651	24.299
4.3.4. CCR Aurverde Ltda.	29.902	6.972	36.874	6.253	7.376	21.412	16.005	5.407
3.4.3. CC dos Fom. de C.do Centro do Est. de	7.483	2.585	10.068	32.516	16.635	0	0	0
4.3.6. CCR de Chapecó Ltda.	20.559	5.390	25.949	15.566	9.125	17.302	16.239	1.063

(Continua)

QUADRO 6* (Continuação - folha 5/a)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Passivo				Total	
	Pat. Liq.	Captação		Outros	Ativo	Passivo
		Depósitos	Total			
4.2.55. CCR de Três de Maio Ltda.	12.015	11.837	1.078	13.015	16.230	41.260
4.2.36. CCR de Panambi Ltda.	10.027	10.352	16.469	26.821	3.275	40.123
4.2.5. CCR de Bagé Ltda.	7.980	12.378	16.941	29.317	2.821	40.118
4.3.9. CCR do Vale do Rio do Peixe Ltda.	17.078	6.573	7.831	14.404	7.189	38.871
4.2.19. CCR de Erechim Ltda.	5.718	24.083	0	24.083	7.408	67.207
3.2.2. CCR Campos da Mantiqueira	4.760	10.653	13.599	24.252	7.614	36.826
4.2.48. CCR de São Borja Ltda.	13.303	7.269	13.946	21.215	2.192	36.710
4.3.2. CCR Alto Uruguai Catarinense Ltda.	8.064	10.151	13.566	23.719	4.670	36.473
4.2.42. CCR de Santa Bárbara do Sul Ltda.	11.370	13.818	1.785	15.363	8.132	34.685
4.2.15. CCR de Cruz Alta Ltda.	7.452	12.224	10.257	22.481	2.528	32.461
4.2.51. CCR Sapeense Ltda.	10.194	6.640	12.486	19.126	2.895	32.217
4.1.5. CCR Capeng Ltda.	6.154	13.265	4.300	17.565	6.479	32.198
2.8.1. CCR dos Plant. C. do RN Ltda.	27.513	0	0	0	3.720	31.233
4.2.21. CCR de Faxinal de Soburo Ltda.	4.519	3.478	20.278	23.756	2.637	30.812
4.2.9. CCR de Candelária Ltda.	6.610	10.725	6.846	17.571	3.238	29.819
4.2.37. CCR de Passo Fundo Ltda.	2.437	10.937	7.121	16.056	6.592	29.087

(Continua)

QUADRO 6 (Continuação - folha 5/b)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Ativo					Sobras e Perdas		
	Empréstimos			Outros	Disponível	Receitas	Despesas	S/P
	Ativ. Rural	Ativ. não esp.	Total					
4.2.55. CCR de Três de Maio Ltda.	18.289	11.605	27.894	13.368	7.803	22.201	18.713	5.488
4.2.36 CCR de Panambi Ltda.	22.030	3.969	25.999	14.124	10.687	22.000	20.055	1.945
4.2.5. CCR de Bagé Ltda.	20.945	10.262	31.207	8.911	3.489	20.280	20.260	0
4.3.9. CCR do Vale do Rio do Peixe Ltda.	20.559	4.791	25.350	13.321	5.452	21.548	13.971	7.575
4.2.19. CCR de Erechim Ltda.	18.230	71	18.301	18.908	17.913	10.335	1.649	8.686
3.2.2. CCR Campos da Mantiqueira	8.797	8.184	12.991	23.835	17.385	18.900	10.991	5.909
4.2.48. CCR de São Borja Ltda.	13.114	17.545	30.659	8.051	983	14.845	18.141	(1.296)
4.3.2. CCR Alto Uruguai Catarinense Ltda.	11.203	15.040	26.243	10.230	5.374	11.882	7.646	4.216
4.2.42. CCR de Santa Bárbara do Sul Ltda.	18.920	2.674	21.594	13.291	9.775	17.807	10.837	6.970
4.2.15. CCR de Cruz Alta Ltda	16.616	2.972	19.588	12.673	8.908	11.059	9.332	1.727
4.2.51. CCR Sapeense Ltda.	16.254	3.935	20.189	12.028	3.335	18.097	14.440	1.657
4.1.5. CCR Capegú Ltda.	4.509	8.985	11.494	20.704	6.696	8.220	5.875	345
2.8.1. CCR dos Plant. C. do RN Ltda.	12.017	12.510	24.527	8.706	8.555	7.488	1.982	5.524
4.2.21. CCR de Faxinal de Soturno Ltda	24.086	3.907	27.993	2.919	972	14.684	13.241	1.443
4.2.9. CCR de Candelária Ltda.	8.394	8.069	14.463	15.156	8.605	10.568	8.142	2.426
4.2.37. CCR de Passo Fundo Ltda.	15.842	3.314	19.156	9.931	7.888	13.607	9.495	4.112

(Continua)

QUADRO 6 (Continuação - folha 6/a)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Passivo				Total	
	Part.Liq	Captação		Outros	Ativo	Passivo
		Depósitos	Repasses			
4.1.14. CCR de Parecati Ltda.	10.328	4.883	3.500	8.383	10.266	28.977
4.2.56. CCR de Tupancireta Ltda.	4.704	9.680	10.274	19.954	4.283	28.941
3.2.9. CCR de Paraopeba Ltda.	1.472	10.498	9.200	19.698	6.751	27.921
2.9.1. CCR dos Prod. C. de SE Ltda.	14.513	0	6.541	6.541	5.032	26.086
4.2.33. CCR de Nova Petrópolis Ltda.	12.472	2.821	6.014	8.835	4.428	25.735
4.2.31. CCR Mirasol Ltda.	10.328	6.338	7.692	14.030	1.140	25.498
4.2.26. CCR de Ibirairas Ltda.	6.929	7.082	8.025	15.087	2.523	24.539
3.1.1. CCR de Cristal	2.904	2.654	13.530	16.384	4.774	24.062
4.2.24. CCR de Harmonia Ltda.	6.480	7.011	8.527	15.538	1.651	23.669
4.2.50. CCR de Sarandi Ltda.	8.578	7.518	3.315	10.833	4.257	23.668
4.1.10. CCR de Guarapuava Ltda.	5.410	2.213	13.723	15.936	890	22.236
4.3.7. CCR de Itapiranga Ltda.	8.113	4.159	5.667	9.826	2.708	20.647
4.2.44. CCR de Santa Maria Ltda.	7.424	3.645	7.400	11.045	2.175	20.644
4.3.3. CCR Arco Iris Ltda.	8.750	5.277	4.917	10.194	1.630	20.574
4.1.4. CCR de Astorga Ltda.	7.632	3.729	6.700	10.429	2.146	20.407
3.4.16. CCR dos Plant. C. Reg. Igapava Ltda.	15.652	0	0	0	4.710	20.362

(Continua)

QUADRO 6 (Continuação - folha 6/b)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Ativo			Sobras e Perdas				
	Empréstimos			Outros	Disponível	Receitas	Despesas	S/P
	Ativ. Rural	Ativ. não esp.	Total					
4.1.14. CCR de Parecubú Ltda.	1.749	13.089	14.818	14.159	2.703	13.083	1.087	11.078
4.2.56. CCR de Tupancireta Ltda.	4.551	13.888	18.437	10.504	4.744	10.618	7.984	2.654
3.2.9. CCR de Paraopeba Ltda.	0	19.349	19.349	8.572	8.175	11.714	5.922	5.792
2.9.1. CCR dos Prod. C. de SE Ltda.	8.181	3.253	9.434	18.652	4.003	11.641	6.713	4.928
4.2.33. CCR de Nova Petrópolis Ltda.	6.248	3.869	12.117	13.618	1.959	11.980	11.282	698
4.2.31. CCR Missões Ltda.	10.799	4.144	14.943	10.555	5.175	12.370	12.206	164
4.2.26. CCR de Ibiraiaras Ltda	12.084	6.378	18.462	6.077	1.348	11.472	10.159	1.313
3.1.1. CCR de Cristal	0	19.511	19.511	4.551	384	5.243	3.187	2.058
4.2.24. CCR de Harmonia Ltda.	15.451	3.659	19.110	4.859	501	12.299	11.320	979
4.2.50. CCR de Sarandi Ltda.	7.645	3.477	11.122	12.546	4.978	12.470	9.290	3.180
4.1.10. CCR da Guarapuava Ltda.	4.448	14.091	18.537	3.699	3.302	11.753	10.968	785
4.3.7. CCR de Itapiranga Ltda.	12.426	2.607	15.033	5.614	1.499	11.556	12.576	(1.020)
4.2.44. CCR de Santa Maria Ltda.	5.833	6.100	11.933	8.711	1.281	11.608	10.068	1.540
4.3.3. CCR Arco Íris Ltda.	7.838	8.417	16.255	4.319	3.906	12.865	11.380	1.485
4.1.4. CCR de Astorga Ltda.	0	17.340	17.340	3.067	3.003	9.356	7.475	1.881
3.4.18. CCR dos Plant. C. Reg. Igarapava Ltda.	1.167	10.670	12.037	8.325	8.135	11.098	1.081	10.017

(Continua)

QUADRO 6* (Continuação - folha 7/a)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Passivo				Total Ativo/Passivo	
	Pat.Liq.	Captação		Outros		
		Depósitos	Repasses		Total	
4.2.38. CCR Pestanense Ltda.	3.184	7.302	6.984	14.286	2.348	19.618
4.1.8. CCR de Cascavel Ltda.	7.484	4.093	4.039	6.132	3.981	19.577
4.2.8. CCR de Campo Novo Ltda.	6.341	5.220	5.238	10.458	2.701	19.498
4.2.28. CCR de Jaguarí Ltda.	6.843	5.322	2.808	6.130	3.209	18.182
3.4.5. CC Fom. C. Reg. Oeste Paulista Ltda.	12.134	568	0	568	5.120	17.822
5.1.1. CCR dos Plant. C. Vale do São Patrício	7.020	0	0	0	10.708	17.728
3.2.4. CCR de Cássia Ltda.	2.218	6.144	4.153	12.297	2.080	18.585
4.1.9. CCR de Francisco Beltrão Ltda.	1.380	3.447	6.724	12.171	1.624	15.175
3.4.8. CC Fom.C.Reg.S.Bárbara D'Oeste Ltda.	6.325	0	78	78	6.522	14.023
2.1.2. CCR de São José da Lage Ltda.	6.077	639	6.134	6.973	1.728	14.778
4.1.8. CCR Copagrili Ltda.	5.364	4.350	3.700	6.050	541	13.955
4.2.17. CCR de Encantado Ltda.	2.782	1.904	7.074	6.978	1.621	13.581
4.2.45. CCR de Santa Rosa Ltda.	4.310	4.538	2.027	6.565	2.050	12.925
4.2.43. CCR de Santa Cruz do Sul Ltda.	6.514	3.420	1.515	4.985	1.412	12.861
3.4.8. CC dos Plant.C.Reg.Lecóia Paulista Ltda.	11.922	1	0	1	678	12.801
3.2.8. CCR de Mantiqueira Ltda.	1.922	6.919	2.620	9.539	1.100	12.561

(Continua)

QUADRO 6 (Continuação - folha 7/b)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Ativo			Sobras e Perdas				
	Empréstimos			Outros	Disponível	Receitas	Despesas	S/P
	Ativ. Rural	Ativ. não esp.	Total					
4.2.38. CCR Pestanense Ltda.	8.578	2.584	9.160	10.658	484	7.518	5.593	1.923
4.1.8. CCR de Cascavel Ltda.	14.762	3.548	18.308	1.289	383	10.997	6.444	4.553
4.2.8. CCR de Campo Novo Ltda.	3.110	9.980	13.070	6.428	5.088	8.382	8.333	2.049
4.2.28. CCR de Jaguari Ltda.	7.179	3.394	10.573	7.609	5.080	9.599	7.399	2.200
3.4.5. CC Fom. C. Reg. Oeste Paulista Ltda.	14.087	1.915	16.002	1.820	1.738	7.611	4.085	3.526
5.1.1. CCR dos Plant. C. Vale do São Patrício	4.900	3.558	8.458	9.268	2.680	11.176	617	10.359
3.2.4. CCR de Cássia Ltda.	0	5.773	5.773	10.822	10.435	8.691	4.214	2.477
4.1.8. CCR de Francisco Beltrão Ltda.	5.324	5.243	10.567	4.608	4.148	3.025	1.192	1.833
3.4.8. CC Fom. C. Reg. S. Bárbara D'Oeste Ltda.	14.683	191	14.847	49	8	8.928	858	8.072
2.1.2. CCR de São José da Lage Ltda.	7.871	5.830	13.801	975	751	8.417	5.438	2.979
4.1.8. CCR Copagnil Ltda.	4.660	4.264	9.124	4.831	4.225	8.002	4.839	1.163
4.2.17. CCR de Encantado Ltda.	10.573	601	11.174	2.407	35	7.842	7.535	307
4.2.45. CCR de Santa Rosa Ltda.	2.058	3.018	5.076	7.849	1.487	7.281	5.691	1.590
4.2.43. CCR de Santa Cruz do Sul Ltda.	5.348	1.640	7.188	5.673	1.464	5.368	4.504	664
3.4.8. CC dos Plant. C. Reg. Lecóis Paulista Ltda.	7.674	304	7.978	4.823	275	7.728	6.912	816
3.2.6. CCR de Mantiqueira Ltda.	0	7.599	7.599	4.962	3.985	3.284	3.238	46

(Continua)

QUADRO 6* (Continuação - folha B/a)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Passivo				Total	
	Pat.Liq.	Captação		Outros	Ativo/Passivo	
		Depósitos	Repasses			Total
3.4.17. CCR dos Plant.C Reg Porto Feliz Ltda.	5.454	0	0	0	6.670	12.124
4.2.35. CCR de Palmeira das Missões Ltda.	2.405	3.833	1.064	4.897	4.992	12.094
3.2.14. CCR de São Sebastião do Paraíso Ltda.	1.308	2.359	7.200	9.558	857	11.522
4.1.18. CCR Reg de Irati Ltda	1.258	1.450	7.180	8.630	1.273	11.159
3.2.13. CCR dos Produt. do Vale do Paraíso I	688	8.663	2.540	9.203	1.040	10.911
2.2.2. CCR de Itapetinga Ltda.	5.311	4.148	0	4.148	1.258	10.742
3.4.13. CCR de Marília Ltda.	2.553	1.371	4.871	6.042	1.382	9.977
3.2.3. Campos das Vertentes Ltda.	334	6.128	3.070	9.198	329	9.861
4.2.40. CCR de Rolante Ltda.	2.579	4.817	581	5.398	721	8.698
4.2.39. CCR de Rodeio Bonito Ltda.	1.537	2.974	3.391	6.365	590	8.492
4.2.49. CCR de São Francisco de Assis Ltda.	4.498	2.747	250	2.997	889	8.384
4.2.16. CCR de Encruzilhada do Sul Ltda.	2.348	3.042	2.005	5.047	617	8.010
4.2.11. CCR de Carlos Barbosa Ltda.	2.195	2.933	927	3.860	1.709	7.764
4.2.52. CCR de Sobradinho Ltda.	2.053	4.541	246	4.787	633	7.473
4.2.47. CCR de Santo Angelo Ltda.	1.160	3.140	0	3.140	499	4.799
3.2.10. CCR dos Plant.C. Sul de Minas Ltda.	2.194	0	0	0	2.437	4.631

(Continua)

QUADRO 6 (Continuação - folha 8/b)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Ativo			Sobras e Perdas				
	Empréstimos			Outros	Disponível	Receitas	Despesas	S/P
	Ativ. Rural	Ativ. não esp	Total					
3.4.17. CCR dos Plant.C.Reg.Porto Feliz Ltda.	3.715	1.638	5.353	8.771	6.771	4.061	567	3.494
4.2.35. CCR de Palmeira das Missões Ltda	5.721	2.804	8.525	3.569	2.281	6.801	5.733	888
3.2.14. CCR de São Sebastião do Paraíso Ltda.	0	8.406	8.406	5.118	1.042	4.221	2.929	1.292
4.1.18. CCR Reg de Irati Ltda.	7.683	650	8.333	2.826	2.773	4.160	2.666	1.494
3.2.13. CCR dos Produt. do Vale do Paraíso I	0	5.417	5.417	5.494	4.273	4.203	3.670	533
2.2.2. CCR de Itapetinga Ltda.	0	4.882	4.882	5.660	2.346	4.324	3.264	1.060
3.4.13. CCR de Marília Ltda.	4.519	3.852	8.371	1.606	509	6.663	5.093	1.570
3.2.3. Campos das Verentes Ltda	0	3.992	3.992	5.669	2.066	2.577	2.570	7
4.2.40. CCR de Rolante Ltda.	3.107	1.086	4.193	4.505	3.237	3.372	3.054	316
4.2.39. CCR de Rodeio Bonito Ltda.	5.892	502	6.394	2.098	1.550	4.688	4.329	359
4.2.49. CCR de São Francisco de Assis Ltda.	1.781	1.784	3.565	4.619	3.702	4.288	4.161	127
4.2.18. CCR de Encruzilhada do Sul Ltda.	1.752	1.114	2.866	5.144	3.640	3.726	3.513	213
4.2.11. CCR de Carlos Barbosa Ltda.	4.872	484	5.356	2.408	2.047	4.192	2.479	1.713
4.2.52 CCR de Sobradinho Ltda.	1.499	1.509	3.008	4.485	1.914	2.638	2.409	229
4.2.47. CCR de Santo Angelo Ltda.	121	551	672	4.127	1.489	2.332	2.063	269
3.2.10. CCR dos Plant.C. Sul de Minas Ltda.	0	0	0	4.631	8	2.564	1.159	1.405

(Continua)

QUADRO 6* (Continuação - folha 9/a)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Passivo				Outros	Total Ativo Passivo
	Pat.Liq.	Captação		Total		
		Depósitos	Repasses			
4.2.58. CCR da Zona Sul Ltda.	580	2.953	0	2.953	748	4.281
4.2.16. CCR de Dois Irmãos Ltda.	3.008	530	0	530	215	3.751
3.2.11. CCR dos Plant. C. do Triâng. Mineiro I	517	0	2.750	2.750	174	3.441
3.1.2. CCR de São Gabriel Ltda.	1.904	520	0	520	237	2.661
2.6.4. CCR de Paudalho	808	805	0	805	374	1.785
2.6.3. CCR de Pannels	66	0	1.318	1.318	2	1.366
2.2.1. CCR de Santo Antônio Jesus Resp. Ltda.	203	1.054	0	1.054	27	1.284
2.6.2. CCR da Golânia	460	12	441	453	216	1.129
5.1.2. SOC. Coop. de Créd. Rural do Planalto	149	845	0	845	45	1.039
4.1.15. CRR de Prudentópolis Ltda.	292	315	0	315	251	828
2.3.1. Coop. Rural de Jardim Ltda.	23	290	0	290	11	324
2.5.1. CCR da Cuíca Ltda.	87	0	0	0	5	92
3.4.21. CCR da Reg. de Piracicaba Ltda.	0	s/dados	s/dados	s/dados	0	0
4.1.3. CC dos Plant. C. Paraná Ltda.	0	0	0	0	0	0
2.2.3. CCR da Chapada Diamantina	0	s/dados	s/dados	s/dados	0	0
3.4.23. CCR da Colônia Riograndense Ltda.	0	s/dados	s/dados	s/dados	0	0
3.4.14. CCR dos Plant. C. Média Sorocabana	0	s/dados	s/dados	s/dados	0	0
						22.477.142

(Continua)

QUADRO 6 (Continuação - folha 9/b)

Brasil: Distribuição das CCRs Segundo o Valor Total do Ativo em Junho de 1988

Região/Estado/Cooperativa	Contas do Ativo			Sobras e Perdas				
	Empréstimos			Outros	Disponível	Receitas	Despesas	S/P
	Ativ. Rural	Ativ. não esp.	Total					
4.2.58. CCR de Zona Sul Ltda.	244	895	1.139	3.142	1.612	2.529	1.876	851
4.2.16. CCR de Dois Irmãos Ltda.	2.393	455	2.848	903	194	1.950	984	988
3.2.11. CCR dos Plant. C.do Triâng. Mineiro I	0	2.934	2.934	507	129	472	447	25
3.1.2. CCR de São Gabriel Ltda.	1.324	341	1.665	998	981	1.621	1.581	40
2.6.4. CCR de Paudalho	1.109	0	1.109	676	608	602	533	289
2.6.3. CCR de Penelas	757	0	757	629	66	101	352	(251)
2.2.1. CCR de Santo Antônio Jesus Resp. Ltda.	1	515	516	768	654	365	330	35
2.6.2. CCR de Goiânia	458	0	458	671	199	827	663	164
5.1.2. SOC. Coop.de Créd. Rural do Planalto	898	0	898	341	256	420	369	51
4.1.15. CRR de Prudentópolis Ltda.	0	0	0	828	263	331	36	295
2.3.1. Coop. Rural de Jardim Ltda.	105	0	105	219	210	71	62	9
2.5.1. CCR de Curitiba Ltda.	60	0	60	32	29	17	11	6
3.4.21. CCR da Reg. de Piracicaba Ltda.	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1.3. CC dos Plant.C. Paraná Ltda.	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2.3. CCR da Chapada Diamantina	0	0	0	0	0	0	0	0
3.4.23. CCR da Colônia Riograndense Ltda.	0	0	0	0	0	0	0	0
3.4.14. CCR dos Plant.C. Média Sorocabana	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: BNCC, Departamento de Controle e Avaliação-Oncav, Perfil do Desempenho das Cooperativas de Crédito no Primeiro Semestre de 1988

QUADRO 7* (folha 1/a)

Distribuição das Regiões Brasileiras em Função do Total do Ativo das Respectivas CCRs

Jun. / 89

Valores Correntes em NCz\$ 1 00

Região	Quadro Social	Contas do Passivo						
	Número de Associações	Pat.Liq.	Captação			Outros		
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasses	Total	
4. Sul	101.216	5.109.102	9.072.96	14.182.07	14.195.03	46.721.30	60.916.33	10.529.25
3. Sudeste	41.656	6.247.899	3.597.17	9.845.07	16.099.25	28.251.76	44.351.02	11.250.89
2. Nordeste	12.884	3.123.887	6.950.71	10.074.59	770.26	17.551.52	18.321.78	5.549.72
5. Centro-Oeste	2.217	107.930	11.93	119.86	300.64	616.72	917.37	289.79
6. Brasil	157.973	14.588.818	19.632.78	34.221.60	31.365.20	93.141.31	124.506.51	27.619.67

QUADRO 7 (folha 1/b)

Distribuição das Regiões Brasileiras em Função do Total do Ativo das Respectivas CCRs

Região	Total	Contas do Ativo			Sobras e Perdas			
	Ativo/ Passivo	Empréstimos		Outros	Receitas	Despesas	S/P	
		Financiamentos	Empréstimos					Total
4. Sul	85.627.662	47.861.728	16.854.056	64.715.784	20.911.878	34.787.590	31.186.163	3.601.427
3. Sudeste	65.446.986	40.358.394	10.357.392	50.715.786	14.731.200	26.612.175	21.820.353	4.791.822
2. Nordeste	33.946.107	16.777.999	3.895.429	20.673.428	13.272.679	13.917.556	12.999.956	917.600
5. Centro-Oeste	1.327.036	171.165	852.848	1.024.013	303.023	374.195	190.771	183.424
6. Brasil	186.347.791	105.169.286	31.959.725	137.129.011	49.218.780	75.691.516	66.197.243	9.494.273

Fonte: BNCC, Departamento de Controle e Avaliação - DECAV, Perfil do desempenho das cooperativas de crédito no primeiro semestre de 1989 (dados brutos) e cálculos PROJETO.

QUADRO 7 - A

Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro das Cooperativas de Crédito Rural por Região - Jun./89

%)

Região	PI/Ativo	Repasse/A	Dep./Ativo	Out./At	Emp./Dep.	S/PL	S/At	S/Rec.	Rec./At	Desp./At
4. Sul	16,56	54,56	16,58	12,30	455,90	25,39	4,21	10,35	40,63	36,42
3. Sudeste	15,04	43,17	24,60	17,19	315,02	48,67	7,32	18,01	40,66	33,34
2. Nordeste	29,68	51,70	2,27	16,35	2.683,94	9,11	2,70	6,59	41,00	38,30
5. Centro-Oeste	9,03	46,47	22,66	21,84	340,60	153,03	13,82	49,02	28,20	14,38
1. Norte										
6. Brasil	18,36	49,88	18,83	14,82	437,20	27,74	5,09	12,54	40,62	35,52

QUADRO 7 - B

Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro das Cooperativas de Crédito Rural por Região - jun./89

(Em NCz\$)

Região	AU/Coop.	Emp/Coop.	Dep/Coop.	Ass./Coop.	PL/Coop.	PL/Assoc.
4. Sul	831.336,52	628.608,58	137.815,85	982,68	137.690,00	14.011,69
3. Sudeste	849.960,86	658.646,57	209.081,27	540,99	127.654,10	23.634,23
2. Nordeste	1.357.844,28	826.937,12	30.810,60	515,36	402.963,66	78.194,64
5. Centro-Oeste	102.079,69	78.770,23	23.126,77	170,54	9.220,00	5.406,64
1. Norte						
6. BRASIL	854.806,38	629.032,16	143.877,08	2.209,57	156.979,83	21.662,94

Fonte: BNCC, Departamento de Controle e Avaliação - Decav, Perfil do Desempenho das Cooperativas de Crédito no Primeiro Semestre de 1989 (dados brutos).

QUADRO 8*

Brasil: Ordenamento das Regiões em Função do Tamanho Total do Ativo em Junho de 1988

Região	Valores em Cr\$ Correntes					
	Contas do Passivo				Total	
	Pat.Líquido	Captação		Total	Outros	Ativo Passivo
		Depósitos	Repasse			
3. Sudeste	1.586.659	1.028.398	5.538.837	6.587.235	1.832.348	9.986.242
2. Nordeste	1.563.801	63.816	3.723.950	3.787.766	1.277.035	8.628.602
4. Sul	1.194.808	1.589.578	2.495.092	4.084.870	564.055	5.843.533
5. Centro	7.169	845	0	845	10.751	18.785
6. Brasil	4.352.437	2.682.637	11.757.879	14.440.516	3.684.189	22.477.142

QUADRO 8

Brasil: Ordenamento das Regiões em Função do Tamanho Total do Ativo em Junho de 1988

Região	Contas do Ativo			Sobras e Perdas				
	Empréstimos		Total	Outros	Disponível	Receitas	Despesas	S/P
	Ativ. Rural	Ativ. não es						
3. Sudeste	8.391.146	797.742	9.188.888	797.354	455.041	5.686.454	4.634.394	1.052.060
2. Nordeste	4.891.175	837.796	5.728.971	899.631	186.685	1.616.086	998.250	617.836
4. Sul	2.729.582	1.382.415	4.111.997	1.731.536	1.127.367	2.330.648	1.986.575	344.073
5. Centro	5.598	3.558	9.156	9.609	2.936	11.596	1.186	10.410
6. Brasil	16.017.501	3.021.511	19.039.012	3.438.130	1.772.029	9.644.784	7.620.405	2.024.379

Fonte: BNCC, Departamento de Controle e Avaliação - Decav, Perfil do Desempenho das Cooperativas de Crédito no Primeiro Semestre de 1988.

OBS.: Foram desconsideradas 5 cooperativas as quais não foram localizadas geograficamente, todavia os seus dados eram insignificantes

QUADRO 9*

Brasil: Ordenamento dos Estados em Função do Valor Total do Ativo

Jun./88

Estado	Contas do Passivo					Valores em Cr\$ Correntes	
	Pat.Liq	Captação			Total	Total	
		Depósitos	Repesses	Outros		Ativo Passivo	
3.4. São Paulo	1.274.590	837.448	4.113.531	4.850.879	1.608.533	7.832.102	
4.2. Rio Grande do Sul	892.828	1.018.251	1.793.785	2.812.038	348.571	4.054.435	
2.8. Pernambuco	865.072	31.218	2.025.524	2.058.742	1.040.281	3.762.095	
2.1. Alagoas	815.794	27.108	1.981.885	1.718.893	211.221	2.746.008	
2.3. Rio de Janeiro	159.003	45.858	972.584	1.018.542	137.295	1.314.840	
4.1. Paraná	188.880	457.811	503.131	980.942	152.337	1.302.188	
3.2. Minas Gerais	148.258	141.818	438.192	580.810	83.509	812.577	
4.3. Santa Catarina	113.090	113.516	198.178	311.892	62.147	486.929	
2.5. Paraíba	35.372	0	0	0	15.458	50.830	
2.8. Rio Grande do Norte	27.513	0	0	0	3.720	31.233	
3.1. Espírito Santo	4.808	3.374	13.530	18.904	5.011	26.723	
2.9. Sergipe	14.513	0	8.541	8.541	5.032	26.086	
5.1. Goiás	7.189	845	0	845	10.751	18.785	
2.2. Bahia	5.514	5.200	0	5.200	1.312	12.028	
2.3. Ceará	23	290	0	290	11	324	
6. Brasil	4.352.437	2.682.837	11.757.879	14.440.518	3.684.189	22.477.142	

QUADRO 9

Brasil: Ordenamento dos Estados em Função do Valor Total do Ativo

Estado	Valores em CZ\$ Correntes							
	Contas do Ativo				Sobras e Perdas			
	Empréstimos			Disponível	Receitas	Despesas	S/P	
	Ativ. Rural	Ativ. não es	Total					
3.4. São Paulo	6.750.773	515.069	7.265.842	566.280	326.689	4.575.608	3.693.041	882.567
4.2. Rio Grande do Sul	2.161.482	813.947	2.975.429	1.079.008	626.721	1.805.443	1.590.609	214.834
2.6. Pernambuco	3.157.575	46.248	3.203.823	558.272	24.667	1.730	1.548	182
2.1. Alagoas	1.698.130	746.076	2.446.206	299.602	146.428	1.573.294	978.134	595.160
2.3. Rio de Janeiro	1.277.920	6.241	1.284.161	30.879	7.820	806.945	667.684	139.261
4.1. Paraná	347.832	431.409	779.041	523.128	422.035	352.612	247.655	104.957
3.2. Minas Gerais	361.129	256.580	617.709	194.888	119.167	297.037	268.901	
4.3. Santa Catarina	220.468	137.059	357.527	129.402	78.611	172.593	148.311	24.282
2.5. Paraíba	17.166	22.312	39.478	11.352	1.822	17.175	6.237	10.938
2.8. Rio Grande do Norte	12.017	12.510	24.527	6.706	6.555	7.486	1.962	5.524
3.1. Espírito Santo	1.324	19.852	21.176	5.547	1.365	6.864	4.768	2.096
2.9. Sergipe	6.161	3.253	9.434	16.652	4.003	11.641	6.713	4.928
5.1. Goiás	5.598	3.558	9.156	9.609	2.936	11.596	1.186	10.410
2.2. Bahia	1	5.397	5.398	6.628	3.000	4.689	3.594	1.095
2.3. Ceará	105	0	105	219	210	71	62	9
6. Brasil	18.017.501	3.021.511	19.039.012	3.438.130	1.772.029	9.644.784	7.620.405	2.024.379

Fonte: BNCC, Departamento de Controle e Avaliação - Decav, Perfil do Desempenho das Cooperativas de Crédito no Primeiro Semestre de 1988.

Obs.: Foram desconsideradas 5 cooperativas as quais não foram localizadas geograficamente, todavia os seus dados eram insignificantes.

QUADRO 10*

Distribuição dos Estados Brasileiros em Função do Total do Ativo das Respectivas CCRs

Jun. / 89

Em NCZ\$ 1,00 Valores Correntes

Estado	Quadro Social Número de Associados	Contas do Passivo						
		Pat.Liq.			Captação			Outros
		Capital Social	Reservas	Total	Depósitos	Repasse	Total	
4.2. Rio Grande do Sul	79.668	3.915.897	8.098.135	10.014.032	8.836.834	27.861.037	38.699.871	7.732.967
3.4. São Paulo	28.878	5.774.599	2.784.009	8.558.808	12.596.017	22.968.823	35.	9.341.088
4.1. Paraná	13.159	745.073	2.285.765	3.030.838	3.326.701	12.528.142	15.852.843	1.847.584
2.8. Pernambuco	1.659	844.697	3.827.054	4.671.751	171.997	9.117.058	9.289.055	4.727.230
2.1. Alagoas	4.616	2.010.322	2.827.062	4.837.384	319.582	7.252.326	7.571.908	502.962
3.2. Minas Gerais	12.838	456.424	773.084	1.229.518	3.388.068	5.237.941	8.625.947	1.495.248
4.3. Santa Catarina	8.189	448.132	889.068	1.137.200	2.029.496	6.334.123	8.363.621	948.688
2.2. Bahia	3.522	39.962	49.592	89.554	259.830	1.189.136	1.429.066	216.596
5.1. Goiás	2.217	107.930	11.933	119.863	300.648	618.727	917.375	289.798
3.1. Espírito Santo	142	16.878	40.072	56.948	115.235	45.000	160.235	414.554
2.8. Rio Grande do Norte	1.408	96.095	196.870	294.965	18.704	13.000	31.704	101.768
2.9. Sergipe	103	130.888	0	130.888	0	0	0	1.068
2.3. Ceará	924	14	50.101	50.115	52	0	52	29
2.5. Paraíba	452	109	31	140	0	0	0	52
5.3. Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2. Mato Grosso	0	0	0	0	0	0	0	0
2.7. Piauí	0	0	0	0	0	0	0	0
3.3. Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Brasil	157.973	14.588.818	19.832.768	34.221.804	31.	93.141.313	124.506.517	27.819.670

QUADRO 10

Distribuição dos Estados Brasileiros em Função do Total do Ativo das Respectivas CCRs

Estado	Total Ativo/Passivo	Contas do Ativo			Sobras e Perdas			S/P
		Empréstimos			Outros	Receitas	Despesas	
		Financiamentos	Empréstimos	Total				
4.2. Rio Grande do Sul	54.448.690	30.490.906	9.398.180	39.889.146	14.557.744	24.039.121	21.811.987	2.227.134
3.4. São Paulo	53.464.536	36.936.242	4.604.424	43.740.666	9.723.870	22.877.393	19.072.984	3.804.409
4.1. Paraná	20.731.285	12.151.095	4.792.292	16.943.387	3.787.878	7.220.733	6.470.175	750.558
2.6. Pernambuco	18.688.036	8.372.579	144.392	8.518.971	10.171.065	7.876.142	7.106.025	770.117
2.1. Alagoas	12.912.274	7.998.776	2.420.281	10.419.057	2.493.217	5.555.304	5.434.137	121.167
3.2. Minas Gerais	11.350.713	1.422.152	5.463.351	6.885.503	4.465.210	3.734.782	2.747.389	987.413
4.3. Santa Catarina	10.449.507	5.219.667	2.663.584	7.883.251	2.566.256	3.527.736	2.904.001	623.735
2.2. Bahia	1.735.216	294.398	1.168.078	1.462.472	272.744	462.275	405.112	57.163
5.1. Goiás	1.327.036	171.165	852.848	1.024.013	303.023	374.195	190.771	183.424
3.1. Espírito Santo	631.737	0	69.817	69.817	542.120	0	0	0
2.8. Rio Grande do Norte	426.437	93.499	162.660	256.179	172.258	16.426	10.978	5.448
2.9. Sergipe	131.756	18.665	0	18.665	113.071	7.157	43.491	(36.334)
2.3. Ceará	50.196	44	0	44	50.152	166	125	41
2.5. Paraíba	192	20	0	20	172	66	66	(2)
5.3. Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0
5.2. Mato Grosso	0	0	0	0	0	0	0	0
2.7. Piauí	0	0	0	0	0	0	0	0
3.3. Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Brasil	166.347.791	105.189.266	31.959.725	137.129.011	49.218.780	75.691.516	66.197.243	9.494.273

Fonte: BNCC, Departamento de Controle e avaliação - DECAV, Perfil do desempenho das cooperativas de crédito no primeiro semestre de 1989 (dados brutos) e cálculos PROJETO.

OBS.: Foram desconsideradas 9 cooperativas as quais não foram localizadas geograficamente, todavia os seus dados eram insignificantes.

QUADRO 10 - A

Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro das Cooperativas de Crédito Rural por Estado

Jun./89

Em porcentagem

Estado	PL/Ativo	Repasses/ Ativo	Dep./Ativ.	Out/At	Emp./Dep.	S/PL	S/At	S/Rec.	Rec./At	Desp./At	At./Coop.*	Emp./Coop.*
4.2. Rio Grande do Sul	18,3	51,17	18,23	14,20	451,29	22,24	4,09	9,28	44,15	40,08	850.732,86	823.287,91
3.4. São Paulo	18,0	42,98	23,58	17,47	347,28	44,45	7,12	18,63	42,79	35,87	1.909.447,71	1.562.166,84
4.1. Paraná	14,8	60,42	18,05	8,91	509,31	24,78	3,82	10,39	34,83	31,21	901.359,35	736.689,00
2.8. Pernambuco	25,0	48,79	0,92	25,30	4.951,81	18,48	4,12	9,78	42,15	38,02	4.872.009,00	2.129.242,75
2.1. Alagoas	37,4	58,17	2,48	3,90	3.260,21	2,50	0,94	2,18	43,02	42,08	4.304.081,33	3.473.019,00
3.2. Minas Gerais	10,8	48,15	29,85	13,17	203,23	80,31	8,70	28,44	32,90	24,20	257.970,75	158.488,70
4.3. Santa Catarina	10,8	60,82	19,42	9,08	388,43	54,85	5,97	17,88	33,78	27,79	853.094,19	492.703,19
2.2. Bahia	5,1	87,38	14,98	12,48	582,64	63,83	3,29	12,37	28,64	23,35	144.801,33	121.872,87
5.1. Goiás	9,0	48,47	22,66	21,84	340,80	153,03	13,82	49,02	28,20	14,38	221.172,87	170.688,83
3.1. Espírito Santo	9,0	7,12	18,24	85,82	77,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.934,25	22.404,25
2.8. Rio Grande do Norte	68,8	3,03	4,37	23,75	1.389,85	1,85	1,27	33,17	3,83	2,58	214.218,50	214.218,50
2.9. Sergipe	99,1	0,00	0,00	0,81		(27,80)	(27,58)	(507,87)	5,43	33,01	131.758,00	18.858,00
2.3. Ceará	99,8	0,00	0,10	0,08	84,82	0,08	0,08	24,70	0,33	0,25	50.198,00	44,00
2.5. Paraíba	72,9	0,00	0,00	27,08	0	(1,43)	(1,04)	(2,33)	44,79	45,83	98,00	10,00
5.3. Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
5.2. Mato Grosso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
2.7. Piauí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
3.3. Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
8. Brasil	18,3	49,98	18,83	14,82	437,20	437,20	5,09	12,54	35,52	35,52	854.808,38	829.032,18

Fonte: BNCC, Departamento de Controle e Avaliação - Decav, Perfil do Desempenho das Cooperativas de Crédito no Primeiro semestre de 1989 (dados brutos).

Obs.: Foram desconsideradas 9 cooperativas as quais não foram localizadas geograficamente, todavia os seus dados eram insignificantes.

* Em NCz\$

QUADRO 11* (folha 1/a)

Brasil: Operações de Crédito Rural Segundo a Categoria do Beneficiário, Finalidade e Setor — 1985/89

Período e Instituição	Nome e Unidade Monetária	Produtores					
		A-Custeio			B-Investimento		
		Agricultura	Pecuária	Total	Agricultura	Pecuária	Total
Dezembro/1985							
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	20.507	944	21.451	6.391	1.298	7.687
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	7.711	779	8.490	1.311	654	1.965
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1.000,00						
1986							
Junho							
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	31.298	1.483	32.782	10.436	2.039	12.475
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	10.365	1.105	11.470	1.767	1.465	3.232
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1,00						
Dezembro							
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	53.468	3.014	56.500	18.981	6.114	25.095
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	10.683	2.514	13.177	9.095	15.055	25.050
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1,00						
1987							
Junho							
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	71.825	6.390	78.015	20.220	8.675	28.895
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	10.556	1.721	12.277	11.544	16.433	27.977
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1,00						
Dezembro							
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	235.174	22.677	257.851	67.315	28.327	95.642
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	33.682	5.813	39.495	14.536	17.999	32.535
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1,00			2.072.822.318			1.148.036.207
1988							
Junho							
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	495.832	57.401	553.323	249.770	81.867	331.637
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	70.794	13.870	84.664	34.790	34.508	69.298

(Continua)

QUADRO 11* (folha 1/b)

Brasil: Operações de Crédito Rural Segundo a Categoria do Beneficiário, Finalidade e Setor — 1985/89

Período e Instituição	Nome e Unidade Monetária	Produtores			D-Total
		C-Comercialização			
		Agricultura	Pecuária	Total	
Dezembro/1985					
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	1.878	343	2.321	31.459
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	219	54	273	10.728
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1.000,00				
1988					
Junho					
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	9.422	2.001	11.423	56.680
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	1.153	522	1.675	16.377
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00				
Dezembro					
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	12.363	1.937	14.300	95.895
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	4.144	85	4.229	42.458
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00				
1987					
Junho					
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	18.155	490	18.645	125.555
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	5.680	169	5.849	48.103
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00				
Dezembro					
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	21.195	627	21.822	375.315
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	10.262	3.305	13.567	85.597
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00			722.702.085	4.843.380.610
1988					
Junho					
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	164.393	1.553	165.946	1.050.908
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	19.660	5.627	25.287	179.449

QUADRO 11* (folha 1/c)

Brasil: Operações de Crédito Rural Segundo a Categoria do Beneficiário, Finalidade e Setor — 1985/89

Período e Instituição	Nome e Unidade Monetária	Cooperativas					
		A-Custeio			B-Investimento		
		Agricultura	Pecuária	Total	Agricultura	Pecuária	Total
Dezembro/1985							
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	519	104	623	8	1	9
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	120	3	123	4	3	7
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1.000,00						
1986							
Junho							
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	1.187	87	1.254	3	2	5
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	55	3	58	5	0	5
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00						
Dezembro							
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	1.602	121	1.723	39	22	81
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	233	24	257	98	23	121
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00						
1987							
Junho							
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	3.252	70	3.322	281	24	285
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	205	47	252	148	58	202
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00						
Dezembro							
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	7.668	550	8.219	332	23	355
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	698	20	718	179	108	285
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00						
1988							
Junho							
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	23.278	1.000	24.278	1.018	57	1.075
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	1.425	70	1.495	851	147	798

QUADRO 11* (folha 1/d)

Brasil: Operações de Crédito Rural Segundo a Categoria do Beneficiário, Finalidade e Setor — 1985/89

Período e Instituição	Nome e Unidade Monetária	Cooperativas						
		C-Comercialização			D-Outros			E-Total
		Agricultura	Pecuária	Total	Agricultura	Pecuária	Total	
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	1 228	23	1.252	1 337	73	1.410	3.294
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	182	45	207	1.013	149	1.162	1.499
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1.000,00							
1986								
Junho								
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	6 285	68	6 353	1 655	75	1.730	8 342
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	908	57	965	998	178	1.174	2.202
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1,00							
Dezembro								
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	5.187	17	5.204	3.338	183	3.521	10 509
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	703	171	874	2.284	428	2.692	3.644
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1,00							
1987								
Junho								
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	15.080	107	15.187	4 845	284	5.129	23 903
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	344	419	763	3.126	533	3.661	4.878
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1,00							
Dezembro								
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	12.213	79	12.292	20.542	2.080	22.622	43 488
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	1.287	438	1.725	9.403	1.460	10.863	13.591
Coop. de Créd. Rural	Cr\$ 1,00							597.019.425
1988								
Junho								
Banco do Brasil	Cr\$ milhões	120.748	833	121.579	62.648	4.540	67.188	214.118
Bancos Comerciais Privados	Cr\$ milhões	3 030	1.451	4 481	12 970	1.581	14.551	21.325

QUADRO 11 (folha 2)

Brasil: Operações de Crédito Rural Segundo a Categoria do Beneficiário, Finalidade e Setor — 1985/89

Período e Instituição	Nome e Unidade Monetária	Produtores+ Cooperativas	Outras Entidades	Prod.+Coop.+ Outras Entidades	Atividades não Especificadas	Total Geral
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	34.753	12	34.765		34.765
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	12.227	473	12.700		12.700
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1.000,00			521.903.016	30.111.104	552.014.120
1986						
Junho						
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	66.022	8	66.026		66.026
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	18.579	633	19.212		19.212
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00			915.508.646	98.714.394	1.014.223.040
Dezembro						
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	106.404	5	106.409		106.409
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	46.400	589	48.989		48.989
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00			1.324.122.980	315.616.640	1.639.739.620
1987						
Junho						
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	149.458	14.515	163.973		163.973
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	50.981	487	51.448		51.448
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00					
Dezembro						
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	418.603	18.787	435.590		435.590
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	99.188	1.638	101.028		101.028
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00	5.440.380.035			2.774.982.341	8.215.342.376
1988						
Junho						
Banco do Brasil	Cz\$ milhões	1.265.024	50.907	261.306		1.315.931
Bancos Comerciais Privados	Cz\$ milhões	200.774	20.340	35.676		221.114

QUADRO 11* - A (folha 1/a)

Brasil: Operações de Crédito Rural Segundo a Categoria do Beneficiário, Finalidade e Setor — 1985/89

Período e Instituição	Nome e Unidade. Monetária	Produtores					
		A-Custeio			B-Investimento		
		Agricultura	Pecuária	Total	Agricultura	Pecuária	Total
Coop. de Créd. Rural Dezembro	Cz\$ 1,00						
Banco do Brasil	NCz\$ mil	2.479.408	175.464	2.654.872	1.131.428	266.058	1.397.486
Bancos Comerciais Privados	NCz\$ mil						
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00			15.450.418.589			5.557.924.262
1989 Junho							
Banco do Brasil	NCz\$ mil	4.957.001	262.361	5.219.362	2.585.915	502.708	3.088.632
Bancos Comerciais Privados	s/dados						
Coop. de Créd. Rural	NCz\$ 1,00						

QUADRO 11 - A* (folha 1/b)

Brasil: Operações de Crédito Rural Segundo a Categoria do Beneficiário, Finalidade e Setor — 1985/89

Período e Instituição	Nome e Unidade Monetária	Produtores			
		C-Comercialização			D-Total
		Agricultura	Pecuária	Total	
Coop. de Créd. Rural Dezembro	Cz\$ 1,00				
Banco do Brasil	NCz\$ mil	234.747	5.735	240.482	4.292.840
Bancos Comerciais Privados	NCz\$ mil				
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00			3.380.238.403	24.388.581.254
1989					
Junho					
Banco do Brasil	NCz\$ mil	541.612	14.847	556.459	8.864.444
Bancos Comerciais Privados	s/dados				
Coop. de Créd. Rural	NCz\$ 1,00				

QUADRO 11 - A* (folha 1/c)

Brasil: Operações De Crédito Rural Segundo a Categoria do Beneficiário, Finalidade e Setor — 1986/89

Período e Instituição	Nome e Unidade Monetária	Cooperativas					
		A-Custeio			B-Investimento		
		Agricultura	Pecuária	Total	Agricultura	Pecuária	Total
Coop. de Créd. Rural Dezembro	Cz\$ 1,00						
Banco do Brasil	NCz\$ mil	76.672	3.732	80.404	1.763	75	1.838
Bancos Comerciais Privados	NCz\$ mil						
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00						
1989							
Junho							
Banco do Brasil	NCz\$ mil	137.650	2.956	140.606	2.426	0	2.426
Bancos Comerciais Privados	s/dados						
Coop. de Créd. Rural	NCz\$ 1,00						

QUADRO 11 - A (folha 2)

Brasil: Operações de Crédito Rural Segundo a Categoria do Beneficiário, Finalidade e Setor — 1985/89

Período e Instituição	Nome e Unidade Monetária	Produtores+ Cooperativas	Outras Entidades	Prod + Coop. + Outras Entidades	Atividades não Especificadas	Total Geral
Coop. de Créd. Rural Dezembro	Cz\$ 1,00				3.498.292	3.498.292
Banco do Brasil	NCz\$ mil		110.828			4.871.441
Bancos Comerciais Privados	NCz\$ mil					
Coop. de Créd. Rural	Cz\$ 1,00	26.641.146.508			17.874.873.298	44.515.819.804
1989						
Junho						
Banco do Brasil	NCz\$ mil		53.124			9.729.617
Bancos Comerciais Privados	dados					
Coop. de Créd. Rural	NCz\$ 1,00				31.959.725	137.129.011

Fonte: *Bacen, Boletim Mensal*, vol. 24 nº 12 dez. de 1988

BNCC S/A, Depto de Controle e Avaliação (Decav)-Perfil do Desempenho das Cooperativas de Crédito; 2º semestre 85, 1º e 2º semestre de 1986

OCB, *Panorama do Cooperativismo Brasileiro, 1987 e 1988, Série Cadernos Econômicos, nº 48(87)*.

QUADRO 12

**Cococer-PR: Linhas de Crédito e Encargos Financeiros
Novembro/1991**

Recursos Cococer		Tipo de Taxas	Linhas de Crédito	Especificações	Prazo	Taxas	Público-Alvo
Fonte	Grau de exigib						
Patrimônio Líquido	LP	pré-fixadas	cap. de giro	80% d/recursos / taxas pré-fixadas	30 dias	estipuladas p/diretoria abaixo média merc. financ.	centrais, correntistas das filiadas pessoas físicas e jurídicas
			especial	40% d/recursos / taxas pré-fixadas	30 dias	estipuladas p/diretoria abaixo média merc. financ c/base n/tx d/cap de giro, deflacionada em 20%, a diferença limitada a dois pontos	centrais, correntistas das filiadas pessoas físicas e jurídicas
Conta Centralizada (ex. única) 25% dos D.a.V. das CSCRs (Credis)	CP		hot money	linha enquadrada como extra limite destinada a caixa X mas não utilizada, podendo ser utilizada pela caixa Y	7 dias	estipuladas p/diretoria abaixo media merc. financ.	centrais, correntistas das filiadas pessoas físicas e jurídicas
			redesconto d/liquidaz	destinada à abertura d/saques a descoberto p/filiadas junto a c. centralizada		estipuladas p/diretoria, iguais a 1,50 da taxa de capital de giro	Credis e Centrais filiadas
			deficiência de liquidaz	supre Credis p/que possam honrar exibi- lidades junto Conta Centralizadora (80% s/D a V. d/trim. anterior).	s/média mensal	estipuladas p/diretoria iguais as do cap de giro	Credis
		pós-fixadas	cap. de giro	80% d/recursos c/txs. pós-fixadas	90 dias	estipuladas p/diretoria, c/base n/tx. de cap de giro inferior a esta em até dois pontos	correntistas da Credis, pes físicas
			especial	40% d/recursos c/txs. pos-fixadas	90 dias	estipuladas p/diretoria, c/base n/tx. de cap. de giro inferior a esta em até dois pontos	correntistas das Credis, pes. físicas

Fonte: Cooperativas de Crédito Rural do Paraná; Encontro de Dirigentes; Relatório nov. 1991.

QUADRO 13

Cocrecer-PR:Distribuição de Limites de Crédito as Credis Novembro/1991

Credis	Centrais
<p>1. Parâmetros e peso de ponderação</p> <ul style="list-style-type: none">-patrimônio líquido ajustado da Credi-peso 1-capital Integralizado na Cocrecer-peso 1-depósitos à vista na Credi-peso 2-depósitos da Credi na Conta Centralizada-peso 4	<p>As centrais terão direito a créditos correspondentes a 8 vezes o valor do capital Integralizado na Cocrecer</p> <p>A diferença entre os critérios deve-se a que as centrais não são Instituições financeiras, não captam, portanto, depósitos à vista</p>
<p>2. Definidas as médias aplicam-se os pesos relativos a cada parâmetro e termina-se um total para cada Credi e um total para o sistema. Assim, cada Credi terá um Índice de participação que servirá de base para a distribuição do crédito pela Central.</p>	
<p>3. Quando a cooperativa não utiliza os recursos esses são repassados as outras filadas na modalidade de hot money</p>	

Fonte: Cooperativas de Crédito Rural do Paraná; Encontro de Dirigentes; Relatório nov./91.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Série Estudos de Política Agrícola

- Nº 1** Sumários Executivos — (julho/1993)
- Nº 2** Sumários Executivos — (dezembro/1993)
- Nº 3** Sumários Executivos — (dezembro/1993)
- Nº 4** Biotecnologia e Propriedade Intelectual: Novos Cultivares (RP)
Angela Kageyama (coord.)
- Nº 5** Globalização e Regionalização: Tendências da Economia Mundial e seu Impacto sobre os Interesses Agrícolas Brasileiros (RP)
Marcelo de Paiva Abreu e Eduardo H. M. M. Loyo
- Nº 6** Sumários Executivos — (janeiro/1994)
- Nº 7** A Tributação da Agricultura no Brasil (RP)
Antônio M. Arantes Licio (coord.)
- Nº 8** A Reforma das Políticas Agrícolas dos Países Desenvolvidos: Impactos sobre o Comércio Mundial (DT)
Rinaldo Barcia Fonseca (coord.)
- Nº 9** Determinantes Políticas da Política Agrícola: um Estudo de Atores, Demandas e Mecanismos de Decisão (DT)
Bolívar Lamounier (coord.)
- Nº 10** Liberalização de Mercado e Integração Econômica do Mercosul: Estudo de Caso sobre o Complexo Agroindustrial Triticola (RP)
Ana Gláucia Mendes (coord.)
- Nº 11** Uma Avaliação da Sustentabilidade da Agricultura nos Cerrados (RP)
Aécio S. Cunha (coord.)
- Nº 12** Preços do Comércio Varejista em Regiões Brasileiras: um Estudo Comparativo (DT)
Ronaldo Lamounier Locatelli (coord.)
- Nº 13** O Mercado de Terras (RP)
Ademar Romeiro e Bastiaan Phillip Reydon (coords.)
- Nº 14** Liberalização Comercial: um Fator de Desenvolvimento do Setor Agrícola Brasileiro (RP)
Helolsa Lee Burnquist (coord.)
- Nº 16** Mercado de Trabalho do Setor Sucroalcooleiro no Brasil (DT)
Rudá Ricci (coord.)
- Nº 16** O Processo de Regulamentação da Biotecnologia: as Inovações na Agricultura e na Produção Agroalimentar (DT)
Mário Luiz Possas (coord.)
- Nº 17** Ecoprotecionismo: Comércio Internacional, Agricultura e Meio Ambiente (RP)
Argemiro Procópio Filho (coord.)
- Nº 18** O Impacto do Nafta sobre as Relações do Brasil com a América Setentrional: O Caso dos Produtos Agrícolas (RP)
Edson P. Guimarães (coord.)
- Nº 19** Política de Reconversão: Critérios e Parâmetros para a Formulação de um Projeto de Reconversão
Ipardes (coord.)
- Nº 20** Revisão da Metodologia de Cálculo dos Índices Setoriais Agrícolas: IPP e IPR (DT)
Maria José Cyhlar Monteiro (coord.)

* (RP) Relatórios de Pesquisas
(DT) Documentos de Trabalho

© 1994 Projeto Gráfico

&

Produção Editorial

ipea Serviço Editorial
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

© 1994 Projeto Gráfico
&
Produção Editorial

Serviço Editorial
de Pesquisa Econômica Aplicada